

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA**

**Desenvolvimento da Criança e Espaço Físico:
Estudo das Rotinas de Vida, Percepção do Espaço Físico e
Independência de Mobilidade em Crianças do Meio Rural e Urbano**

Ana Cristina Camacho Ribeiro Simões Arez

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto

Júri:

Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto (Presidente)

Professor Doutor Ruy Jornada Krebs

Professor Doutor João Manuel Pardal Barreiros

Professor Doutor Pedro Jorge Moreira de Parrot Morato

**Dissertação elaborada com vista à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento
da Criança Variante Desenvolvimento Motor**

3º Mestrado em Desenvolvimento da Criança Variante Desenvolvimento Motor

1999

I. INTRODUÇÃO

Este século tem sido palco das mais radicais transformações em todos os aspectos da vida humana. Conquistaram-se inúmeros direitos que outrora eram exclusivos de uma minoria. O direito a um espaço e a um tempo privados e o direito à educação e à saúde estão generalizados, e a posse de alguns bens materiais, como a casa e o carro, são conquistas de que já usufruem praticamente todos os estratos sociais.

De uma realidade onde o público e o privado se misturavam, pois a rua era a continuação da própria casa, a pouco e pouco este espaço público foi perdendo a sua importância como zona privilegiada do comércio e dos contactos sociais, para progressivamente ser conquistada por um crescente número de automóveis em circulação. Com o desenvolvimento da indústria, a população que inicialmente trabalhava em casa passou a trabalhar em locais próprios e fora das suas habitações. Após um longo dia de trabalho, as pessoas retiravam-se para o conforto dos lares, abandonando, progressivamente, as ruas.

Os espaços exteriores, outrora abundantes, foram sendo substituídos pela construção de habitações, estradas, parques de estacionamento, zonas comerciais, indústria, etc. Se, por um lado, muito se conquistou, por outro muito se perdeu. Se a qualidade das habitações e do espaço privado é hoje largamente superior ao de umas décadas atrás, pelo contrário, o espaço exterior e público tem decrescido muito, quer em termos de qualidade, quer em termos de quantidade, nomeadamente ao nível do número de zonas naturais.

As ruas estão cheias de trânsito e a escassez de espaços exteriores é muito acentuada. Face a esta realidade, onde é que as crianças que habitam nos centros urbanos poderão brincar?

A casa, a escola, as actividades extra-curriculares, a casa dos amigos e os parques ou espaços de jogo (caso existam alguns próximo das habitações, ou caso haja alguém disponível para as acompanhar) são os locais onde as crianças podem brincar. Tem-se vindo a verificar que estas, para além da escassez de espaço, estão também a deixar de ter o seu próprio tempo, aquele tempo que deveria ser gasto em actividades de sua livre e espontânea vontade.

A qualidade do espaço e a autonomia que as crianças têm para o explorar desempenha um papel primordial no seu desenvolvimento. Alguns autores têm apontado a influência que a independência de mobilidade das crianças tem no desenvolvimento de representações cognitivas do envolvimento que as rodeia. Segundo Kytä (1995:1) o papel das actividades de exploração do envolvimento é especialmente importante para as crianças até aos nove anos de idade, no sentido da organização de um sistema coordenado de referência. Os horizontes espaciais de uma criança de oito ou nove anos são mais restritos que os dos adolescentes ou os dos jovens, pois esta ainda não está autorizada a sair sozinha para muito longe. Ela tem limites muito precisos, que estão geralmente circunscritos à sua rua, ao bairro, a um jardim ou praça perto de casa, ao caminho para a escola, para o clube ou para o parque infantil. No entanto, se a criança vive no meio urbano, devido aos constrangimentos próprios deste tipo de envolvimento, esses limites poderão estar confinados à porta de casa.

De acordo com Moore e Wong (1997: 89), nos países industrializados e nas comunidades pertencentes à classe média, as crianças despendem demasiado tempo dentro de casa a ver televisão, a jogar jogos de computador ou de vídeo, em vez de exercitarem os seus corpos em actividades de jogo livre, nos espaços fora de casa. Nomeadamente nos Estados Unidos, a obesidade nas crianças começa a ser um problema preocupante devido, em parte, ao grande sedentarismo e à crescente escassez da prática de actividade física. Segundo os mesmos autores, o aumento da vida sedentária e das actividades realizadas em casa deve-se, em parte, à diminuição de oportunidades de jogo ao ar livre. O aumento da violência pública fez com que os pais tivessem medo de deixar as crianças brincar livremente na rua e, ao mesmo tempo, levou-os a verem-se

obrigados a arranjar ocupações para os filhos para que estes não ficassem sozinhos até os pais chegarem do trabalho. O movimento faz parte do desenvolvimento normal de uma criança, estimula as sensações quinestésicas, proprioceptivas e vestibulares e conduz à aprendizagem. Crescer com uma limitação desta natureza traz, certamente, consequências preocupantes.

O estudo que pretendemos desenvolver tem como objectivo principal constatar uma realidade: a realidade de um pequeno grupo de crianças do nosso país com oito e nove anos de idade, proveniente de dois meios distintos - o meio rural e o meio urbano. Pretendemos obter informações acerca das possibilidades de acção que os dois tipos de envolvimento oferecem às crianças, ou seja, que actividades (formais e não formais) que acções motoras, que jogos, que tipo de contactos com a natureza e interacções sociais o seu espaço físico lhes permite realizar.

Pretendemos, também, constatar o nível de independência de mobilidade destas crianças e fazer uma breve caracterização das suas rotinas de vida.

Verificámos que a investigação em torno de estudos ligados aos problemas do espaço e da sua qualidade é quase inexistente, nomeadamente no que se refere ao estudo da percepção das crianças quanto às possibilidades que o seu espaço de acção lhes oferece para a realização dos mais diversos tipos de actividades: físicas, lúdicas, desportivas e de socialização. Nesta vertente apenas conhecemos o trabalho de Kittä, M. (1995), uma Psicóloga Ambiental de nacionalidade finlandesa, que nos abriu a porta a uma nova e fascinante área de estudo, merecedora, cada vez mais, de uma atenção especial e urgente. O projecto que dá corpo a este trabalho propõe seguir esta mesma linha de investigação.

Com este trabalho pretende-se alertar para as questões do planeamento urbanístico, que urge começar a discutir e avaliar, com base em dados reais e concretos, para que deste modo nos confrontemos seriamente com o tipo de Homem que estamos a construir.

II. REVISÃO DE LITERATURA

1. **Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida**
2. A percepção do espaço físico
3. A relação com o espaço físico
4. Independência de mobilidade em crianças
5. Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?

1. Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida

No decorrer deste século, enormes alterações têm ocorrido em todos os domínios. Nomeadamente ao nível tecnológico, os avanços têm sido de tal forma relevantes, que têm vindo a modificar todos os aspectos da vida humana. O ser humano foi-se adaptando a todas as alterações que foram surgindo e que continuam a surgir, esquecendo progressivamente os valores outrora dominantes e substituindo-os por outros, mais de acordo com as novas realidades. Os estilos de vida acompanharam toda esta evolução.

Iniciamos esta revisão de literatura fazendo uma pequena retrospectiva da evolução dos modos de apropriação e utilização dos espaços e das principais mudanças sociais ao longo deste século.

Segundo nos escreve Prost (1991: 21), a grande evolução do século XX deu-se no plano do trabalho, ou seja, o trabalho passou da esfera privada (as pessoas trabalhavam na sua própria casa ou em casa de outros) para a esfera pública (o trabalho deixou de ser feito em casa). Desta mudança resultou um movimento de separação e de especialização dos espaços, pois os locais de trabalho deixaram de ser os mesmos da vida doméstica.

O facto de o trabalho se desenrolar no espaço doméstico acarretava uma relativa abertura da casa aos estranhos. Os fregueses vinham a casa comprar os produtos, os empregados trabalhavam na casa dos patrões, as oficinas prolongavam-se para a rua e não havia uma fronteira clara entre o público e o privado.

A rua tinha grande importância na vida social. Em algumas profissões, as pessoas trabalhavam em casa, onde tinham as suas oficinas. Como nos relata Gils (1996: 134), «Muito do trabalho era feito na rua ou circulando pela rua: a relação entre a casa e a rua era muito forte. Para grande parte das pessoas a vida social também se passava nas ruas: os encontros eram feitos na rua, esta era utilizada para a realização de festas e, claro, as crianças utilizavam-na como espaço de jogo».

A família constituía uma verdadeira célula económica e todos os seus membros davam o seu contributo para o andamento da exploração ou da empresa, de acordo com a idade, a força física e dentro das suas competências. O empenho de toda a família implicava uma confusão relativa entre a vida privada e o trabalho produtivo.

O trabalho domiciliário foi diminuindo com o tempo, não só por questões económicas, embora estas tenham sido as mais determinantes. Segundo Prost (1991:25) o desejo de ganhar mais dinheiro e de o ganhar mais regularmente era acompanhado do desejo de limitar as horas dedicadas ao trabalho. Quando se trabalha numa fábrica sabe-se a que horas se começa e se acaba e, após o trabalho, dispõe-se plenamente do tempo para se estar realmente em casa, quando se está em casa. A diminuição do trabalho ao domicílio foi também uma resposta à reivindicação dos sujeitos por uma vida privada.

Quando as empresas começaram a crescer, as pequenas explorações familiares não conseguiram dar resposta nem à competitividade dos preços, nem aos grandes consumos. A par destas duas causas, competitividade e aumento do consumo, está a evolução social, ou seja, o recuo das empresas familiares deveu-se, também, ao desenvolvimento dos benefícios sociais obtidos pelos assalariados.

O espaço industrial começa a separar-se do tecido urbano e o urbanismo moderno requer a especialização dos bairros: «A reorganização do espaço industrial de acordo com planos racionais, escalona-se ao longo de todo o século XX com fases de aceleração e de períodos de reconstrução subsequentes às duas grandes guerras» (Prost, 1991: 35). A cidade antiga que misturava estreitamente habitações e oficinas, e onde os ruídos da cidade se sobrepunham aos gritos das crianças, ao ronronar das máquinas, aos golpes dos martelos, acabou por sucumbir.

Hoje em dia, a dissociação entre a vida privada e a vida do trabalho reflecte-se na própria configuração das cidades e na estrutura das aplicações do tempo. «Já

não se trabalha onde se vive; já não se vive onde se trabalha». Diariamente migrações imensas levam a população das áreas de residência para as de trabalho e ao fim do dia no sentido inverso. «O automóvel ou os transportes colectivos asseguram uma ligação alternada entre dois espaços que tendem a excluir-se.» (Prost, 1991: 38, 39).

Hoje em dia todas as funções estão separadas e compartimentadas: o trabalho, o lazer, o desporto e a habitação têm locais próprios, e as pessoas têm de se deslocar para todos eles. Assim, o carro tornou-se o meio de transporte por excelência. Como refere Gils (1996: 134) «o tráfego [...] é considerado como o tecido conjuntivo entre as várias funções."

Outra das principais mudanças do século XX foi o surgimento do trabalho feminino. Durante muitas gerações o ideal das mulheres era ficar em casa e ocupar-se da vida doméstica; trabalhar fora de casa era um sinal de uma condição pobre e desprezada. A partir de 1970 esta ideia deixou absolutamente de estar em vigor, o trabalho doméstico passou a ser denunciado como uma alienação, uma subordinação ao homem, ao passo que, pelo contrário, trabalhar fora de casa se tornou para as mulheres sinal da sua emancipação.

Uma das razões para esta mudança foi, precisamente, a supressão da indiferenciação do espaço e das suas tarefas, que existia na altura em que todos trabalhavam em casa. O homem e a mulher trabalhavam à vista e com conhecimento um do outro e de forma identicamente desgastante, e as economias das donas de casa constituíam o primeiro dinheiro ganho, pois a primeira forma de o ganhar era o não-dispêndio (Prost, 1991: 40).

«A especialização dos espaços rompe a igualdade conjugal e faz da mulher uma serva.[...] O trabalho assalariado do homem adquire uma nova dignidade, e a mulher que permanece em casa torna-se a criada do marido». (Prost, *ibid.*, p.41,42).

Para além desta, outras mudanças foram surgindo, nomeadamente no surgimento da divisão do espaço no interior das habitações. De um espaço indiferenciado no qual uma só divisão para toda a família servia em simultâneo para dormir, comer, trabalhar, tratar da higiene diária e até receber visitas, evoluiu-se para o aumento das dimensões do alojamento através do aumento do número de divisões, que arrastou consigo a especialização funcional. Surgiu uma nova configuração do espaço doméstico, através do direito de cada membro da família à sua própria vida privada, ou seja, à sua própria divisão dentro da habitação.

O autor refere ainda que a conquista do espaço da vida privada não é só a do espaço familiar: é também a dos meios a ela escapar. O automóvel generalizou-se e passou a ser utilizado entre a casa e o local de trabalho, permitindo aos sujeitos não serem prisioneiros dos seus lugares familiares.

A conquista das quarenta horas de trabalho e das férias pagas generalizou o direito aos tempos livres, que passou a proporcionar aos sujeitos mais tempo para viverem no seu espaço apropriado (Prost, 1991: 76).

Em relação à família e aos poderes dentro da família, durante toda a primeira metade do século o marido era o chefe deste grupo e era ele quem exercia o poder paternal. No entanto, a partir de 1970 desapareceu por lei a inferioridade jurídica da mulher face ao marido.

Anteriormente a 1950, o poder que os pais exerciam sobre os filhos não levantava quaisquer dúvidas: «os filhos não tinham qualquer direito a uma vida privada, o tempo livre não lhes pertencia, e estavam à disposição dos pais que os encarregavam de mil e uma tarefas. Vigiavam de perto as suas relações e mostravam-se muito reticentes para com camaradagens extra-familiares» (Prost, 1991: 79); para além disto, eram os pais quem decidia o futuro dos filhos.

Outro dos traços mais marcantes da evolução social da segunda metade do século XX foi o desenvolvimento da instituição escolar, principalmente através do aumento do tempo médio de escolaridade obrigatória. Como escreve o autor,

mais ainda do que uma socialização das aprendizagens, esta modificação representou uma aprendizagem da sociedade. Esta aprendizagem, que outrora se fazia no seio da família, passou a ser mais da responsabilidade da escola. A escola passou a ter o encargo de ensinar as crianças a respeitar os constrangimentos do tempo e do espaço, as regras que permitem viver em comum e a encontrar a relação correcta com os outros (Prost, 1991: 82).

Passando mais tempo fora de casa, os filhos começam a ter as suas próprias relações, formando grupos de amigos ou de colegas. A transferência da educação para uma instância pública deu origem a outros centros de vida privada concorrentes da família, e esta perde, progressivamente, as funções que faziam dela uma micro-sociedade. A socialização das crianças reduziu largamente a esfera doméstica e a família deixou de ser uma instituição para se tornar um simples ponto de encontro de vidas privadas. Assim, a própria concepção de família é hoje diferente em relação a algumas décadas atrás, e os estilos de vida modificaram-se profundamente, principalmente nos países mais desenvolvidos.

Em traços largos, estas foram as grandes modificações sociais de contornos globais. Concentrando-nos sobre a criança, e de acordo com Karsten (1998: 567), nas últimas décadas, o dia-a-dia das crianças alterou-se significativamente, como consequência das modificações sofridas no interior do contexto familiar. Das principais causas desencadeadoras destas alterações, são destacadas a diminuição da taxa de natalidade, o aumento do número de mães que trabalham fora de casa e o crescimento do nível de exigências na educação das crianças.

O menor número de filhos por casal fez diminuir o número de crianças. Devido à falta de amigos e colegas com quem brincar, quer em casa, quer na vizinhança, foi necessário deslocá-las para locais onde pudessem contactar com crianças da mesma idade. Ao mesmo tempo, a ausência das mães durante os horários de trabalho tornou necessário encontrar, por vezes fora de casa, quem as substituisse no cuidar das crianças.

As necessidades educativas tornaram-se cada vez mais complexas à medida que aumentavam as preocupações em providenciar um desenvolvimento integral. Foram surgindo as actividades extracurriculares, após o horário escolar, que permitiam à criança adquirir aprendizagens no âmbito desportivo, cultural, e outros. Segundo autores referidos por Karsten (1998: 567), educar as crianças tornou-se mais complicado, e o investimento dos pais por cada filho está a aumentar, quer em termos de tempo, quer em termos de dinheiro.

O espaço urbano tem vindo a deteriorar-se, e as famílias com filhos têm que se preocupar cada vez mais com problemas como a insegurança social e a insegurança nas ruas, devido ao aumento desmesurado do tráfego nas cidades. O espaço urbano está cada vez menos atractivo e mais perigoso para as crianças. Por outro lado, tem vindo a aumentar a distância aos centros urbanos dos locais de recreação e lazer, nomeadamente dos que estão consignados à prática desportiva, tendo como consequência a diminuição da acessibilidade por parte das crianças e o aumento da dependência do tempo disponível dos pais ou da utilização os transportes públicos.

Trenter e Doyle (1996) apontam várias causas que têm contribuído para a diminuição da liberdade das crianças brincarem na rua, nas suas zonas residenciais. Uma delas é o facto de ambos os progenitores trabalharem. Há menos adultos em casa que poderiam acompanhar as crianças à rua. Por outro lado, verifica-se um aumento do número de locais onde as crianças se podem dirigir após as aulas para passarem os seus tempos livres, sendo, deste modo, desviadas do bairro, o que leva à diminuição do número de crianças nas zonas residenciais após o tempo de aulas. No entanto, quando a criança está em casa, ela é aliciada pela TV, pelo vídeo, pelo computador, e não vai até à rua para estar com os seus amigos. Nos casos em que a criança frequenta outras actividades, ela é geralmente conduzida de carro (pelos pais) a clubes desportivos, que se encontram fora do seu bairro.

Este conjunto de factores poderá ser responsável por duas situações que caracterizam o meio urbano: em primeiro lugar, o aumento do tráfego, devido às

deslocações dos pais que levam e trazem as crianças às diversas actividades que frequentam e, em segundo lugar, a redução do número de adultos e crianças que passeiam nas ruas.

Para além do que aqui foi referido, existe outro conjunto de causas de natureza mais global, que tem contribuído para o afastamento das crianças dos espaços exteriores. Os factores mais relevantes estão directamente ligados ao problema da segurança. Assiste-se, de um modo cada vez mais marcado, a um aumento quer do número de veículos motorizados, quer da velocidade com que os condutores circulam, o que faz aumentar o risco da ocorrência de acidentes para as pessoas que frequentam as ruas.

O risco de assaltos e de molestações às crianças é outro factor apontado e, por último, o modo como os pais assumiram a responsabilidade pela segurança dos filhos. Para afastarem os seus filhos de todos os perigos, os pais, de um modo inocente, prejudicaram-nos noutros sentidos. Levando-os de carro para todo o sítio, os pais contribuíram para um envolvimento que se torna mais perigoso para as crianças, num sentido global e em termos de consequências futuras. Algumas das consequências para a família e para toda a comunidade são, para a primeira, um aumento das despesas em combustível; para a segunda, um congestionamento no tráfego, um aumento da poluição e uma diminuição da segurança dos transeuntes devido ao aumento do número de carros a circular. (Tranter e Doyle, 1996: 88).

As crianças deixam de beneficiar de uma experiência activa, que teriam no caso de fazerem estes trajectos a pé. De acordo com Nicholson-Lord (1987), referido no trabalho de Trenter e Doyle (1996: 87), as crianças, ao irem de carro «vêm mais coisas, mas aprendem menos». E ainda, como outro autor sugere, as crianças deveriam utilizar a cidade como espaço de aprendizagem. Ao tirá-las da rua está a negar-se-lhes essa experiência e, ao mesmo tempo, a diminuir o contacto entre adultos e crianças, sendo estas segregadas ao serem criados espaços só para elas. De um modo ainda mais radical, Matthews (1992), citado no mesmo trabalho, refere que os espaços de jogo contribuíram para a criação

desta segregação, e refere-se a esta realidade denominando-a por “ghettoização” das crianças.

O desenvolvimento urbano e social teve importantes consequências no dia-a-dia das crianças (Karsten, 1998: 567). Segundo a autora, podemos dizer que, nos nossos dias, as crianças passam mais tempo em casa a ver televisão, a brincar ou a jogar no computador. Houve uma mudança no sentido da criação de actividades especialmente organizadas para as crianças, por parte de adultos e organizações. Estas actividades estão consignadas a horários e locais específicos e mediante acessos pagos. O comportamento espacial e temporal das crianças tornou-se mais organizado, enquanto muitos dos domínios destas resultaram num processo de privatização (Karsten, 1995a, citado por Karsten, 1998: 567). Da passagem do público para o privado, resultam maiores distâncias a percorrer com as crianças e um envolvimento acrescido por parte dos pais. Daí resulta que as crianças hoje têm menor contacto com o jogo autónomo e livre, o qual se tornou a excepção, enquanto que a regra é agora andar pela cidade de automóvel de um lado para o outro. Segundo (Hillman et al., 1992: 21) em 1990 existiam três vezes e meia mais crianças a serem levadas à escola e da escola para casa, do que em 1971. Os mesmos autores identificaram cinco consequências negativas provocadas por esta realidade:

1. acarreta enormes custos;
2. constrange oportunidades aos adultos;
3. contribui significativamente para o congestionamento do tráfego;
4. suprime tanto o ideal como os meios de rotina para as crianças manterem a sua condição física;
5. limita as oportunidades para o desenvolvimento da sua independência.

O problema da saúde e do bem-estar físico das crianças não foi ainda aqui referido, mas é um dos assuntos que mais deveria preocupar a sociedade em geral. Estamos a caminhar para um conceito de Homem que se reflecte na preocupação actual em manter a criança «intelectualmente activa e corporalmente passiva» (Neto, 1997: 11). Esta imagem por si só reflecte toda uma

concepção de educação do indivíduo, centrado cada vez mais nos aspectos do saber intelectual e em direcção ao analfabetismo motor. Neto (1997) faz referência, na mesma obra, à necessidade das crianças terem acesso à actividade física e ao jogo espontâneo, que nesta fase do seu desenvolvimento irá ser crucial na delimitação de hábitos saudáveis para uma vida activa. Contudo, o autor faz uma chamada de atenção para a complexidade desta tarefa devido às inúmeras alterações sociais que têm ocorrido nas últimas décadas (mobilidade social, diversidade cultural, rotinas de vida, hábitos sedentários, densidade urbana, etc.) que colocam um entrave a uma mudança de comportamentos com vista a uma vida activa e saudável.

Estudos relacionados com a importância de um envolvimento de jogo e actividade física nas crianças associado a hábitos saudáveis de vida, têm demonstrado uma elevada correlação com a saúde física, psicológica e emocional. Os resultados revelam ainda efeitos positivos do jogo e actividade física no melhoramento da percepção de si próprio, eficácia pessoal, auto-estima, interacção social e bem-estar psicológico (Neto, 1997: 19).

De uma cultura de rua onde a vida pública e privada se misturavam quase sem ser possível determinar onde começava uma e terminava a outra, o indivíduo foi conquistando lentamente um espaço e um tempo privados. No entanto, todas as conquistas realizadas, fruto de uma ciência cada vez mais avançada e de benefícios reivindicados, permitem ao ser humano cada vez maior comodidade, contudo, cada vez menor mobilidade. Está a acontecer uma perda de espaço por parte do indivíduo, em prol do produto do desenvolvimento (carros, parques de estacionamento, grandes superfícies habitacionais e comerciais, indústrias, etc.) e o ser humano que realizou inúmeras conquistas em termos de qualidade de vida, fundamentalmente não tem onde as utilizar. De qualquer maneira, as crianças continuarão a brincar e brincarão sempre em qualquer lugar, resta saber com que qualidade e com que segurança.

II - REVISÃO DE LITERATURA

1. Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida
- 2. A percepção do espaço físico**
3. A relação com o espaço físico
4. Independência de mobilidade em crianças
5. Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo
ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?

2. A percepção do espaço físico

Neste capítulo pretende-se traçar, em linhas muito gerais, a evolução da percepção do espaço nas crianças, com base no trabalho de Piaget e Inhelder, e focalizar a atenção no papel da motricidade e da mobilização activa dos sujeitos no desenvolvimento do conhecimento e da representação espaciais. Neto (1980) também enfatiza o papel do movimento neste processo, pois permite à criança encontrar um conjunto de relações (sujeito, coisas, espaço) necessárias ao seu desenvolvimento motor aprendendo a interacionar o vivido, o operatório e o mental. Iremos ainda falar um pouco da percepção directa e da importância do espaço físico para os defensores da psicologia ecológica.

A percepção visual do mundo que nos rodeia parece à partida, ser um processo directo e frontal por reconhecermos facilmente coisas simples, como objectos de diferentes tamanhos, formas e cores, a várias distâncias e com diferentes orientações, ou até realidades mais complexas que impliquem movimento e perspectiva. No entanto, o simples contacto do olhar com aquilo que nos rodeia não é suficiente para ver o mundo de um modo ordenado, organizado e previsível. Existe um mecanismo mais elaborado que se designa percepção.

De acordo com Trevarthen (1978:100), «Percepcionar ou fazer algo, é estabelecer uma relação entre o mundo e a mente». Esta relação inicia-se com a recepção pelos órgãos sensoriais, dos estímulos que nos chegam; estes irão sofrer um processamento, mais ou menos complexo, que poderá culminar numa resposta comportamental, cujos contornos dependem da importância e do significado que o sujeito atribuir a esse mesmo estímulo. Contudo, o que determina o início deste processo, a selecção dos estímulos, não são apenas factores externos nem motivos ao acaso, mas causas determinadas quer por exigências psicológicas, quer por aquilo que o envolvimento nos proporciona de acordo com essas mesmas exigências. Assim, e segundo Rubinstein (1972), na percepção reflecte-se, regra geral, o mundo dos homens, das coisas e dos fenómenos que para nós têm um determinado significado, sendo depois

estabelecidas uma infinidade de relações entre eles, cujo resultado é a floração de situações racionais das quais somos testemunhas e colaboradores.

Piaget e Inhelder estudaram o processo de desenvolvimento da representação do espaço na criança, defendendo que este se inicia no plano da percepção, mais tarde evolui para o plano da representação, e num estágio mais avançado, avança até à intuição espacial. Estes autores pretenderam mostrar que o desenvolvimento das relações espaciais na criança dá-se paralelamente à evolução dos estádios cognitivos propostos por Piaget (Morato, 1995: 149).

Segundo Piaget e Inhelder (1993: 28), as estruturas sensório-motoras ou perceptivas antecipam muito as conquistas futuras da representação espacial. Isto significa que, antes de a criança ser capaz de imaginar perspectivas ou medir objectos através de operações efectivas, já está apta a perceber projectivamente e a estabelecer através da percepção apenas certas relações métricas implícitas. Mais tarde, a intuição espacial deverá reconstituir, no plano que lhe é próprio, o plano da representação por oposição à percepção directa e actual, tudo o que essa percepção já conquistou, antecipadamente, no domínio limitado dos contactos imediatos com o objecto.

As duas construções, a perceptiva e a representativa, estão separadas por um período de cerca de sete a oito anos, e só após este período de tempo «a medida, a coordenação representativa das perspectivas, a inteligência das proporções, etc. chegarão à construção de um espaço intelectual capaz de triunfar definitivamente sobre o espaço perceptivo» (Piaget e Inhelder, 1993: 28.)

Ao fazer a distinção entre a percepção visual e a representação do espaço, os autores sublinharam que uma coisa é perceber visualmente um círculo ou um quadrado (percepção) e outra coisa será, percebendo essas formas por via da exploração táctil (actividade perceptiva ou sensorio-motora) reconstituir a imagem visual correcta, seja reconhecendo-a entre diversos modelos, seja desenhando-a (representação). No caso da percepção, o conhecimento da forma é devido a uma estruturação mais ou menos imediata cujo nível de aparição deve estar situado

entre os três e os cinco meses de idade. «A imagem visual das mesmas formas supõe, ao contrário, uma representação intuitiva cuja construção é realizada quando o objecto permanece fora do campo perceptivo da visão[...]» (Piaget e Inhelder, 1993: 53). Este processo requer a intervenção das funções mais complexas que só por volta dos dois anos e meio é que começam a surgir.

Num nível inicial, toda a percepção está inserida numa actividade sensório-motora de conjunto, no entanto, enquanto a primeira inclui mecanismos muito constantes, a segunda desenvolve-se de um modo muito sensível com a idade. Como descrevem Piaget e Inhelder(1993: 55), durante o primeiro estágio (até por volta dos quatro anos de idade) a criança permanece quase passiva em presença dos objectos a reconhecer, segura e manipula os objectos, mas não os explora visualmente. Durante o estágio dois (dos quatro aos sete anos) dá-se a afirmação da actividade perceptiva, primeiro por explorações globais, e a seguir pela análise de índices particulares (por exemplo, ângulos) e por fim pela análise completa. Por último, no terceiro estágio (sete a oito anos), assiste-se ao nível das operações concretas, explorações sistemáticas com retornos a um ponto de partida que serve de referência.

Da percepção, a criança vai evoluindo para a representação intuitiva, ou seja, esta passagem é acompanhada de uma tradução do táctil em visual e efectua-se quando das suas percepções tácteis, orientadas por uma actividade perceptiva táctilo-quinestésica, o sujeito procurar retirar uma imagem visual, ou uma imagem gráfica que implica ao mesmo tempo a visão e o movimento. (Piaget e Inhelder: 55,56).

A motricidade, que já estava implicada na actividade perceptiva ou sensório-motora e intervinha na construção do espaço desde a percepção, é agora necessária na elaboração da imagem representativa e, em consequência, das representações espaciais intuitivas (Piaget e Inhelder: 57).

No nível mais avançado, «a correlação entre as formas e a coordenação das acções, é evidente, uma vez que o retorno a um ponto fixo de referência,

necessário à sua construção, é também necessário à sua reconhecimento e à sua representação» (Piaget e Inhelder: 28). Nesta altura já é possível fazer uma introdução ao estudo da abstracção das formas.

As construções perceptiva e representativa do espaço apresentam um factor em comum que tem uma importância essencial para a interpretação da intuição espacial em geral. Este factor é a motricidade. Segundo os autores, a motricidade é a «fonte das operações, após ter constituído o elemento director das imagens representativas e, sem dúvida, como é preciso insistir agora, das percepções espaciais mais elementares» (Piaget e Inhelder, *ibid.*, p.28.). «[...] o movimento intervém não somente desde os inícios da percepção, mas ainda desempenha um papel cada vez maior graças à actividade perceptiva.» (Idem, p.31.) ou sensorio-motora.

O espaço perceptivo é um produto complexo, que resulta, ao mesmo tempo, da percepção como tal e de uma actividade sensorio-motora que dirige e coordena os diferentes movimentos que determinam os alvos perceptivos. Durante o primeiro ano de vida existe uma actividade sensorio-motora geral que leva o sujeito, pela manipulação dos objectos, deslocamento, rotação, etc, a atribuir-lhes uma forma e uma grandeza constantes e uma permanência substancial da qual são dotados quando desaparecem do campo perceptivo (Piaget e Inhelder, 1993: 472).

As relações espaciais são elaboradas graças à motricidade que age em conjunto com o sensorial. Por exemplo, numa visão em profundidade intervêm uma série de “relações virtuais” que ultrapassam os dados registados pelos órgãos receptores. Estas relações são um produto da motricidade, ao passo que os elementos sensoriais preenchem a função de índice. A actividade sensorio-motora permite certas antecipações e reconstituições (Piaget e Inhelder, 1993: 472).

«A geometria da criança é experimental antes de ser dedutiva, mas nem toda a experiência é uma experiência de física. As experiências iniciais que o espaço

engendra, são com efeito, sobretudo experiências feitas pelo sujeito sobre as suas próprias acções, e consistem em determinar como essas acções se encadeiam umas nas outras.» (Piaget e Inhelder, 1993: 474). As condições de espaço e as possibilidades de mobilidade vão ser, certamente, muito importantes para todo o processo de desenvolvimento.

A representação espacial é uma acção interiorizada e não simplesmente a imaginação de um dado exterior qualquer, resultado de uma acção. A representação espacial não chega a prever o resultado de uma acção, ou a reconstituir o resultado de uma acção anterior, senão tornando-se ela mesma activa, ou seja, operando sobre os objectos simbolizados, como a acção opera sobre os objectos reais, ao invés de limitar-se a evocá-los. (Piaget e Inhelder, 1993: 474).

A investigação de Piaget e Inhelder contribuiu para uma compreensão integrada das relações entre o envolvimento físico e o desenvolvimento cognitivo da criança, tal como nos escreve (Morato, 1995:149). Para além deste aspecto, pôs algum ênfase sobre o «papel da motricidade no desenvolvimento da capacidade de representação espacial da criança», que constitui um «alicerce fundamental da construção cognitiva que a criança vai revelar ser capaz de realizar» (idem, p.150,151.).

Nesta perspectiva, e fazendo uma ponte para os objectivos do nosso trabalho, a motricidade, o movimento e, enfim, o comportamento motor da criança, o qual poderá estar limitado por constrangimentos espaciais de várias ordens, são cruciais para o desenvolvimento da sua própria representação do espaço, na maneira como intelectualmente a criança o pensa e o imagina, como ela o vê e como age sobre ele.

Um outro autor, Gibson, que ao invés de se centrar fundamentalmente nos estádios evolutivos do desenvolvimento humano, como fez Piaget, onde o papel do envolvimento era secundário, pôs ênfase na importância do envolvimento e do

espaço físico como sendo cruciais e fundamentais à vida e à existência dos seres vivos.

A sua concepção de percepção é uma concepção de percepção directa, ou seja, que não envolve o recurso a estruturas mediáticas: «a existência de constructos mentais internos, tais como representações da realidade, estruturas de memória, tratamentos adicionais da informação perceptiva, são radicalmente negados pelos defensores da percepção directa» (Gibson, 1979 e Turvey, 1990, citados por, Barreiros et al., 1995: 12).

Para Gibson (1986), citado por Morato (1995: 141), o sistema perceptivo como sistema intersensorial, coloca a criança em relação com o envolvimento e com a informação, que é caracterizada na perspectiva ecológica, pela sua invariância, ou seja, a informação do envolvimento está, do ponto de vista sensorial, permanentemente disponível, apenas tem de ser descoberta e não construída.

Gibson denomina esta teoria por teoria ecológica da percepção. De acordo com esta corrente de pensamento, e segundo Barreiros et al. (1995: 16), a especificidade do objectivo da acção é suportada pelas propriedades do envolvimento, que por sua vez constituem um sistema de constrangimentos envolvimentoais e de possibilidades de acção ou “affordances”. Assim, «a percepção é a captação directa das possibilidades de acção, construídas a partir do valor e significado que os elementos do envolvimento têm para um determinado animal».

Um dos objectos de estudo desta tese é, exactamente, o conceito de “affordance” ou percepção directa das possibilidades de acção de determinado espaço físico. Através de entrevistas a crianças, vamos tentar determinar o que percebem em termos de possibilidades de acção que o seu envolvimento lhes oferece. Ao invés de lhes perguntarmos o que elas costumam fazer no local onde habitam e onde passam a maior parte do seu tempo, apresentámos-lhes um conjunto de acções e actividades, de entre as quais só terão de dizer se no seu espaço de acção (casa, espaço exterior da habitação ou bairro/rua) existe algum local onde

as possam realizar. Deste modo, analisaremos a riqueza do envolvimento através daquilo que ele oferece às crianças.

Se, como referem Barreiros et al. (1995: 17) envolvimento e sujeito formam um sistema, torna-se então «possível uma descrição das propriedades envolvimentoais em função das acções que possibilita». Este é um dos objectivos do nosso trabalho.

II - REVISÃO DE LITERATURA

1. Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida
2. A percepção do espaço físico
- 3. A relação com o espaço físico**
4. Independência de mobilidade em crianças
5. Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo
ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?

3. A relação com o espaço físico

À medida que a criança vai crescendo, os seus horizontes espaciais vão-se alargando. A família é o primeiro espaço da criança, e a casa o seu universo. O grau de afectividade proporcionado pela família à criança irá afectar profundamente a construção da sua personalidade: «O ambiente afectivo vai condicionar, positiva ou negativamente a sua expressão motora e a sua exploração do espaço» (Pimentel, 1985: 42).

Para além do aspecto afectivo, a qualidade do espaço é um factor de elevada importância no desenvolvimento do ser humano. De acordo com Klein e Liesenhoff (1982: 62) o espaço primário, constituído pela casa e respectivo espaço envolvente, pode influenciar favorável ou desfavoravelmente o desenvolvimento do comportamento da criança durante o jogo e a actividade física. Esta influência pode ser apenas encontrada se tivermos em conta uma variedade imensa de factores, por exemplo, para se considerar que uma habitação é adequada temos de ter em conta o número de quartos e as suas dimensões, o número de pessoas por apartamento ou por quarto e a qualidade do espaço. Por outro lado, para se considerar que o espaço circundante à casa é adequado devem analisar-se outro conjunto de factores. Habitações pequenas com poucas divisões, sendo estas de dimensões reduzidas, e escassez de espaços exteriores, são algumas das características urbanísticas que abundam nas nossas cidades e vilas. Se adicionarmos a estes factores um agregado familiar numeroso, iremos com certeza aumentar o problema de uma forma exponencial.

Nas primeiras idades, deve existir uma preocupação em assegurar um papel facilitador da acção, através do acesso da criança a experiências de movimento diversificadas na exploração directa de espaços e materiais. A partir dessas experiências é possível a estruturação do espaço e do tempo à medida que se processa a maturação nervosa (Neto, 1980: 33). Movimento e mobilidade, espaço e desenvolvimento da criança são factores intimamente relacionados.

Noronha Feio, no seu artigo publicado em 1985, alerta-nos para as consequências que poderão advir do problema da falta de qualidade do espaço habitacional: «espaços restritos sem condições higiénicas, sem visão do exterior, conduzem a comportamentos viciados, à doença, podendo, em alguns casos, levar o ser humano à loucura e à sua destruição» (Noronha Feio, 1985: 6). O autor faz referência a um estudo¹, no qual foram definidos os limiares relativos às dimensões do espaço habitacional, onde se considera “limiar patológico” a área situada entre os 8 e os 10m² por pessoa, correspondente a níveis abaixo dos quais há fortes possibilidades de perturbação da saúde física e mental; e “limiar crítico”, as dimensões entre os 12 e os 14m², correspondentes a níveis abaixo dos quais não se pode assegurar o equilíbrio individual e social. Estes dados alertam-nos para a existência de uma relação muito estreita entre quantidade de espaço e desenvolvimento saudável.

Voltando aos diferentes tipos de espaços que a criança vai ocupando durante o decorrer do seu desenvolvimento, verificamos que o seu segundo espaço social é o jardim de infância (Pimentel, 1985: 42). Durante este período, dá-se um grande desenvolvimento perceptivo-motor devido às grandes solicitações de que é alvo, e ao convívio com outras crianças e adultos.

Ao entrar na idade escolar, a criança abandona o espaço puramente familiar tornando-se mais autónoma. Os amigos passam a ter um grande significado, e, segundo Pimentel (ibid., p.42), o espaço continua a ter uma grande relevância pois ele é «necessário ao estabelecimento de relações entre as crianças, ajudando-as a desenvolverem-se socialmente».

Entre os seis e os doze anos, o espaço da criança vai-se alargando e ela vai descobrindo a aldeia ou o bairro. As incursões vão sendo cada vez mais vastas, e vai estabelecendo relações cada vez mais fora da família. A rua, o bairro, a escola, a casa dos amigos e os parques, são os locais preferidos pelas crianças pertencentes a esta faixa etária. Como o seu grau de autonomia não é ainda muito elevado e a família ainda protege muito a criança desta idade, à exceção

¹ Chombart de Lauwe et al. (1975). *Famille et Habitation*, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.

do tempo passado na escola, a casa, a rua e todo o envolvimento perto da habitação são os locais onde a criança passa a maior parte do seu tempo extra-escolar (quando não está em outras actividades como as práticas desportivas, a catequese, os tempos livres e outras actividades agendadas). No entanto, o problema que se coloca hoje em dia é a pobreza dos espaços exteriores, em termos de qualidade: as ruas, os bairros e as zonas residenciais estão cobertos de cimento e asfalto e de parques de estacionamento, e pobres em espaços verdes e espaços nos quais as crianças possam brincar livremente e em segurança. É precisamente nesta etapa do desenvolvimento da criança que surgem os problemas da qualidade do espaço urbano, da existência de tráfego excessivo, da falta de segurança e da dificuldade de acessibilidade aos espaços de jogo. Este conjunto de constrangimentos surge principalmente nas cidades e vilas.

De acordo com Neto (1997: 15) ao referir-se à qualidade dos espaços, a sua primeira constatação centrou-se nas consequências impostas às crianças e jovens por um modelo de envolvimento físico que não facilita o desenvolvimento da criança através do jogo. Nilson (1985: 2) refere como umas das conclusões retiradas do congresso do IPA realizado em Otawa em 1978, a necessidade de as crianças terem acessos seguros a um grande e diverso leque de espaços perto das suas habitações, os quais não necessitem de uma supervisão constante por parte dos adultos. Aponta como sendo também necessária a existência de zonas próprias para as crianças, que não ponham em perigo a sua integridade física, nem as deixem frustradas, mas pelo contrário, que as façam sentir-se livres para que se desenvolvam em autonomia sem interferir no espaço de outros. Se o envolvimento for devidamente planeado e desenhado, permitirá à criança desenvolver-se em segurança e comportar-se de um modo lógico (Nilson,1985:1).

Moore e Wong (1997: 195) revelam-nos algumas ideias acerca da criação de bairros direccionados para a aprendizagem, como continuação do trabalho desenvolvido na escola. Ao citar uma outra obra sua, Moore² aponta para a

² Robin C. Moore (1987). *Childhood's Domain – Play and Place in Child Development*, MIG Communications, Berkeley.

realidade das nossas crianças que vivem em comunidades que parecem autênticas malhas fechadas, e refere que «a qualidade de vida das crianças é directamente afectada pelo contexto físico e pela qualidade do envolvimento local». Os bairros e zonas residenciais deveriam ser locais para onde as crianças fossem nos seus tempos livres após as aulas formais, pois elas necessitam de um currículo informal, que inclua a actividade creativa, o jogo livre e a aprendizagem informal para melhorar o seu desenvolvimento. Ao invés, hoje em dia tanto pais como educadores, «assumem em grande parte dos casos, o lazer como o jogo e acreditam que as actividades recreativas, desportivas ou artísticas organizadas pelos adultos são boas alternativas ao jogo livre e espontâneo [...] os pais acreditam no sistema e forçam as crianças a participar nele» e «na maior parte dos casos, não são coincidentes as relações entre práticas realizadas e práticas preferidas pelas crianças que têm os seus tempos livres organizados» (Neto, n.p.: 6).

Uma das características mais importantes do jogo é a auto-determinação. Como nos diz Gils (1996: 134), «ninguém pode ser forçado a jogar: podemos ser convidados a fazê-lo, estimulados e até tentados, mas ninguém pode ser obrigado a jogar. Jogar envolve uma decisão pessoal, um acordo». Só através do jogo a criança dispõe e regula a sua própria vida, porque o resto do seu tempo vai ser organizado e programado pelos adultos.

As características do espaço tanto podem limitar como potenciar as oportunidades de jogo e realização de actividades de carácter informal nas crianças. Neto (1997: n.p.), realizou um estudo, no qual o objectivo era a "Identificação de Obstáculos ao Desenvolvimento da Cultura Lúdica de Crianças e Jovens do Nosso Tempo". A amostra do estudo envolveu cerca de duas mil famílias de diversas zonas rurais e urbanas do país e os instrumentos de avaliação utilizados foram o questionário e, nalguns casos, a entrevista e o estudo de caso. A idade das crianças variou entre os oito e os doze anos.

Uma das conclusões a que o autor chegou, revelou-nos uma realidade preocupante: a restrição progressiva do espaço habitacional está a fazer

aumentar progressivamente a dificuldade em a criança fazer amigos. A criação de amizades pode ser feita durante o caminho para a escola, e desta para casa. No entanto, verifica-se que, quando nos aproximamos dos grandes centros urbanos, o nível de autonomia no percurso casa/escola, diminui consideravelmente .

No espaço escolar, a situação dos recreios de jogo apresentam também uma realidade preocupante. A qualidade do espaço e dos equipamentos é pobre e pouco considerada no seu impacto nas actividades de jogo livre nos intervalos do tempo escolar.

Ao comparar o meio rural com o meio urbano, o autor encontrou uma grande semelhança entre estes, relativamente aos espaços de jogo comunitários. Em ambos, as crianças preferem brincar na rua, no largo ou praça, seguido do parque infantil e do jardim público.

As crianças de ambos os sexos parecem preferir o mesmo tipo de actividades. No entanto, os rapazes preferem jogos mais activos enquanto que as raparigas jogos menos activos. Os primeiros utilizam mais os espaços exteriores para brincar e fazem-no de uma forma mais activa.

O que nos parece ser uma das conclusões mais importantes, é o facto de as condições dos espaços exteriores (rua, zonas adjacentes à habitação e existência de amigos de jogo) influenciarem drasticamente o tempo e a frequência das actividades, preferidas pelas crianças: jogos de corrida e perseguição, escaladas, jogos com bola, dramatizações, jogos de locomoção e jogos de descoberta.

Os espaços exteriores são cada vez mais escassos principalmente nas cidades e vilas e as ruas estão cada vez mais vedadas às crianças devido à falta de segurança. Segundo Trenter e Doyle (1996: 82), «as implicações da perda da rua como espaço de jogo para as crianças são profundas. Não apenas as crianças são afectadas, mas esta realidade traz implicações negativas para os pais, para o envolvimento e, claro, para toda a comunidade».

A investigação no âmbito do espaço e envolvimento físico e do planeamento urbanístico centrado no bem estar dos indivíduos começa a surgir cada vez com maior expressão. A preocupação com o bem-estar das populações parece começar a preocupar os estudiosos destas matérias. Noronha Feio, no seu artigo publicado em 1985 já alertava para algumas das consequências da falta de qualidade do espaço habitacional e do espaço urbano. O autor neste seu trabalho, cita as conclusões retiradas de uma investigação levada a cabo pelo Centre d'Etnologie et de Psychologie na qual foram aplicados questionários a uma amostra constituída por várias famílias, que definiram algumas das necessidades que achavam ser as mais importantes para o seu bem-estar:

- *necessidade de espaço,*
- *necessidade de organização doméstica e de apropriação do espaço,*
- *necessidade de independência dos grupos de pessoas no interior do alojamento,*
- *necessidade de repouso e descontração,*
- *necessidade de separação das funções,*
- *necessidade de bem-estar e de libertação dos constrangimentos materiais,*
- *necessidade de intimidade do grupo familiar,*
- *necessidade de ser bem considerado e*
- *necessidade de relações sociais exteriores.*

Algumas das necessidades apontadas estão directamente relacionadas com questões de qualidade do espaço habitacional (casas pequenas com muita gente, poucas divisões, pouca independência entre vizinhos, entre outras).

Uma outra linha que começa a ser do interesse de muitos investigadores centra-se nas questões da qualidade dos bairros e zonas residenciais e dos espaços exteriores envolventes. Numerosos estudos foram efectuados por autores, como Amérigo e Aragonés, com vista à obtenção de um índice que expressasse a qualidade de uma dada zona residencial. Este índice, denominado por PRQI (Perceived Residential Quality Index), foi calculado mediante a aplicação de um questionário, o QRS, (Questionnaire on Residential Satisfaction). Após várias aplicações deste instrumento de investigação, os autores, Amérigo e Aragonés

(1997), conseguiram reunir quatro grandes factores comuns às respostas dadas pelo grupo-alvo que era composto por donas de casa de baixo estatuto sócio-económico. Assim, concluiu-se que de todas as dimensões com que as donas de casa representam o seu envolvimento residencial, quatro parecem ser as mais importantes:

- a qualidade ou a infra-estrutura base da construção da residência,
- *o número excessivo de pessoas por habitação,*
- a *segurança* percebida no bairro, ou área circundante,
- as relações com os vizinhos.

Podemos constatar que as preocupações e as necessidades dos indivíduos não fogem muito do âmbito das relações sociais e da necessidade de espaço de qualidade, questões que devem ser profundamente estudadas.

Também Heimstra e McFarling (1974: 5), no seu livro sobre Psicologia Ambiental, focam um aspecto muito interessante quando escrevem que «O comportamento humano está, de muitas formas, relacionado funcionalmente com os atributos do ambiente físico». Segundo Wohlwill (1970), citado por Heimstra et al. (1974: 6), podem distinguir-se três formas de relacionamento entre o comportamento humano e os atributos do ambiente físico:

1. «O ambiente determina a classe de comportamento que nele pode ocorrer» (Heimstra et al.,*ibid.*,p.6.). Cada comportamento ocorre num contexto específico de ambiente, e este impõe restrições fundamentais sobre as espécies de comportamento que nele poderão ocorrer. Por exemplo, o comportamento de um indivíduo que vive na cidade difere consideravelmente daquele que vive no campo.
2. «Determinadas qualidades associadas a um ambiente particular podem ter um amplo efeito sobre o comportamento e a personalidade do indivíduo» (*Id.*,*ibid.*). Por exemplo, a habitual brutalidade do típico motorista de autocarro pode ser explicada por parecer provável que desde que se mantenham

verdadeiros tais estereótipos, é plausível relacioná-los com as condições de *stress* e tensão a que estes indivíduos estão sujeitos.

3. «O ambiente serve como força motivadora» (Id.,ibid.). Os indivíduos parecem evidenciar atitudes, valores, convicções e reacções afectivas, mais ou menos fortemente definidas, em relação ao seu ambiente. Por este motivo, um indivíduo pode mudar-se de uma zona que não goste, para uma região que ache mais atraente, visto os atributos ambientais poderem criar reacções de aproximação ou de esquiva.

A vida na cidade é o exemplo mais concreto deste último tipo de relação existente entre o comportamento humano e os atributos do ambiente físico: «A vida de um indivíduo na cidade está continuamente exposta a uma série tremendamente variada de características ambientais, algumas possivelmente atraentes, outras muito ameaçadoras» (Heimstra et al.,1974: 93). É interessante enumerar alguns factores de satisfação e de insatisfação da vida na cidade, no entanto, e de acordo com os resultados de pesquisas efectuadas, parece ser bem mais simples caracterizar os factores de insatisfação, por serem mais evidentes, que os de satisfação. Neste tipo de pesquisa, deve ter-se em linha de conta o segmento populacional que está a ser estudado, visto a população residente nas cidades ser extremamente heterogénea, diferindo de modo marcante em muitas características (económicas, educacionais, motivacionais e outras). Em resultado de alguns trabalhos, Arthur Naftalin (1970) citado por Heimstra et al. (1974: 95), aponta alguns atributos ambientais que contribuem de forma importante para a insatisfação da vida na cidade, e que são comuns a vários segmentos da população. São eles a alta densidade populacional que leva à falta de espaço, o crime, a agressão, a violência e as habitações pobres.

Os autores referidos no parágrafo anterior relatam, na sua obra, dois estudos levados a cabo por vários investigadores ligados à Psicologia Ambiental, que pretendem determinar as causas da satisfação residencial em duas populações com características distintas, ambas residentes em áreas circundantes a uma zona metropolitana. Um dos estudos debruça-se sobre os moradores de um

bairro, a que os autores chamam de *favela*, e o outro estudo sobre cidadãos de nível económico elevado também residentes numa zona limítrofe da cidade.

O primeiro destes dois trabalhos foi efectuado por Fried e Gleicher em 1972, e recaiu sobre uma amostra de residentes provenientes de uma zona oeste de Boston (West End). Referem os autores que as conclusões que se obtiveram deste estudo revelaram-se algo contraditórias relativamente às ideias normalmente concebidas acerca destes bairros residenciais degradados. Por um lado, verificou-se uma acentuada estabilidade: 55% dos moradores haviam nascido no bairro ou nele residiam há, pelo menos, vinte anos, e dos poucos que haviam mudado de residência a maioria permaneceu em West End. Por outro lado, 75% dos moradores referiram gostar de morar naquele bairro. As razões apontadas para a satisfação residencial demonstrada pelos residentes são várias, mas centram-se em dois factores fundamentais:

1. «A área física tem um considerável significado de extensão do lar e diversas partes dela são delineados e estruturados com base num sentimento de pertença» (Heimstra et al.,1974: 97).

O lar estende-se para fora da própria casa e a área exterior é considerada como parte integrante da residência;

2. «A área residencial fornece uma estrutura para um conjunto vasto e intrincado de vínculos sociais, que são importante fonte de satisfação.» (Heimstra et al.,ibid.,p.99).

Os autores encontraram uma série de relações sociais entre os moradores, e verificaram que os laços de parentesco existentes pareciam ser ainda mais importantes que as relações com os vizinhos.

A leitura deste trabalho faz ressaltar alguns aspectos importantes que ultrapassam aquilo a que vulgarmente chamamos “qualidade de vida”, geralmente associada à posse de determinados bens materiais. Este trabalho foca a importância do envolvimento exterior ao lar, o qual constitui uma extensão da habitação e onde ocorrem grande parte das actividades diárias: as crianças

brincam na rua, as mulheres saem à rua para conversar com as amigas, as esquinas servem de locais de encontro para contactos sociais e assim por diante.

Zehner (1972) citado por Heimstra et al. (1974: 99) estudou um grupo socialmente oposto ao anterior, residente em áreas suburbanas situadas a cerca de vinte cinco a trinta quilómetros de uma zona metropolitana, e constituído por moradores de alto estatuto económico e cultural. Da amostra inquirida, 80% classificou a comunidade em que vivia como excelente ou boa. Entre as razões apontadas estavam as instalações físicas bem planeadas e acessíveis, boas escolas, vizinhos amistosos, relativa segurança, bom acesso a lojas e empregos, boa qualidade ambiental, existência de árvores, lagos, colinas, muito espaço e pouco congestionamento de tráfego. Tal como no estudo anterior, a compatibilidade social com os vizinhos foi apontada como uma fonte de satisfação. Quanto aos factores relacionados com a satisfação dos moradores relativamente aos outros residentes, por ordem crescente, foram encontrados os seguintes: apoio da vizinhança, amizade e similaridade entre vizinhos, densidade da área relacionada com o nível de ruído.

Retirando os aspectos inerentes a uma zona residencial de qualidade, como a qualidade de construção, os bons acessos, entre outros, constatamos a existência de alguns factores comuns entre os dois grupos estudados, que são determinantes para a satisfação residencial sentida para com o seu bairro: a importância dos espaços exteriores e as relações sociais com os outros moradores. Podemos assim dizer que, quer o espaço, quer o factor relacional parecem ser de extrema importância para o bem estar de qualquer indivíduo de classe social ou cultural distintas, e em qualquer ambiente ou envolvimento habitacional.

As características do espaço físico e o contacto estabelecido com um envolvimento rico e estimulante são importantes para o desenvolvimento saudável e harmonioso do indivíduo, tanto a nível físico como psicológico. A dimensão e a qualidade do espaço habitacional e as relações cordiais estabelecidas com quem se partilha o mesmo bairro ou rua, parecem ser factores determinantes para a

satisfação residencial. As características do envolvimento físico podem também influenciar em larga escala os padrões de comportamento dos indivíduos, por exemplo, o facto dos habitantes de determinado local serem mais ou menos fisicamente activos. De acordo com King et al. (1995) e Sallis e Owen (1997) citados por Sallis et al. (1997: 345), os envolvimento físicos têm a capacidade de facilitar ou limitar a actividade física.

II - REVISÃO DE LITERATURA

1. Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida em crianças
2. A percepção do espaço físico
3. A relação com o espaço físico
- 4. Independência de mobilidade em crianças**
5. Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo
ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?

4. Independência de mobilidade em crianças

Diversos autores nomeadamente na década de noventa, têm vindo a lançar um alerta para a falta de independência de mobilidade nas crianças, principalmente nos meios urbanos. A independência de mobilidade, segundo van der Spek e Noyon (1995: 2), não deve ser vista somente com a criança poder ir para a escola sozinha, mas o conceito deve ser alargado para um nível de independência mais vasto: a criança deve poder brincar fora de casa, ir para a escola sozinha, visitar amigos, ir a clubes ou associações, ir às compras, entre outras actividades.

É sabido que a independência de mobilidade é crucial no desenvolvimento de representações cognitivas do envolvimento. Segundo Kytä (1995: 1), o papel das actividades de exploração do envolvimento é especialmente importante para as crianças até aos nove anos, no sentido da organização de um sistema coordenado de referência. van der Spek et al. (1995: 2) acrescentam que para a criança, ter autorização para brincar fora de casa revela-se importante porque é um meio para descobrir o envolvimento que a rodeia e o mundo dos adultos. O envolvimento deverá ser ele próprio um meio de estimulação para a realização de diversos tipos de actividades. É sabido que as crianças gostam de brincar em todo o lado, principalmente na rua e nos passeios e não gostam de ficar limitadas aos espaços de jogo; por esta razão, é de importância crucial que todas as zonas das áreas residenciais sejam acessíveis às crianças. Se lhes for possibilitado o acesso a uma grande variedade de actividades e de experiências no seu envolvimento, elas serão encorajadas a experimentar, a investigar e a solucionar problemas (Björklid, s.d.: 11). Deste modo, familiarizam-se com o seu envolvimento, e através do jogo, aprendem a cooperar, a desenvolver a sensibilidade e o cuidado e a expressar a sua agressividade. Como resultado de um fácil acesso ao envolvimento exterior, Björklid, (s.d.: 11) salienta que a criança aprende o funcionamento do próprio envolvimento. Alguns estudos referidos pelo autor supracitado, demonstraram que as crianças relembram e descrevem melhor diferentes partes da sua área residencial onde já brincaram e circularam livremente, do que aquelas que o fazem na companhia de adultos. O simples ir a

pé para a escola envolve um certo carácter de jogo, o que faz despertar ainda mais a necessidade de serem concebidos acessos que encorajem a actividade exploratória e façam aumentar os limites das habitações nunca negligenciando o aspecto da segurança.

Hillman e Adams (1992), Kytä (1995), Heurlin-Norender (1996) e van der Spek et al. (1995), desenvolveram estudos muito similares tanto nos objectivos propostos como nos métodos e instrumentos utilizados, nos quais se debruçaram sobre o problema da independência de mobilidade das crianças. Estes estudos foram feitos nos seus países de origem, respectivamente, Inglaterra, Finlândia, Suécia e Holanda, países onde é pioneira a preocupação com estas questões.

Hillman et al. (1992) efectuaram um estudo longitudinal em cinco escolas de zonas diferentes de Inglaterra com crianças dos sete aos onze anos. Os investigadores aplicaram questionários às crianças em 1971 e passado dezanove anos, voltaram aos mesmos estabelecimentos de ensino e colocaram às crianças muitas das mesmas questões.

Após o tratamento dos dados, os autores concluíram que a idade é o factor mais determinante para o número de restrições impostas às crianças no que se refere à independência de mobilidade. Com o aumento da idade também aumenta a independência, principalmente na autorização para atravessarem a ruas sozinhos e ir e voltar da escola. Perto de três quartos das crianças mais novas são acompanhadas à escola pelos pais em oposição com apenas um terço do grupo de onze anos. No entanto, mesmo no grupo de onze anos, a maioria dos inquiridos não tem autorização para viajar sozinho de autocarro.

Apesar de a grande maioria possuir bicicleta própria, apenas uma em cada seis das crianças de sete anos e uma em cada duas do grupo de onze anos está autorizada a utilizá-la nas ruas principais.

A idade não parece influenciar em grande escala o número de actividades realizadas durante os fins-de-semana, assim como a proporção de actividades

que realizam sem serem acompanhados por adultos. Esta aumenta progressivamente desde mais de um terço para o grupo mais novo até um pouco menos de dois terços para as crianças de onze anos. Do mesmo modo, aumenta com a idade o número de amigos que estão autorizados a visitar sozinhos.

Os autores encontraram algumas diferenças bem marcadas entre os dois sexos, nomeadamente quanto à independência de mobilidade, às atitudes dos pais e aos tipos de viagens que os filhos podem realizar. As raparigas são menos autorizadas que os rapazes a atravessar ruas, ir a actividades de lazer sozinhas, vir da escola, andar de bicicleta nas ruas, andar de autocarro e sair depois de escurecer, contudo, parecem não se importar tanto com as restrições como os rapazes.

Ao comparar os resultados da investigação entre 1971 e 1990, os autores retiraram as seguintes conclusões: o número de habitações sem viatura diminuiu, fazendo aumentar a circulação do tráfego. O número de crianças autorizadas a atravessar as ruas sozinha diminuiu de três quartos para metade, visando em maior escala as crianças mais novas. Verificou-se um declínio similar, mas mais marcado, no número de crianças autorizadas a ir sozinhas a outros locais que não a escola, e um declínio ainda mais evidente no uso de autocarros. A percentagem de crianças de sete e oito anos que podiam ir para a escola sozinhas desceu de 80% em 1971 para apenas 9% em 1990. 98% das crianças mais novas não estão autorizadas a sair depois de escurecer, o que significa que perderam a utilização independente do envolvimento durante uma grande parte do dia. Deu-se também um aumento do número de crianças com bicicleta própria, mas no entanto, a proporção desceu de dois terços em 1971 para um quarto em 1990 do número de crianças que possuíam bicicleta e que podiam circular nas ruas. A redução da independência de mobilidade deu-se principalmente ao nível do modo como as viagens são feitas. O número de crianças que vão para a escola de carro aumentou significativamente em oposição às crianças que vão a pé. Associado com este aspecto, está um aumento acentuado na quantidade de crianças, principalmente as mais novas, que vão para a escola acompanhadas por um adulto.

Na segunda parte da investigação levada a cabo em 1990 por Hillman e Adams, os autores aplicaram um questionário aos pais, no qual estes salientam as razões pelas quais impõem certas restrições à mobilidade dos seus filhos. Como razão principal é apontado o perigo do tráfego, seguido pelo medo de molestações.

A liberdade pessoal e a liberdade de escolha que era permitida a uma criança de sete anos de idade em 1991, só é permitida, após dezanove anos, a uma criança que tenha mais dois anos e meio, ou seja, com cerca de nove anos e meio. Os autores pensam que a responsabilidade pelo facto de a independência das crianças ter diminuído tanto se deve principalmente ao aumento do número de veículos motorizados que circulam nas ruas.

Marketta Kytä (1995), Psicóloga Ambiental Finlandesa, desenvolveu um estudo no qual comparou três comunidades com diferentes graus de urbanização: uma cidade, uma pequena cidade no meio rural e uma pequena aldeia. A amostra do estudo foi constituída por crianças de oito anos, de entre as quais, a setenta e oito foram aplicadas todos os quatro instrumentos de avaliação: um questionário para as crianças, um questionário para os pais, uma entrevista dirigida feita às crianças e o preenchimento de um diário de actividades. Um dos objectivos deste estudo era saber quais os efeitos do urbanismo na liberdade das crianças. Curiosamente, os resultados demonstraram que não existiam diferenças nas três comunidades quanto à proporção do número de percursos que as crianças fazem sozinhas, acompanhadas por amigos e acompanhadas por adultos. Quanto à liberdade das crianças para atravessarem a rua sozinhas, irem brincar sozinhas fora de casa e fazerem o trajecto da escola a casa também sozinhas, a percentagem é muito elevada nas três comunidades, 88 a 100% das respostas.

De um modo predominantemente prático, Kytä baseando-se no conceito de “affordance”, pretendeu também saber quais as actividades que as crianças sabiam serem possíveis de realizar no local onde viviam, de acordo com as vivências e as experiências que possuíam.

O conceito de “affordance” foi desenvolvido por Gibson, e define-se como «aquilo que o envolvimento oferece ao animal» (Barreiros, Silva e Pereira, 1995: 16). Este conceito pressupõe que se considere que a percepção do envolvimento seja feita de uma forma directa, ou seja, não necessitando do recurso a processos cognitivos elaborados, e podendo o papel da memória ser reduzido, (Barreiros, 1995: 53).

A investigação da percepção das “affordances” (ou possibilidades de acção) do envolvimento físico foi realizada por meio de entrevistas dirigidas, que pretendiam determinar aquilo que o envolvimento oferecia às crianças, em termos funcionais. Foram consideradas onze categorias, como por exemplo, existência de água, natureza, “affordances” sociais, e outras, cada uma constituída por um conjunto de acções. Dos resultados obtidos é de referir que o número de “affordances” percebido pelas crianças era mais elevado na aldeia e mais baixo na cidade, para quase todas as categorias. As excepções encontradas foram para as categorias "pequenos declives" e "superfícies escaláveis", onde as actividades enquadradas nestas categorias eram mais realizadas pelas crianças da pequena cidade do que pelas da aldeia. Na maior parte dos casos, as diferenças eram significativas entre a cidade e a aldeia, e a cidade e a pequena cidade. Entre a aldeia e a pequena cidade apenas se encontraram diferenças significativas entre as categorias água e natureza.

Como era de supor, o meio rural oferece um leque de escolhas muito mais alargado, visto a quantidade e a qualidade dos espaços ser melhor, e se encontrar ao alcance de todas as crianças (tudo está mais perto do que na cidade). Por outro lado, também se conclui que, no meio rural, as crianças beneficiam de uma maior liberdade de circulação, isto é, a independência de mobilidade é maior no meio rural (tanto na aldeia como na pequena cidade) do que no meio urbano. No que diz respeito à liberdade das crianças para circularem livremente nas imediações das suas residências, esta é maior na aldeia seguida da pequena cidade e em último lugar da cidade.

Este resultado encontra-se muito acima da percentagem obtida por Hillman et al. no estudo efectuado no Reino Unido, e já referido atrás.

A independência de mobilidade das crianças depende muito de país para país. Kittä (1995) verificou que as crianças finlandesas têm mais liberdade de acção que as da Europa Central, sendo a independência de mobilidade das crianças ainda mais baixa na Austrália do que em Inglaterra.

Heurlin-Norinder (1996) estudante de doutoramento do Instituto de Educação de Estocolmo, realizou um outro estudo no qual um dos objectivos traçados foi a investigação sobre a independência de mobilidade das crianças em relação ao planeamento do envolvimento físico, com ênfase no planeamento do tráfego. Oitocentas crianças com oito e onze anos de idade responderam a um questionário que pretendia saber qual o seu grau de mobilidade; a um total de vinte famílias, foram feitas entrevistas, incluindo às crianças. Os quatro tipos de envolvimento estudados correspondiam a locais com planeamentos residenciais diferentes, nomeadamente no aspecto do tráfego.

Dos resultados obtidos, verificou-se que o carro era o meio de transporte mais utilizado para levar as crianças à escola, nomeadamente as de oito anos de idade. Ao comparar os dois níveis etários quanto às viagens para a escola e para actividades de lazer, constatou-se, em termos gerais, que os pais acompanham muitíssimo mais as crianças às suas actividades do que à escola e acompanham mais as mais novas. Desta afirmação pode-se inferir que a acessibilidade aos locais de lazer é menor do que a acessibilidade aos estabelecimentos de ensino, o que se deve a um planeamento erradamente estruturado. Os espaços de lazer deverão ser acessíveis e as vias que a eles conduzem não deverão apresentar quaisquer riscos de acidentes ou restrições, que obriguem os pais a transportar as crianças de carro.

Mais uma vez, a idade foi um factor condicionante para a independência de mobilidade das crianças. Em termos das diferenças entre os sexos, os rapazes parecem ter mais liberdade que as raparigas. A autora também concluiu que as

experiências e os contactos das crianças com o seu envolvimento local dependem das oportunidades que este tem para oferecer ou, por outras palavras, a riqueza do envolvimento tem consequências significativas na maneira como é utilizado pelas crianças. O tráfego surge novamente como factor limitador, parecendo influenciar significativamente as experiências e a utilização do envolvimento local.

Os resultados deste estudo mostram que o planeamento do envolvimento físico afecta a mobilidade das crianças. As que vivem numa zona separada do tráfego automóvel, beneficiam de maior liberdade relativamente aquelas que residem em áreas próximas de ruas com muito movimento, que se tornam verdadeiras barreiras para as crianças. Estas têm de planear o seu lazer de acordo com a disponibilidade dos pais, o que significa que a falta de mobilidade tem implicações não só para as crianças mas também para os pais, em termos de stress, preocupações, entre outros problemas. Uma outra consequência que pode advir desta realidade é a acomodação a esta situação, por parte tanto dos pais como das crianças, que começam a substituir o andar a pé ou de bicicleta pela utilização sistemática do carro.

O terceiro estudo, conduzido por van der Spek et al. (1995), é uma análise muito aprofundada sobre uma variedade de causas que poderão explicar a diminuição da independência de mobilidade nas crianças holandesas. Os autores pretenderam resolver o seguinte paradoxo: na Holanda verificou-se que entre as décadas de cinquenta e sessenta o número de carros teve um grande aumento e o número de vítimas de acidentes rodoviários aumentou nas mesmas proporções. No entanto, a partir de 1972, o número de vítimas, incluindo crianças, diminuiu em grande escala enquanto o tráfego não parou de aumentar.

Várias podem ter sido as razões para a diminuição considerável do número de acidentes. Entre elas, os autores apontam para a introdução de um conjunto de medidas que fizeram aumentar a segurança na estrada, nomeadamente a diminuição dos limites de velocidade nas zonas residenciais, a introdução de bandas sonoras, entre outras medidas. Ao analisarem a realidade, os autores

questionaram se apesar destas medidas terem sido adoptadas, as crianças poderiam continuar a brincar nas ruas com a devida segurança. O que se veio a verificar na realidade foi uma diminuição crescente da mobilidade das crianças holandesas.

van der Spek et al. (1995) pretenderam então determinar as possíveis causas para a diminuição do número de acidentes com crianças apesar do aumento do tráfego.

A investigação foi levada a cabo tendo sempre em consideração os factores tempo e espaço como variáveis independentes, visto a mobilidade não ser constante e variar com a idade, com o desenvolvimento da criança, entre outros aspectos. No entanto, os autores foram mais longe e consideraram, ainda, uma perspectiva temporal ao estudarem as alterações da mobilidade das crianças desde há uma geração atrás. Em relação ao espaço, tiveram em consideração as diferenças resultantes das características físicas das zonas residenciais estudadas.

Os métodos utilizados foram:

1. Uma pesquisa realizada entre os pais de crianças em idade escolar, com o propósito de conhecer melhor o modo como as crianças utilizam as ruas, que actividades realizam, até que distância podem ir, a partir de que idade começaram a ir para a escola sozinhas, se visitam amigos, se vão a clubes, entre outros.
2. diálogo com crianças de seis a doze anos, para falarem da sua própria liberdade, o que fazem quando não estão em casa e o que pensam das suas actividades, e ainda, até onde é que se sentem limitadas e restringidas. As crianças com mais de oito anos executaram algumas tarefas num mapa da sua localidade.
3. Diálogos em grupo com os pais das crianças, com o objectivo de determinar as alterações em termos de mobilidade entre as duas gerações, e as razões dessas alterações.

Foram escolhidos quatro locais que tinham como pré-requisito o facto da área ou a região ter mais de trinta anos e possuir uma escola primária.

De acordo com as afirmações feitas pelos pais, todos concordaram que, na sua infância, as crianças podiam brincar mais livremente nas ruas. Nessa altura ficavam em casa até aos cinco, seis anos, e depois podiam ir a todo o lado, dentro da sua localidade. Do ponto de vista das crianças de hoje, elas não parecem estar realmente consciencializadas da limitação da sua mobilidade. A frequência com que brincam na rua varia muito, não só em relação ao número de vezes que brincam por semana, mas também ao local onde brincam, verificando-se variações muito acentuadas entre as várias localidades. As crianças que não costumam brincar na rua, também não brincam em casa dos amigos, e se o fazem, os pais acompanham-nos. Verificou-se também que as crianças não vão normalmente sozinhas às compras e metade das constituintes da amostra são levadas à escola pelos pais.

Os autores estudaram as características pessoais da amostra e concluíram ser a idade e a nacionalidade factores altamente influenciadores da mobilidade. A idade parece influenciar o grau de independência, mas não a participação nas várias actividades. A nacionalidade influencia quer a participação nas actividades quer o grau de independência das crianças. No grupo de crianças emigrantes, verifica-se uma diferença entre os elementos dos dois sexos no que se refere à menor autoconfiança demonstrada pelas raparigas nas actividades que realizam. No global, parecem existir dois extremos no que se refere à mobilidade das crianças emigrantes: ou sofrem uma restrição muito apertada ou são deixadas completamente à vontade.

A influência do sexo parece ser muito mais limitada do que a idade e a nacionalidade. As diferenças encontradas entre rapazes e raparigas são totalmente irrelevantes em termos da participação nas actividades e são marginais em termos de independência.

No que se refere ao envolvimento, não natural mas construído pelo homem, os autores concluíram que as características das habitações não parecem influenciar a mobilidade das crianças. O comportamento lúdico é mais influenciado pelas características da área residencial do que da própria casa. Por outro lado, e ao contrário do que se poderia pensar, a supervisão diminui com o aumento da distância a que ficam os locais de jogo, e a idade determina a distância que as crianças estão autorizadas a percorrer. De acordo com os autores, estas duas afirmações têm consequências importantes: se não existem zonas de lazer perto das residências, não quer dizer que as crianças terão de percorrer uma distância maior para poderem brincar mas, pelo contrário, só terão autorização para brincar fora de casa quando forem mais velhos (van der Spek et al., 1995: 10).

A insegurança social nas ruas (molestações, existência de “gangs”, e problemas com outras crianças) tem um papel importante nas restrições impostas à mobilidade das crianças, que resultam numa liberdade mais tardia do que no passado. Apesar deste factor, é a segurança nas ruas relacionada com o tráfego que exerce a maior influência na mobilidade das crianças. Esta influência não é tão marcada nos filhos de emigrantes, visto estes encararem mais positivamente este aspecto. É interessante referir que as restrições impostas são pouco sentidas pelas crianças. Elas sentem-se impedidas pelas barreiras formadas pelas estradas com muito tráfego, mas sabem que a área por detrás destas é território proibido quando não estão acompanhadas.

Há uns anos atrás, a supervisão das crianças era, muitas vezes, levada a cabo pelos irmãos mais velhos, ou por qualquer outra criança mais velha, e possibilitava um certo grau de independência atingido mais cedo, independência esta que era vigiada. A presença de grandes grupos de crianças nos bairros que brincavam em conjunto, dava aos pais um certo sentimento de segurança. Hoje existem menos crianças nos bairros porque as famílias são mais pequenas; esta forma de supervisão perdeu-se e conseqüentemente, a mobilidade diminuiu. Esta realidade não acontece tanto nas famílias de emigrantes que continuam a ser numerosas e onde os filhos mais velhos cuidam dos mais novos.

Para além de todas as condicionantes já apresentadas que impossibilitam as crianças de passar mais tempo em actividades informais fora das suas casas, verifica-se, também, que a importância da rua decresceu relativamente ao passado. O padrão de actividades seleccionado pelas crianças é determinado pelas oportunidades que elas têm ao seu dispor. As crianças hoje em dia brincam menos fora de casa, devido ao facto de haverem surgido muitas alternativas “indoor”: brinquedos, vídeos, computadores, clubes e actividades extracurriculares (van der Spek et al., 1995: 12). Para além disto, cada vez mais as crianças têm pai e mãe a trabalhar fora de casa durante a maior parte do dia, o que as obriga, também, a terem o seu horário mais ocupado de modo a coincidir com o dos pais. No entanto, e segundo os autores, o facto de os pais trabalharem não exerce qualquer influência na mobilidade dos filhos. Verifica-se que a participação das crianças que têm ambos os pais a trabalhar é maior, quer nas actividades, quer no número de actividades em que estão envolvidas, e o seu tempo de lazer está altamente regulado e organizado. Para além de passarem menos tempo em casa, o brincar na rua também se tornou menos importante. As crianças têm hoje mais oportunidades de conhecer outras crianças, noutros locais. Na escola, elas cooperam e brincam mais intensivamente, e voltam a encontrar os amigos nos clubes e nas actividades extracurriculares, não conhecendo quase ninguém no seu próprio bairro.

Fazendo uma súmula de todos os factores que foram aqui referidos e que parecem ter contribuído para a diminuição da mobilidade das crianças, segundo a opinião dos pais que participaram no estudo, e por ordem de importância, os factores foram os seguintes: a falta de segurança nas ruas, as aptidões das crianças e a insegurança social (perigo de molestações, entre outros). Outros factores foram também apontados, embora sejam bastante menos significativos, como por exemplo, o pouco tempo disponível dos pais e o incómodo ou prejuízo que os filhos possam potencialmente causar a terceiros. Ao ser perguntado aos pais as razões pelas quais as crianças não brincam nas ruas, as repostas foram as seguintes: o perigo do tráfego, o facto de as crianças preferirem brincar em casa, a não adequação dos espaços exteriores para as brincadeiras e o receio de as crianças serem importunadas por outros.

A apresentação deste estudo foi mais exaustiva porque ele faz referência a uma série de factores que explicam a perda de mobilidade das crianças, por meio de uma análise integral e esclarecedora. Apesar de ser um estudo que reflecte a realidade de um país que não é o nosso, é possível fazer a “ponte” para as nossas cidades e vilas e verificar que também aqui existem o mesmo tipo de problemas.

Através da leitura dos estudos desenvolvidos na área da mobilidade (Heurlin-Norender, 1996; Hillman e Adams, 1992; Kittä, 1995 e van der Spek et al., 1995), verificamos que em todos eles, a insegurança das ruas provocada pelo tráfego excessivo, é sempre o factor mais apontado como o principal impedimento à liberdade das crianças, e é também o mais apontado pelos pais quando referem as razões que os levam a não permitir que os seus filhos circulem livremente no seu envolvimento residencial.

Björklid (s.d.), desenvolveu uma investigação, na qual os objectivos principais eram detectar na vida de pais e crianças a existência de “stress” provocado pelo tráfego e saber como lidam os mesmos com este problema. Este estudo foi levado a cabo em diferentes envoltimentos residenciais, em diferentes realidades relativamente à quantidade de trânsito existente. Fizeram parte da amostra cerca de mil pais com crianças de sete anos de idade, os quais responderam a um questionário. Os quatro tipos de envoltimentos estudados correspondiam a locais com planeamentos residenciais diferentes, nomeadamente no que se refere ao tráfego.

O tipo de “stress” referido pode ser desencadeado por vários factores provocados por um ambiente com excesso de trânsito. Verificou-se que no local circundado por ruas com maior movimento, menos de metade das crianças iam para a escola sozinhas. Nas quatro áreas estudadas, quando foi perguntado aos pais qual seria a opinião dos seus filhos quanto aos perigos existentes na sua área residencial, o tráfego foi considerado como o perigo mais representativo, em detrimento de outros aspectos. Na generalidade é considerado mais seguro o caminho para a casa dos amigos do que o caminho para a escola, o que pode ser justificado pelo

facto de a selecção dos amigos dos filhos ser feita, essencialmente, com base num critério que se baseia na segurança dos acessos que levam à residência dos amigos. 60% dos pais manifestaram estar preocupados com o risco de acidentes com as suas crianças, e 22% mostraram-se muito preocupados.

O autor enfatiza a necessidade de educar as crianças para a segurança na estrada, pois estas têm limitações claras no que respeita às suas capacidades para lidar com o trânsito. Sandels³ (1975) citado por Björklid (s.d.: 12) concluiu que as crianças com menos de dez anos não possuem a capacidade biológica para terem um comportamento sistematicamente seguro nas ruas, apesar de para tal terem sido ensinadas, visto não serem capazes de adoptar comportamentos que ultrapassem as limitações impostas pelo seu nível maturacional. No entanto, o papel de uma educação para a segurança nas ruas não deve ser subestimado.

O papel dos espaços exteriores nas zonas residenciais tem sido amplamente discutido nesta revisão de literatura, nomeadamente quanto à sua relevância na independência de mobilidade das crianças. É sabido que estas vivem em ambientes que diferem em muitos aspectos, e tanto as condicionantes como os aspectos positivos influenciam as suas rotinas de vida e reflectem-se no seu próprio desenvolvimento. O estudo de Hüttenmoser (1995) pretende comparar dois grupos distintos de crianças com cinco anos de idade: o grupo A, constituído por crianças que vivem em zonas residenciais que lhes permitem brincar livremente, sem obstáculos impostos pelo trânsito e sem a presença de adultos, e o grupo B, constituído por crianças que só podem sair das suas residências acompanhados por adultos.

As áreas que o autor considerou pertencerem ao envolvimento das zonas residenciais foram, quer os espaços públicos quer semi-públicos, áreas relvadas, áreas pavimentadas, passeios, ruas e jardins públicos, necessariamente acessíveis às crianças, abertas ao jogo e frequentadas obrigatoriamente por outros indivíduos, principalmente crianças.

³ S. Sandels (1975). *Children in Traffic*. Elek Books, Londres.

Quando o objecto de análise foi a quantidade de tempo que as crianças passavam em actividades lúdicas fora das suas habitações, os autores constataram que o grupo B passava consideravelmente menos tempo fora de casa, visto só o poder fazer quando acompanhado por um adulto, cuja disponibilidade não ia normalmente para além de uma a duas horas. As crianças do grupo A que têm oportunidade de brincar sozinhas na rua, passavam mais de duas horas por dia no exterior das suas casas, em actividades de jogo livre.

Quando a independência de mobilidade das crianças é reduzida, os contactos sociais com outras crianças são também menores. O autor verificou que as crianças do grupo B tinham menos de metade de companheiros de brincadeiras residentes na mesma zona ou bairro, do que as do grupo A. Curiosamente, foram encontradas as mesmas diferenças em relação aos pais das crianças pertencentes aos dois grupos. O número de amigos com quem uma criança brinca no espaço exterior, ou que pode visitar, não depende de variáveis sociais mas sim das circunstâncias espaciais em que os indivíduos vivem.

Os efeitos menos positivos da qualidade do envolvimento físico não estão confinados apenas a uma diminuição dos contactos sociais e a uma maior restrição de tempo de jogo no espaço exterior; para além disso, um envolvimento pouco agradável parece não encorajar a assistência mútua entre vizinhos, e quando esta existe, dá-se em pequena escala. No grupo A, os pais relacionam-se com três vezes mais adultos do que os do grupo B, os quais tomam conta dos seus filhos sempre que é necessário. Em termos de valores percentuais, verificou-se que no grupo A, 95% dos pais têm vizinhos que cuidam dos seus filhos quando estes não estão em casa, enquanto o grupo B tem apenas 60% dos pais que beneficiam dessa ajuda. Para além deste aspecto, a existência de pessoas predispostas para o trabalho de “baby-sitting” depende mais das características do envolvimento da zona residencial do que dos factores sociais da família que as contracta, uma vez que ambientes pouco seguros acarretam maiores responsabilidades no cuidar de crianças.

Provou-se também, que o grau de desenvolvimento da criança é influenciado negativamente pelas características do envolvimento, como por exemplo, envolvimento que não permitam uma independência de mobilidade, pobres em áreas atractivas para o jogo ou com tráfego excessivo. Nas vinte crianças testadas foi aplicado um questionário prévio aos pais sobre o processo de desenvolvimento dos filhos. Foram analisadas as suas capacidades visuais, assim como o seu temperamento. Nestas áreas não se encontraram diferenças significativas entre as dez crianças de cada grupo, A e B. As diferenças mais claras foram encontradas nos “skills” motores, no comportamento social e no grau de independência. As crianças que não podem brincar não acompanhadas por adultos têm valores menos positivos nos testes realizados que aquelas que gozam de uma maior independência. Estas últimas, que provêm de ambientes com maior qualidade, relatam muito melhor as actividades que partilham com os amigos e sugerem mais possibilidades para a solução de conflitos.

Para compensar os filhos da escassez de oportunidades de jogo livre no espaço exterior, os pais proporcionam-lhes actividades alternativas. 80% dos pais do grupo B, pensam ser muito importante fornecer aos seus filhos oportunidades de convívio com outras crianças, em contraste com apenas 40% dos pais pertencentes ao grupo A. Dos primeiros, mais de 60% acompanham os filhos duas a cinco vezes por semana a espaços de jogo públicos (sem considerar os espaços de jogo integrados nas zonas residenciais) e apenas 25% dos segundos o fazem. O esforço dos pais das crianças do grupo B não é, apesar de tudo, devidamente compensado, caso contrário não existiriam as diferenças referidas à pouco entre os dois grupos de crianças.

Hüttenmoser (1995: 412) refere por fim, algumas desvantagens que as crianças privadas de uma mobilidade independente no seu espaço residencial poderão ter de enfrentar ao entrarem para o jardim-escola, relativamente às que cresceram num envolvimento que lhes permitia uma grande liberdade de movimentos e de contactos com outras crianças e adultos. As primeiras poderão vir a enfrentar alguns problemas de integração no grupo de crianças; o seu menor desenvolvimento ao nível dos *skills* motores poderá vir a ter consequências

sociais e psicológicas quando em contacto com crianças com padrões motores mais desenvolvidos. Uma menor destreza motora poderá originar uma maior dificuldades em lidar com o trânsito que as mais desenvoltas terão já ultrapassado. As menos desenvoltas criam geralmente laços mais estreitos com os pais, principalmente com a mãe, que durante um maior período de tempo as acompanharão ao jardim-escola, retardando não só a sua independência, como também o desenvolvimento de contactos sociais (Hüttenmoser, 1994, citado por Hüttenmoser, 1995: 412).

A independência de mobilidade nas crianças tem vindo a decrescer em todos os países onde têm sido feitos estudos no âmbito desta temática. A principal causa detectada é unânime em todos eles: o tráfego automóvel que circula no interior das populações e impõe restrições cada vez maiores às crianças em termos de autonomia. A falta de segurança nas ruas, nomeadamente o perigo de molestações e assaltos é a segunda razão mais apontada pelos pais.

O contacto directo e sem restrições com o envolvimento, é de extrema relevância para um desenvolvimento integral, saudável e harmonioso dos indivíduos. O desenvolvimento do conhecimento espacial depende em grande escala das interacções repetidas e sucessivas com o meio, em todas as idades, tal como nos referem Espinosa e Ochaíta (1997: 5). Uma criança que cresceu em liberdade é uma criança mais autónoma, que conhece melhor o seu envolvimento e o modo como ele funciona, que está mais apta para lidar com situações quotidianas, porque as conhece melhor, assim como com situações imprevistas devido à sua maior capacidade de adaptação a qual foi adquirindo através das experiências que foi acumulando. Por estabelecer um maior números de contactos sociais com outras crianças e adultos, estas crianças têm geralmente mais amigos. A liberdade que têm e as oportunidades de mobilidade e de realização de numerosas actividades informais fazem com que desenvolva em maior escala os seus “skills” motores, a sua criatividade e a sua sociabilidade.

II - REVISÃO DE LITERATURA

1. Mudanças sociais e alteração dos estilos de vida
2. A percepção do espaço físico
3. A relação com o espaço físico
4. Independência de mobilidade em crianças
5. **Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?**

5. Espaços públicos exclusivamente dedicados ao jogo, ou existência de espaços exteriores nas zonas residenciais?

«A razão pela qual os esforços compensatórios dos pais têm pouco efeito na vida diária e no desenvolvimento dos seus filhos, reside na qualidade das actividades de substituição que são oferecidas» Hüttenmoser (1995: 409). Qualquer tipo de actividade que uma criança faça acompanhada por alguém que a supervisione, está sempre restringida a limites temporais inerentes ao tempo disponível do adulto que a está a acompanhar. Comparativamente com estas crianças, para as que possuem espaços acessíveis e seguros nas imediações das suas residências, não é excepção estarem a brincar quatro ou cinco horas num dia em que o clima o permita. Em termos de ganho de tempo de jogo e de lazer, as duas situações não têm comparação possível. Por outro lado, este tipo de envolvimento oferece à criança a oportunidade de realizar as suas actividades de modo independente sem quaisquer restrições, pois as regras são da sua autoria, e não existem condicionantes impostas por terceiros. Nos espaços dedicados estritamente ao jogo, existem sempre adultos que acompanham as suas crianças e supervisionam as suas brincadeiras. Mesmos que estas se desloquem para lá sozinhas, o que é pouco usual em crianças de cinco anos, (apenas 8,6% das crianças em Zurique já visitaram um destes locais sozinhas) e porque nem sempre estes espaços se encontram a distâncias acessíveis, (para 36% das crianças o mais próximo fica a cinco minutos de casa) a existência de adultos é constante, limitando as necessidades de movimento e de descoberta independente.

Outros estudos levados a cabo por investigadores nesta área, e citados por Hüttenmoser em 1994, mostraram que a qualidade de jogo que é vivenciado pelas crianças nos espaços de jogo públicos fica abaixo dos padrões standard desejados. Em 1995 Hüttenmoser, na investigação já referida, comparou setecentas crianças que usualmente frequentavam estes locais e que também costumavam brincar nos espaços exteriores das suas zonas residenciais. Os resultados encontrados resumem-se aos seguintes:

- a) Apenas um grupo de actividades é levado a cabo mais frequentemente nos espaços de jogo públicos, actividades essas relacionadas com as estruturas que se encontram tradicionalmente nestes espaços: baloiços, escorregas e estruturas para trepar.

Nas acções de brincar na caixa de areia e no trepar às árvores existem diferenças mínimas entre os dois tipos de espaços (espaços para o jogo e envolvimento exterior das zonas residenciais).

- b) Correr e fazer barulho são actividades de natureza geral, que podem ser realizadas em qualquer tipo de espaço.
- c) Outros grupos de actividades efectuadas mais frequentemente nos espaços residenciais são nomeadamente as que requerem a utilização de objectos vários: triciclos, patins, bolas, brinquedos e materiais vários, normalmente utilizados para a criação de brincadeiras e jogos. Não seria fácil nem cómodo levar todos estes objectos para os espaços de jogo e, por outro lado, quando as crianças vão para estes locais, têm geralmente em mente outro tipo de jogos. Quando se encontram próximo de casa, elas podem a qualquer momento ir buscar novos materiais para implementar novas ideias.

Outro tipo de actividades pouco usuais nos espaços de jogo públicos são os jogos com bola e os jogos inventados porque nestes locais as crianças normalmente não se conhecem e raramente formam grupos fixos para brincar.

Deste modo, os espaços de jogo públicos (parques infantis, parques de lazer) parecem não compensar na totalidade as crianças em termos da oferta de actividades. Contêm restrições várias quer em termos de espaços quer em termos de materiais e nem todos são acessíveis para as crianças, encontrando-se por vezes longe das habitações, exigindo um acompanhamento por parte de adultos que irão supervisionar a sua actividade. Ao não conhecer as outras crianças que brincam no mesmo local, muitas actividades em grupo não são realizadas e a criança terá de, muitas vezes, brincar sozinha.

De acordo com Cunningham (1995: 8) os espaços de jogo públicos são uma parte importante do envolvimento do jogo e do lazer, mas pensar só em termos deste tipo de áreas é ter uma visão muito estreita daquilo que constitui os espaços de

jogo. Estes espaços estão concebidos com objectivos muito limitados e localizados de acordo com o planeamento rígido de um dado espaço urbano. A maior preocupação consiste na segurança, na supervisão e na qualidade do equipamento. Raramente os objectivos destes espaços extravasam para aspectos como a variabilidade e mutabilidade das experiências, a complexidade, a manipulabilidade e a aventura, aspectos estes comparáveis às experiências de jogo em áreas naturais. O retorno à natureza ou a condições próximas, é o caminho que se deverá começar a percorrer o mais rapidamente possível.

III. METODOLOGIA

1. Objecto de estudo	60
2. Formulação de problemas em estudo	60
3. Formulação de subproblemas em estudo	60
4. Variáveis	61
4.1. Variáveis independentes	61
4.2. Variáveis dependentes	62
5. Amostra	62
5.1. Caracterização da Amostra	62
5.2. Caracterização do envolvimento rural e urbano	63
6. Instrumentos	65
6.1. Questionários	65
6.1.1. Questionários para crianças de 8-9 anos de idade	65
6.1.2. Questionários para os pais e/ou Encarregados de Educação	66
6.2. Entrevistas	67
6.3. Diários de actividades	70
7. Procedimentos	70
8. Tratamento dos dados	72

1. Objecto de estudo

Este estudo incide em três grandes vertentes:

- Rotinas de vida.
- Independência de mobilidade (nível de autonomia na exploração do espaço de acção).
- Percepção das possibilidades de acção do envolvimento físico (“affordance”).

O estudo centrar-se-á na caracterização da amostra nas três vertentes acima descritas, tendo em atenção a existência de uma possível influência de duas variáveis independentes.

2. Formulação de problemas em estudo

- I. Verificar se as características do envolvimento físico (rural/urbano) influenciam as rotinas de vida das crianças, a sua independência de mobilidade e a percepção das possibilidades de acção do envolvimento.
- II. Verificar se existem diferenças entre as crianças dos dois sexos nas suas rotinas de vida, na independência de mobilidade e na percepção das possibilidades de acção do envolvimento físico.

3. Formulação de subproblemas em estudo

Pretende-se verificar se:

- a) as rotinas de vida das crianças são influenciadas pelas características do envolvimento físico (meios rural/urbano);
- b) a independência de mobilidade é influenciada pelas características do envolvimento físico;

- c) crianças provenientes de envolvimentos físicos distintos percebem diferentes possibilidades de acção;
- d) as crianças do sexo feminino têm rotinas de vida diferentes das do sexo masculino;
- e) as crianças do sexo feminino têm menos independência de mobilidade que as do sexo masculino;
- f) as crianças do sexo feminino e do sexo masculino percebem diferentes possibilidades de acção no seu envolvimento físico.

4. Variáveis

4.1. Variáveis independentes

Foram definidas duas variáveis independentes:

- Envolvimento físico
 - Meio Rural
 - Meio Urbano

- Sexo da amostra
 - Feminino
 - Masculino

Inicialmente, o nosso objectivo era estudar a influência de três variáveis independentes: envolvimento físico, sexo e nível socio-económico. No entanto, após o tratamento dos dados relativos ao nível sócio-económico da amostra, mediante uma classificação da responsabilidade da “Área de Análise Social e Organizacional da Educação da Universidade do Minho” verificámos que, de acordo com as posições sociais calculadas através das profissões dos pais das crianças, as famílias provenientes do meio urbano distribuem-se quase predominantemente pela posição social um (classe superior) havendo muito poucas famílias na posição social dois (classe média mais instruída). Por outro lado, as famílias provenientes do meio rural ocupam os pólos oposto, isto é, a maioria encontra-se na posição social quatro (estrato operário e rural –

trabalhadores manuais) e os restantes, em muito menor número, nas posições sociais três (classe média menos instruída) e dois. Assim, se fossemos fazer uma análise tendo em conta o nível sócio-económico da amostra, esta coincidiria com a análise que tem por base o tipo de envolvimento físico, ou seja, entre as crianças do meio rural e urbano.

4.2. Variáveis dependentes

Foram definidas três variáveis dependentes:

- Rotinas de vida das crianças.
- Independência de mobilidade.
- Percepção das possibilidades de acção do envolvimento físico.

5. Amostra

5.1. Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por um total de cinquenta e nove crianças com oito e nove anos de idade, que frequentam o terceiro e quarto anos de escolaridade. Destas cinquenta e nove crianças, trinta são provenientes do meio rural e vinte e nove do meio urbano. Das crianças do meio rural dezasseis são do sexo feminino e catorze do sexo masculino e, do meio urbano, catorze são do sexo feminino e quinze do sexo masculino.

Da totalidade das cinquenta e nove crianças, quarenta e cinco tomaram parte em todos os momentos de aplicação dos instrumentos utilizados: entrevista, diário e questionário. O quadro seguinte indica a totalidade das crianças que fizeram parte da amostra nos três momentos.

Quadro 2- Distribuição da amostra pelos três momentos de aplicação dos instrumentos

N= 59	Total	Meio rural	Meio urbano
Entrevista	59	Fem. - 16	Fem. - 14
		Masc. - 14	Masc. - 15
Questionário	54	Fem. - 15; pais - 16	Fem. - 12; pais - 12
		Masc. - 15; pais - 14	Masc. - 12; pais - 10
Diário	45	Fem. - 15	Fem. - 8
		Masc. - 15	Masc. - 7

5.2. Caracterização do envolvimento rural e urbano

O estudo irá incidir sobre dois meios distintos, o meio rural e o meio urbano, o que coloca a necessidade de seleccionar uma amostra que caracterize com grande fidelidade as duas realidades. Assim, optou-se por seleccionar a cidade de Lisboa e zonas habitacionais limítrofes como meio urbano por excelência. Quanto ao meio rural, e devido ao conhecimento pessoal do local e das instâncias a contactar, assim como à grande facilidade de acesso, foi escolhida a vila algarvia de São Bartolomeu de Messines e respectiva área envolvente.

No meio urbano, as vinte e nove crianças que participaram no estudo frequentam a Cooperativa de Ensino "A Torre", situada no Restelo, e estão no terceiro e quarto anos de escolaridade. Estas crianças vêm de diversos pontos da cidade (Restelo, Pedrouços, Belém, e "Baixa de Lisboa") e arredores (Amadora, Olivais, Linda-a-Velha, Miraflores, Carnaxide, Caxias, Carcavelos, São João do Estoril e Monte Estoril) sendo todas elas zonas urbanas. As primeiras, ficam situadas numa área mais antiga da cidade, onde as vivendas e os prédios com poucos

andares constituem o tipo de construção mais frequente. São zonas atravessadas por importantes artérias de tráfego.

Os outros locais de proveniência das crianças são áreas urbanas que foram crescendo em redor da grande cidade, constituindo o que usualmente se denomina por “dormitórios”, onde a maioria dos cidadãos sai de manhã para trabalhar na cidade e só retorna à noite a casa, após o trabalho. Amadora, Olivais, Linda-a-Velha, Miraflores e Carnaxide são os melhores exemplos desses novos envolvimentos urbanos cuja paisagem é fundamentalmente constituída por grandes torres e prédios muito altos que albergam um grande número de famílias, com grande escassez de espaços verdes e muito tráfego a determinadas horas do dia.

As restantes localidades, Caxias, Carcavelos, São João do Estoril e Monte Estoril, são áreas urbanas mais antigas, inicialmente instâncias balneares, que se foram estendendo ao longo de uma paisagem banhada pelo rio Tejo, e também pelo mar. Algumas destas localidades têm praia, o que torna o envolvimento mais saudável e mais agradável. São áreas onde existe um misto de vivendas e prédios, e onde os espaços naturais são mais abundantes que nas localidades anteriores. Em termos de tráfego, dos três tipos de envolvimento urbano, é talvez a zona mais salvaguardada.

No meio rural, incidimos o estudo em trinta crianças que frequentam a Escola Básica do Primeiro Ciclo em São Bartolomeu de Messines, estando todas elas no quarto ano de escolaridade. Esta vila situa-se numa zona intermédia entre a Serra Algarvia e o litoral, possuindo características mais marcadamente de zona interior. A população total rondava os oito mil e seiscentos habitantes, segundo dados provenientes do último recenseamento datado de 1991.

A maioria das crianças que fazem parte da amostra habitam na vila, e as restantes vêm de aldeias próximas. Nesta vila predominam os prédios até três andares e as vivendas organizadas em pequenos bairros. Esta localidade é atravessada de uma ponta a outra por uma estrada principal com significativa

intensidade de tráfego. Não existem jardins nem espaços específicos para as crianças e, em termos da oferta de actividades, estas só têm o A.T.L., o rancho folclórico e um clube de futebol com classes de crianças e jovens.

6. Instrumentos

A metodologia deste estudo consiste na aplicação e posterior tratamento dos dados provenientes dos seguintes quatro instrumentos de investigação:

- Dois questionários, um destinado às crianças e outro aos pais e/ou Encarregados de Educação;
- Uma entrevista dirigida;
- Um diário de actividades.

Todos os instrumentos que irão ser utilizados neste estudo, questionários, diário de actividades e guião da entrevista, já foram aplicados em investigações anteriores por uma Psicóloga Ambiental de nacionalidade finlandesa, de nome Marketta Kytta. Esta investigadora, para além de já ter efectuado este estudo no seu país de origem, também já o realizou em quatro cidades da Bielorrússia e em Vermont nos Estados Unidos da América.

Os instrumentos foram traduzidos para a língua Portuguesa e adaptados à nossa realidade. Foi efectuado um estudo piloto a fim de permitir correcções e adaptações às realidades sociais em causa.

6.1. Questionários

Os objectivos da aplicação destes dois questionários são: estudar a independência de mobilidade das crianças no seu espaço de acção, apurar o nível de autonomia que lhes é concedido pelos pais e/ou encarregados de educação, e fazer uma caracterização profissional e sócio-económica dos agregados familiares.

Os questionários foram originalmente elaborados por Hillman et al.⁴ em 1990 e posteriormente traduzidos para finlandês, tendo sido adaptado em alguns pormenores, de acordo com a cultura finlandesa. Foram traduzidos para português e sofreram algumas adaptações mínimas, de acordo com a realidade do nosso país.

Ambos os questionários foram concebidos de forma a poderem ser preenchidos rapidamente; todas as questões estão elaboradas de uma forma clara e directa, de modo a não provocarem grande incómodo aos indivíduos questionados.

Cada questionário, assim como todos os restantes instrumentos aplicados, foram identificados com um código no canto superior direito, por exemplo, R-1 onde o (R) significa rural e a numeração faz a correspondência dos questionários das crianças com os dos pais. Todos os questionários são identificados do R-1 ao R-30 e do U-1 (U de urbano) ao U-29.

6.1.1. Questionários para crianças de 8-9 anos de idade

Com este questionário pretendeu-se verificar a independência de mobilidade das crianças nas suas rotinas diárias, através do seguinte conjunto de questões:

- como é que a criança vai para a escola e como é que volta.
- Quem a acompanha.
- Distância da casa à escola.
- Posse de bicicleta e liberdade para circular na rua.
- Autorização para atravessar as ruas principais sozinha.
- Autorização para utilizar os transportes públicos.
- Número de amigos que pode visitar sozinha.
- Actividades efectuadas durante o fim-de-semana e nível de autonomia na realização das mesmas.

⁴ Mayer Hillman, et al. (1990). «One False Move ... A Study of Children's Independent Mobility», *Publications of the Policy Studies Institute*. Londres.

6.1.2. Questionários para os pais e/ou Encarregados de Educação

O questionário aplicado aos pais teve como objectivo verificar o grau de conformidade das suas respostas com as respostas dadas pelas crianças. Relativamente ao nível de autonomia, pretendeu-se também comparar a liberdade das crianças hoje em dia com a liberdade dos pais quando eram da mesma idade, e por último, fazer uma breve caracterização sócio-económica do agregado familiar.

A primeira parte deste questionário foca os seguintes grupos de questões:

- nível de autonomia da criança no trajecto casa-escola e vice-versa;
- grau de preocupação dos pais quanto aos riscos de acidentes dos filhos ao atravessarem as ruas;
- acompanhamento da criança a actividades de lazer;
- autorização para a criança atravessar as ruas principais sozinha;
- autorização para a criança sair depois de escurecer;
- autorização para a criança andar sozinha de transportes públicos;
- autorização para a criança brincar sozinha fora de casa (na rua).

6.2. Entrevistas

O propósito das entrevistas foi determinar o que o envolvimento físicos oferece às crianças em termos funcionais, ou seja, em termos de possibilidades de acção e actividades possíveis de ser realizadas.

Esta entrevista foi inicialmente concebida por Kittä, M. (1995), que para elaborar a lista das acções e das diversas actividades a colocar na entrevista se baseou na

taxonomia funcional de envolvimentos exteriores para crianças: Functional taxonomy of children's outdoor environments (Heft⁵, 1988).

A taxonomia era inicialmente composta por dez categorias, mas Kittä retirou-lhe uma por ser muito difícil de operacionalizar, acrescentando-lhe duas novas categorias: acções na natureza e “affordances” sociais. Deste modo, a taxonomia funcional de envolvimentos exteriores para crianças ficou definida pelas onze categorias e respectivas acções, que passamos a discriminar, e que constam do guião da entrevista.

Categoria 1 - *Acções em superfícies planas relativamente suaves.*

Permitem:

- correr
- andar de bicicleta
- andar de patins
- andar de skate
- fazer jogos lúdicos

Categoria 2 - *Acções em declives relativamente suaves.*

Permitem:

- deslizar, escorregar

Categoria 3 - *Acções com manipulação de objectos / materiais.*

Permitem:

- atirar objectos
- fazer construções
- cavar a terra

Categoria 4 - *Acções com objectos fixos.*

Permitem:

- saltar sobre, e de cima de

Categoria 5 - *Acções com objectos fixos não rígidos.*

Permitem:

- andar de baloiço

⁵ Heft (1988). «Affordances of Children's Environments: A Functional Approach to Environmental Description», *Children's Environmental Quarterly*, Vol.5, nº3.

Categoria 6 - *Acções em superfícies escaláveis.*

Permitem:

- trepar
- ver a paisagem

Categoria 7 - *abrigo.*

Permite:

- estar sozinho
- esconder-se

Categoria 8 - *Acções com materiais moldáveis.*

Permitem:

- moldar barro, terra, areia

Categoria 9 - *Acções com água.*

Permitem:

- nadar
- pescar
- brincar com água

Categoria 10 - *Acções na natureza.*

Permitem:

- brincar com animais
- brincar com plantas
- *correr de forma livre

Categoria 11 - *Acções de jogo social.*

Permitem:

- fazer jogos de acção
- fazer teatro (“faz de conta”)
- brincar às “casinhas”
- fazer barulho
- ajudar nas tarefas dos adultos
- *estar com os amigos
- *jogar informalmente com os amigos (jogos desportivos)
- *praticar desporto (de um modo formal)

*Questões acrescentadas à entrevista original.

6.3. Diários de actividades

As rotinas de vida das crianças foram estudadas através dos dados obtidos pelos diários de actividades. Destes, retiraram-se as informações relativas ao número de trajectos realizados, tipo de actividades efectuadas e locais visitados, meio de transporte utilizado e autonomia da criança (quem a acompanha ou se realiza o trajecto sozinha).

Os diários continham três folhas para cada dia, uma folha para a manhã, uma para a tarde e outra para a noite. Todos os dias a criança registava as horas a que se tinha levantado e deitado e preenchia, para cada trajecto realizado, as cinco colunas correspondentes às seguintes questões:

- onde é que foste?
- Com quem foste?
- O que lá fizeste?
- Como foste para lá?
- Quanto tempo lá ficaste? (Registar uma das 3 opções: menos de uma hora; uma hora e mais de uma hora)

No início do diário, as crianças encontravam um espaço para fazer um desenho à sua escolha. Entre o fim da primeira e o início da segunda semanas e no final do diário, as crianças podiam, também, desenhar o que mais gostaram de fazer durante a semana.

7. Procedimentos

Após um primeiro contacto com os professores das escolas do primeiro ciclo, que foram informados sobre o âmbito e os objectivos do estudo, e depois de estes terem concordado em participar, foi distribuído a cada criança um envelope codificado contendo os dois questionários, o diário e a carta de apresentação para os pais. Explicou-se-lhes que retirariam do envelope o diário e o questionário que lhes estava destinado e os deixariam na escola, guardados. O outro questionário

seria entregue aos pais, juntamente com a carta de apresentação, para lhes ser dado conhecimento do estudo. As crianças levaram para casa o questionário para os pais, que, depois de preenchido, foi novamente levado para a escola e entregue ao professor(a), que por sua vez o devolveu à responsável pelo estudo. Todos os questionários continham o código de cada criança.

Após alguns dias as crianças preencheram os seus questionários na presença da responsável do estudo, que explicou como teriam de o fazer e esclareceu as dúvidas que iam surgindo. Este procedimento foi feito na escola durante um intervalo concedido pelo professor.

As entrevistas foram realizadas pela responsável pelo estudo e por um colaborador, que conduziram, cada um, cerca de metade da totalidade da amostra. Para determinar a validação inter-entrevistador foi efectuado um pré-teste inicial durante o estudo piloto. As crianças foram entrevistadas na escola, individualmente, num local calmo e sem interrupções. Os entrevistadores começavam por conversar um pouco com a criança para a ambientar à situação e ao próprio entrevistador. A entrevista foi dirigida por meio de um guião contendo todas as questões e onde foram anotadas as respostas. Os guiões continham o código respectivo a cada criança.

No que se refere aos diários de actividades, as crianças iniciaram o seu preenchimento numa Segunda-feira e continuaram durante duas semanas. Este procedimento foi conduzido pelo(a) professor(a), que todos os dias de manhã, na sala de aula, orientava as crianças no preenchimento do diário de actividades, onde eram registados todos os trajectos que haviam realizado no dia anterior. Ao Sábado as crianças preenchiam os diários em casa, anotando os trajectos efectuados na Sexta-feira. Na Segunda-feira registavam as saídas de Sábado e de Domingo. Após as duas semanas, o professor(a) recolheu os diários e entregou-os à responsável pelo estudo. Todos os diários foram codificados com o código correspondente a cada criança.

Foi garantido o anonimato de todos os que participaram neste estudo, tendo este facto sido dado a conhecer aos pais das crianças na carta de apresentação.

8. Tratamento dos dados

Os dados recolhidos após a aplicação dos quatro instrumentos de investigação serão tratados tendo por base os três temas centrais deste estudo. Estes três temas constituem quer o objecto de estudo, quer as variáveis dependentes:

- rotinas de vida
- independência de mobilidade
- percepção das possibilidades de acção do envolvimento físico.

Estas variáveis serão analisadas à luz das duas variáveis independentes, envolvimento físico (meio rural e urbano) e sexo da amostra. Os objectivos irão incidir na detecção de possíveis influências das duas variáveis independentes no comportamento das três variáveis dependentes. O tratamento dos dados será elaborado do seguinte modo:

- ↷ Cálculo de médias aritméticas para a determinação do número médio de trajectos diários e de actividades realizadas pelas crianças nas suas rotinas de vida.
- ↷ Cálculo de percentagens relativas entre os grupos estudados, sobre os temas em discussão.
- ↷ Aplicação da técnica estatística de comparação, análise da variância Anova one-way, para a comparação entre grupos/amostras independentes em relação a uma variável dependente.
- As rotinas de vida das crianças serão analisadas de acordo com os dados fornecidos pelos diários de actividades. Estas informações serão posteriormente tratadas em relação a cada uma das variáveis independentes: envolvimento físico e sexo da amostra.

- Para o estudo da independência de mobilidade nas crianças, teremos informações fornecidas pelos diários de actividades acerca da questão do acompanhamento da criança às actividades que ela realiza: se vai sozinha, com amigos ou com adultos. Teremos, também, dados provenientes dos questionários, nomeadamente em relação ao nível de autonomia das crianças nas seguintes situações:
 - atravessar as ruas
 - ir para as actividades de lazer
 - ir/voltar da escola
 - utilizar transportes públicos
 - sair depois de escurecer.

Estas informações serão posteriormente tratadas em relação a cada uma das variáveis independentes: envolvimento físico e sexo da amostra.

- As possibilidades de acção percebidas pelas crianças no seu envolvimento físico (“affordances” positivas) são informações recolhidas através das entrevistas. Estas informações vão ser organizadas em categorias e tratadas em relação a cada uma das variáveis independentes: envolvimento físico e sexo da amostra.

IV. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Rotinas de vida das crianças	75
1.1. Número de actividades realizadas e trajectos efectuados	75
1.2. Diversidade de actividades realizadas ou locais visitados pelas crianças	87
2. Independência de mobilidade das crianças	93
2.1. Independência de mobilidade nas rotinas diárias das crianças	93
2.2. Independência de mobilidade em situações comuns do dia-a-dia	100
2.3. Independência de mobilidade no trajecto casa-escola	107
2.4. Conquista da autonomia na realização de situações diversas	109
2.5. Principais factores condicionantes da independência de mobilidade das crianças	115
3. Percepção das possibilidades de acção no espaço físico	123
3.1. Percepção das possibilidades de acção existentes no espaço físico para a realização de acções motoras e actividades diversas	123
3.2. Locais onde as crianças percebem um maior número de possibilidades de acção	131

1. Rotinas de vida das crianças

1.1. Número de actividades realizadas e trajectos efectuados

As rotinas de vida das crianças foram estudadas a partir das informações presentes nos diários de actividades. Durante catorze dias, um total de quarenta e cinco crianças preencheram estes diários, aos Sábados, em casa, e durante a semana, na escola, com a ajuda do professor. As crianças apontaram todos os seus trajectos diários, especificando os locais de destino, indicando quem as acompanhava ou se iam sozinhas, como era feito o trajecto e quanto tempo permaneciam no local de destino. Cada um dos dias está dividido em manhã, tarde e noite, para que, desta forma, o dia-a-dia das crianças possa ser analisado com maior exactidão.

A análise quantitativa dos resultados será feita através do cálculo de médias aritméticas e da aplicação da técnica estatística de comparação Anova one-way.

Em primeiro lugar, começamos por analisar o número médio de trajectos diários por criança procedendo, em simultâneo, a uma comparação dos dados do nosso estudo com o trabalho de Marketta Kittä (1995), no qual foi aplicada a mesma metodologia em crianças de oito anos de idade, provenientes de três comunidades finlandesas distintas em termos de características urbanísticas: uma cidade grande, uma pequena cidade rural e uma aldeia rural.

Quadro 3- Número médio de trajectos diários realizados durante o período de preenchimento dos diários de actividades. Comparação com a literatura (Kittä, 1995)

	Meio rural	Meio urbano	Kittä (1995)		
Sexo feminino	1,28	0,94			
Sexo masculino	1,10	0,81	Aldeia	Pequena cidade	Cidade
Total	1,20	0,81	1,66	1,69	1,42

Gráfico 1- Número médio de trajectos diários em crianças do meio rural e urbano

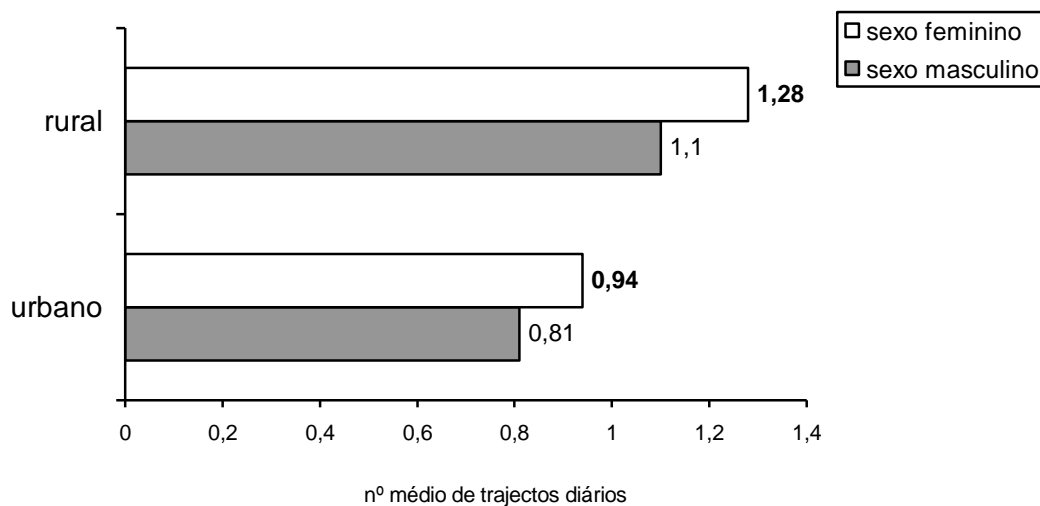
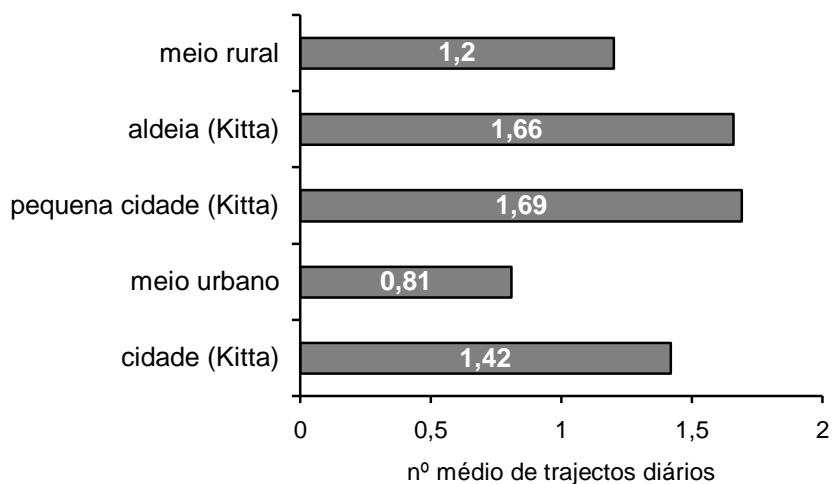


Gráfico 2- Número médio de trajectos diários. Comparação com a literatura (Kittä, 1995)



As rotinas de vida das crianças do meio rural incluem um maior número de trajectos diários, para além das deslocações quotidianas entre a casa e a escola, do que as crianças do meio urbano. No primeiro grupo, a média de deslocações diárias sem incluir a escola, é de 1,2, enquanto no grupo formado pela crianças do meio urbano este valor é um pouco mais baixo, não atingindo sequer um trajecto por dia (0,81). Os rapazes do meio rural estão um pouco mais abaixo relativamente às raparigas suas conterrâneas, e as crianças citadinas, principalmente as do sexo masculino, são aquelas que, para além da escola, saem menos vezes.

Ao compararmos estes valores com a literatura, (Kittä, 1995), verificamos que as crianças finlandesas provenientes dos três envolvimentos estudados (cidade, pequena cidade rural e aldeia rural) efectuam, em média, mais trajectos diários do que as crianças portuguesas. Os grupos que estão mais próximos entre si são as crianças portuguesas provenientes do envolvimento rural, com 1,2 trajectos diários e as crianças finlandesas que habitam na grande cidade, e que realizam cerca de 1,42 deslocações por dia. Estes resultados indicam-nos que em termos do número de trajectos diários as rotinas de vida das crianças finlandesas são mais ricas, pois elas saem muito mais vezes por dia, o que pode ser reflexo de inúmeros factores, entre os quais, por exemplo, os horários escolares, a disponibilidade dos pais, a segurança nas ruas, entre outros.

De igual modo, são as raparigas aquelas que apresentam uma média diária mais elevada de trajectos, nunca se encontrando abaixo da média dos rapazes.

Quadro 4- *Comparação do número total de trajectos realizados entre crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino*

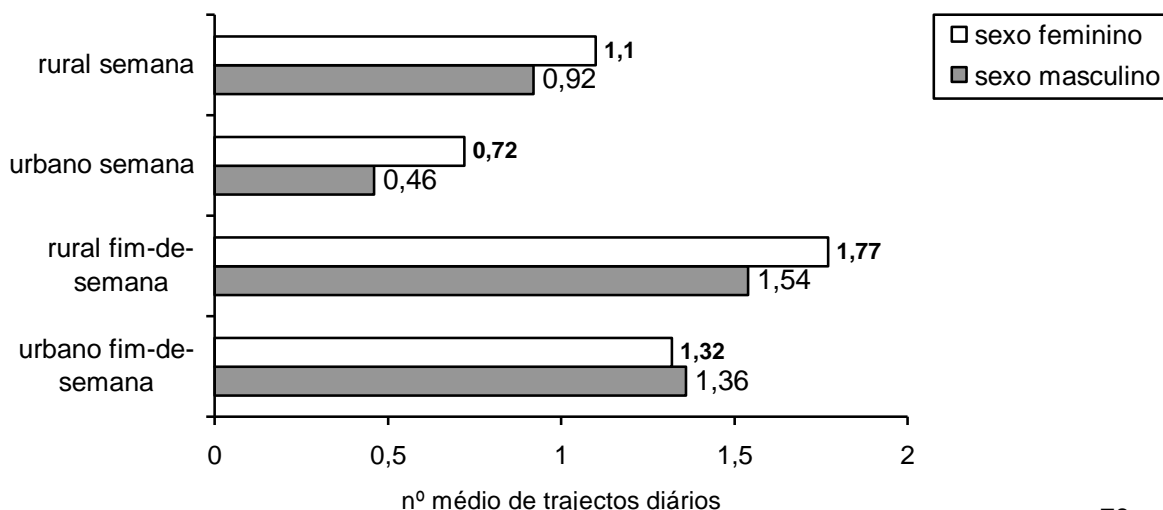
	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Número total de trajectos	<u>F=14,47, p=1,77E-04</u>	F=4.20, p=0.04

As diferenças entre grupos, relativamente ao número total de trajectos efectuados pelas crianças, durante o período de preenchimento dos diários, revelaram-se muito significativas entre os dois grupos formados pelas crianças provenientes dos dois envolvimentos estudados, rural e urbano, e significativas para uma probabilidade de $p=0,04$, entre o sexo feminino e masculino. Na investigação de Kittä não foram encontradas diferenças significativas entre os três meios estudados, de onde podemos concluir que, relativamente às amostras estudadas, as crianças finlandesas, para além dos trajectos rotineiros entre a casa e a escola, deslocam-se com maior frequência a outros locais para além da escola do que as crianças portuguesas. Para além disto, as diferenças que encontrámos no nosso estudo entre as crianças da cidade e do campo, não se fazem sentir de um modo significativo no estudo de Kittä, o que significa que, quer as crianças habitem numa cidade grande, numa pequena cidade rural ou numa aldeia, o factor urbanismo, com todas as implicações que lhe são inerentes, não parece influenciar a frequência relativa com que as crianças finlandesas saem para fora das imediações das suas casas.

Quadro 5- *Número médio de trajectos diários durante a semana e ao fim-de-semana*

	Meio rural		Meio urbano	
	Semana	Fim-de-semana	Semana	Fim-de-semana
Sexo feminino	1,1	1,77	0,72	1,32
Sexo masculino	0,92	1,54	0,46	1,36
Total	1,02	1,67	0,60	1,34

Gráfico 3- *Número médio de trajectos diários ao fim-de-semana e durante a semana*



Quadro 6- *Comparação do número total de trajectos realizados ao fim-de-semana e durante a semana entre as crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino*

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Semana	F=16,96, p=6,67E-05	n.s.
Fim-de-semana	n.s.	n.s.

n.s. – não há diferenças significativas

Ao confrontarmos o número médio de trajectos diários entre os dois grupos rural e urbano, constatamos que as crianças provenientes do meio rural apresentam uma média superior de trajectos por cada dia útil (1,02), comparativamente a apenas 0,60 trajectos efectuados pelas crianças do meio urbano. Estatisticamente, estes dois grupos apresentam diferenças muito significativas, como se pode observar no quadro número seis.

Ao fim-de-semana, apesar das crianças da cidade aumentarem bastante as suas deslocações diárias, (de 0,60 para 1,34) não conseguem alcançar as do meio rural, que apresentam uma média de 1,67 saídas por dia. Os dois grupos não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

A compensação que as crianças residentes no meio urbano fazem durante o fim-de-semana ao saírem de casa para passear, visitar familiares ou amigos, aproveitando assim uma maior disponibilidade dos pais, não é suficiente para conseguirem chegar aos valores que as crianças do meio rural apresentam. Era, pois, necessário que durante a semana tivessem uma possibilidade de saírem de casa muito próxima daquela que têm aos fins-de-semana. Por exemplo, e de acordo com os dados recolhidos, os rapazes do meio urbano durante os dias de semana fazem exactamente metade dos trajectos diários dos rapazes do meio rural, e ao fim-de-semana, os primeiros não conseguem igualar os número de viagens ou passeios dos segundos. Assim, nunca serão capazes de fazer uma suficiente compensação durante os dois dias do fim-de-semana, se durante a semana a sua rotina diária está quase somente confinada à escola e a casa.

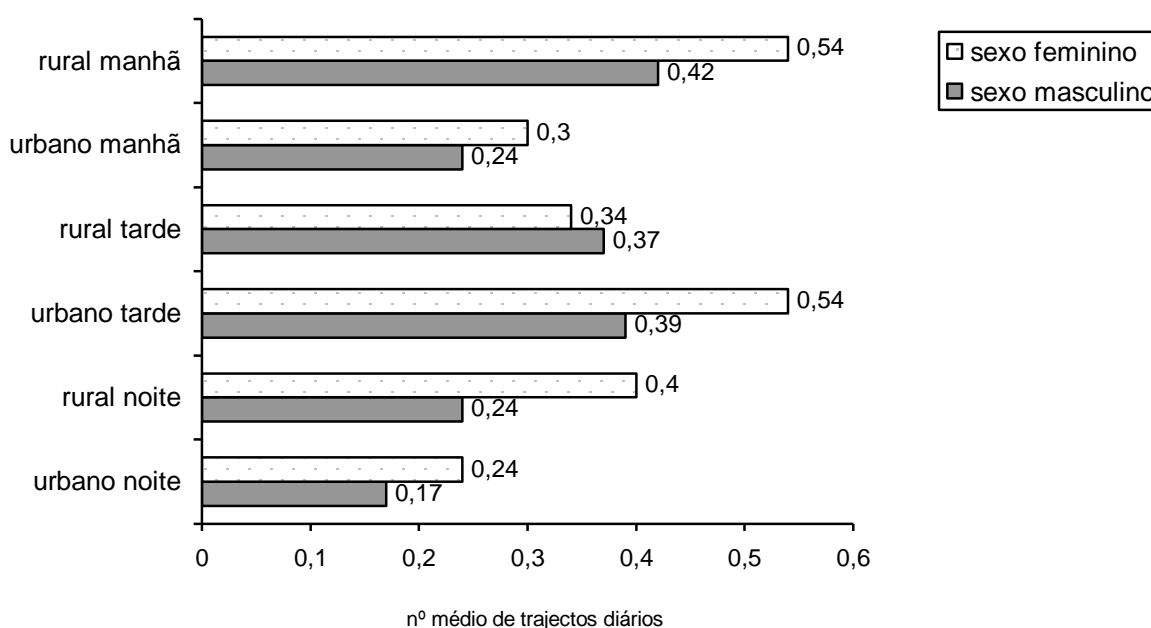
O sexo feminino continua a possuir valores mais elevados relativamente ao sexo masculino residente no mesmo envolvimento, não se observando ainda qualquer mudança neste cenário. Não existem diferenças significativas quando comparados o sexo feminino e masculino, no que diz respeito às variáveis número de trajectos realizados durante a semana e durante o fim-de-semana.

Para analisarmos mais aprofundadamente as informações fornecidas pelos diários de actividades, fizemos uma divisão do dia em manhã, tarde e noite, sendo deste modo possível de observarmos o modo como as crianças fazem uso da totalidade do dia e de cada uma das suas partes.

Quadro 7- Número médio de trajectos diários em cada parte do dia: manhã, tarde e noite

	Meio rural			Meio urbano		
	manhã	tarde	noite	manhã	tarde	noite
Sexo feminino	0,54	0,34	0,40	0,30	0,54	0,24
Sexo masculino	0,42	0,37	0,24	0,24	0,39	0,17
Total	0,48	0,35	0,33	0,27	0,48	0,21

Gráfico 4- Número médio de trajectos diários em cada parte do dia: manhã, tarde e noite



Quadro 8- *Comparação do número de trajectos realizados em cada parte do dia: manhã, tarde e noite, em crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino*

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Manhã	<u>F=11.27, p=1.17E-03</u>	n.s.
Tarde	n.s.	n.s.
Noite	n.s.	n.s.

Os horários escolares condicionam a participação das crianças noutras actividades, tal como se verificou com as duas amostras em estudo. Apenas 18,3% das crianças do meio rural tinham a manhã ocupada pela frequência às aulas, em oposição a 80,2% das crianças do meio urbano que registaram no seu diário a sua ida para a escola logo pela manhã.

Relativamente às manhãs, de acordo com os totais dos dias úteis juntamente com os fins-de-semana, o número médio de trajectos realizadas por cada criança é de 0,48 para o meio rural e apenas 0,27 para as crianças da cidade, residindo a explicação deste facto nos horários escolares. Em termos de análise estatística, só encontrámos diferenças significativas quando comparámos as crianças do meio rural e urbano relativamente à variável número de trajectos diários realizados de manhã.

As tardes parecem ser melhor ocupadas pelas crianças do meio urbano, que saindo da escola mais cedo podem dedicar-se a outro tipo de actividades. Curiosamente, o número médio de trajectos destas crianças efectuados à tarde, vai igualar o das crianças do meio rural de manhã, isto em termos globais. No entanto, ao analisarmos estes dados tendo em conta o sexo, os rapazes do meio rural e urbano aproximam-se muito no número de deslocações à tarde e são as raparigas que vão fazer a diferença, apresentando as do meio rural na parte da manhã os mesmos valores que as do meio urbano à tarde. Como já dissemos atrás, estes dados estão muito condicionados pelos horários escolares e esta

análise será feita com maior precisão um pouco mais à frente, ao observarmos os dias úteis.

Por último, no que se refere à noite, é no meio rural que as crianças saem mais de casa e principalmente as do sexo feminino, que apresentam o valor médio mais elevado: 0,40 jornadas diárias. Este valor ultrapassa o número de saídas diárias dos rapazes do meio urbano em qualquer parte do dia.

Em termos gerais, as raparigas continuam a apresentar mais saídas para fora de casa do que os rapazes; no meio rural elas efectuam mais trajectos diários quer pela manhã, quer à noite, do que todos os outros grupos, e as raparigas do meio urbano apresentam mais trajectos à tarde. Contudo, observamos pela primeira vez uma inversão da tendência, ou seja, os rapazes do meio rural têm mais trajectos realizados à tarde do que as raparigas do mesmo meio, e ultrapassam as raparigas citadinas nos trajectos pela manhã.

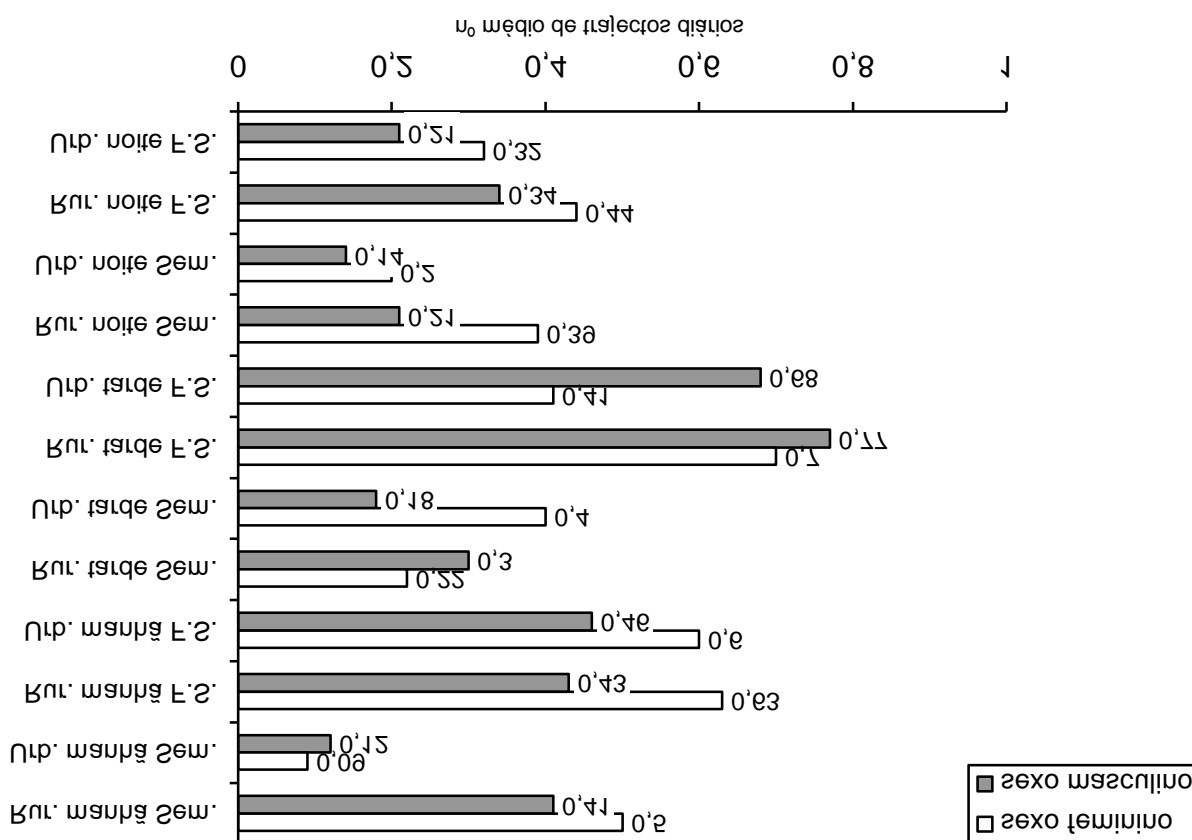
Quadro 9- *Número médio de trajectos diários em cada parte do dia: manhã, tarde e noite, durante os dias úteis*

DIAS ÚTEIS						
	Meio rural			Meio urbano		
	Manhã	Tarde	Noite	Manhã	Tarde	Noite
Sexo feminino	0,50	0,22	0,39	0,09	0,40	0,20
Sexo masculino	0,41	0,30	0,21	0,12	0,18	0,14
Total	0,46	0,25	0,30	0,11	0,31	0,17

Quadro 10- Número médio de trajectos diários realizadas em cada parte do dia: manhã, tarde e noite, durante os fins-de-semana

	FINS-DE-SEMANA					
	Meio rural			Meio urbano		
	Manhã	Tarde	Noite	Manhã	Tarde	Noite
Sexo feminino	0,63	0,70	0,44	0,60	0,41	0,32
Sexo masculino	0,43	0,77	0,34	0,46	0,68	0,21
Total	0,53	0,73	0,39	0,54	0,54	0,27

Gráfico 5- Número médio de trajectos diários em cada parte do dia: manhã, tarde e noite, durante os dias úteis e os fins-de-semana



Quadro 11- *Comparação do número de trajectos realizados em cada parte do dia: manhã, tarde e noite, nos fins-de-semana e nos dias úteis, em crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino*

			Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Manhã	Semana	F=4.37, p=0.04	F=14.60, p=4.54E-04	n.s.
	Fim-de-semana		n.s.	F=3.91, p=0.05
Tarde	Semana	n.s.	n.s.	n.s.
	Fim-de-semana		n.s.	n.s.
Noite	Semana	F=4.19, p=0.04	n.s.	F=4.44, p=0.04
	Fim-de-semana		n.s.	n.s.

Nos dados apresentados nos quadros e gráfico anteriores existem alguns aspectos que convém salientar: como seria de esperar, os dois grupos rural e urbano realizam mais trajectos aos fins-de-semana do que durante a semana. Esta diferença é mais expressiva na parte da tarde nas crianças do meio rural e nos rapazes do meio urbano, enquanto que as raparigas citadinas mantêm a média de trajectos diários durante as tardes, praticamente igual tanto nos dias úteis como nos fins-de-semana. Existe também um aumento muito acentuado no número de trajectos nas manhãs de fim-de-semana, relativamente às crianças oriundas do meio urbano.

De acordo com os resultados da aplicação da técnica estatística de comparação, Anova one-way, existem diferenças significativas entre o número de trajectos que as crianças efectuam nas manhãs dos dias úteis, em comparação com as manhãs de fim-de-semana, e também na quantidade de trajectos efectuados à noite, durante os dias úteis, comparativamente com os fins-de-semana.

Os dados utilizados para este cálculo foram o número total de deslocações realizadas por cada criança, no decorrer das duas semanas em que preencheram o diário de actividades; isto é, comparou-se o total de deslocações durante dois fins-de-semana (dois sábados e dois domingos) com os dez dias úteis. Assim, é

natural que as crianças saiam mais vezes durante os dez dias úteis do que em apenas os quatro dias de fim-de-semana.

As diferenças estatisticamente significativas que estão registadas no quadro número nove, ambas para uma probabilidade de $p=0,04$ significam que as crianças saíram muito mais vezes de manhã e à noite durante os dez dias úteis do que durante os dois fins-de-semana, como parece ser lógico. De acordo com os resultados obtidos, podemos concluir que a não existência de diferenças estatisticamente significativas relativamente ao número de trajectos efectuados à tarde, significa que a quantidade de vezes que a totalidade das crianças saiu nas tardes de fim-de-semana, aproximou-se e ultrapassou ligeiramente os resultados obtidos no total dos dez dias úteis. Como resultado dessa aproximação, não foram detectadas diferenças estatisticamente significativas, donde se conclui que a totalidade das crianças sai mais vezes de casa de manhã e de noite em toda a semana do que ao fim-de-semana, e nas tardes de Sábado e Domingo saem mais que durante as tardes do resto da semana.

Após o tratamento dos dados, verificou-se também que nos dias úteis as crianças do meio rural utilizam mais as suas manhãs para a realização de actividades várias do que crianças do meio urbano, pois a grande maioria das primeiras só vai para a escola após o almoço. O horário escolar é o factor responsável pelas únicas diferenças estatisticamente significativas encontradas entre as crianças rurais e urbanas quanto ao número de trajectos efectuados em cada uma das partes do dia, tanto nos dias úteis como nos fins-de-semana.

As raparigas provenientes do envolvimento urbano saem tantas vezes nas tardes de semana como nas tardes de fim-de-semana, e os rapazes, por sua vez, são aqueles que menos deslocações fazem durante os dias úteis para além de irem para a escola.

As raparigas do meio rural, em relação aos outros três grupos, saem mais vezes tanto à noite como de manhã, em qualquer dos dias da semana, e as crianças do mesmo sexo mas do meio urbano são as que realizam um maior número de

trajectos à tarde após a escola. Ainda no que diz respeito aos trajectos efectuados à noite, novamente são as crianças do meio rural que saem mais frequentemente. Os rapazes do envolvimento rural encontram-se muito equilibrados com as raparigas do meio urbano e os rapazes deste último grupo são aqueles que menos saem à noite.

Em termos de resultados estatísticos, ao compararmos as crianças dos dois sexos, encontramos diferenças significativas no número de trajectos realizados nas manhãs de fim-de-semana ($p=0.05$) e nas noites dos dias úteis ($p=0.04$). Em ambos os casos os elementos do sexo feminino apresentam mais trajectos efectuados.

Os rapazes do meio rural superaram todos os outros grupos no número de trajectos nas tardes de fim-de-semana, e por último, os rapazes que vivem na cidade são aqueles que em nenhum momento obtiveram valores superiores aos restantes grupos.

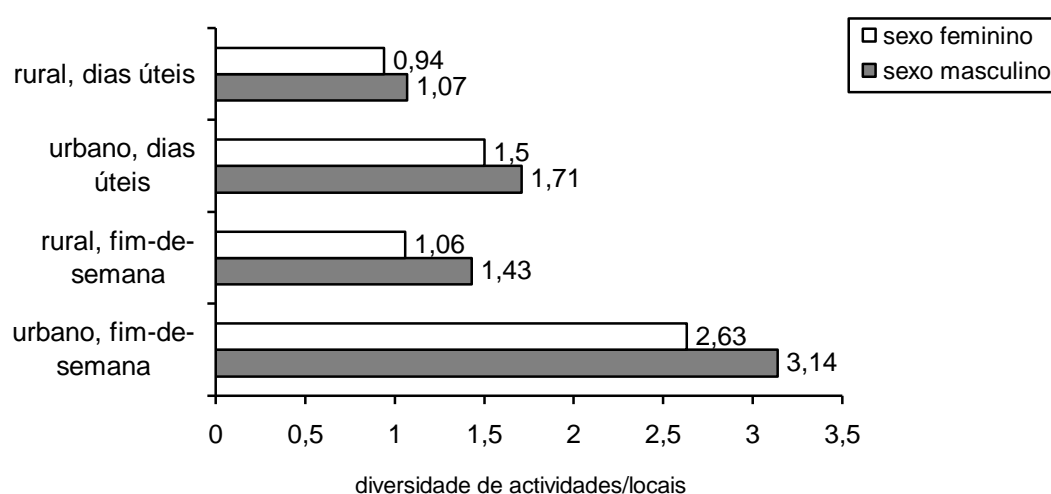
1.2. Diversidade de actividades realizadas ou locais visitados pelas crianças

A análise que temos vindo a efectuar tem vindo a centrar-se no tratamento quantitativo dos dados provenientes dos diários de actividades, nomeadamente em termos do número de trajectos que as crianças realizaram em determinados períodos de tempo. Agora iremos proceder à análise e discussão do tipo e variedade das actividades realizadas durante o total dos catorze dias a que os diários de actividades se referem.

Quadro 12- *Diversidade de actividades realizadas durante o período de preenchimento do diário de actividades*

		Dias úteis	Fins-de-semana	Total	
Meio rural	Sexo feminino	0,94	1,06	1,63	1,63
	Sexo masculino	1,07	1,43	1,64	
Meio urbano	Sexo feminino	1,5	2,63	3,13	3,47
	Sexo masculino	1,71	3,14	3,86	

Gráfico 6- *Diversidade de actividades realizadas durante o período de preenchimento do diário de actividades*



Havíamos já verificado que eram as crianças do sexo masculino provenientes do meio urbano aquelas que diariamente realizavam um menor número de trajetos, para além das viagens entre a casa e a escola. Ao ser analisada a variedade das actividades ou dos locais onde as crianças se dirigiam, constatámos que este mesmo grupo surgia com uma maior diversidade de actividades/locais. Esta diferença surge com maior expressão relativamente às crianças do meio rural, e em menor escala em relação ao sexo feminino do meio urbano. Em termos gerais, as crianças da cidade apresentam uma variedade total bastante superior, mais do dobro de actividades diferentes por criança, devido sobretudo ao facto de a cidade proporcionar um maior e mais acessível leque de ofertas.

Relativamente à comparação entre os dois sexos, o sexo masculino apresenta uma maior variedade, mas pouco expressiva, com um total de 2,38 participações em actividades diferentes, em relação ao sexo feminino com 2,13.

Quadro 13- *Percentagem relativa de cada actividade efectuada pelas crianças durante o tempo de preenchimento dos diários*

Sexo feminino				Sexo masculino			
Meio rural	%	Meio urbano	%	Meio rural	%	Meio urbano	%
		Actividades culturais	10,0			Actividades culturais	3,5
				Andar de bicicleta	5,5	Andar de bicicleta	1,8
Aniversários	1,4	Aniversários	7,8			Aniversários	3,5
ATL	3,6			Apanhar caracóis	2,5		
Baile	0,4			Baile	1,0		
Brincar c/ amigos	0,7					Brincar com os vizinhos	1,8
				Brincar na rua	12,0		
Cabeleireiro	1,8						
Café	35,1	Café	4,4	Café	18,0	Café	1,8
				Casa da aldeia	2,5		
Casa dos amigos	1,1	Casa dos amigos	1,1	Casa dos amigos	3,5	Casa dos amigos	3,5
		Casa de férias	7,8			Casa de férias	3,5
Casa dos vizinhos	0,7						
Catequese	2,2	Catequese	1,1	Catequese	2,0	Catequese	1,8
		Centro comercial	2,2			Centro comercial	8,8
		Cinema	1,1	Cinema	0,5		
Clube de vídeo	0,4						
Compras	18,5	Compras	4,4	Compras	9,0	Compras	1,8
Fazer um recado	0,4						
		Desporto	5,6			Desporto	7
		Desp. na escola	5,5			Desp. na escola	7,0
		Escuteiros	2,2			Escuteiros	1,8
				Espectác. desp.	0,5	Espectác. Desp.	1,8
Hipermercado	0,7	Hipermercado	1,1	hipermercado	2,0		
				Horta	1,0		
Hospital	0,4			Hospital	0,5	Hospital	3,5
Infantário	0,7						
Jardim	0,4	Jardim	2,2	Jardim	1,5		
		Jardim Zoológico	1,1				
Médico	0,7			Médico	0,5		
Missa	0,4	Missa	2,2	Missa	0,5	Missa	1,8
		Música	4,4			Música	5,3
						Parque	3,5
		Passear o cão	3,3			Passear o cão	1,8
Passear	5,4	Passear	3,3	Passear	4,5	Passear	12,3
						Pavilhão desport.	1,8
				Pesca	1,5		
		Piscina	4,4			Piscina	5,3
Praia	2,2					Praia	3,5
		Procissão	1,1				
Reunião	0,4						
		Restaurante	4,4			Restaurante	7,0
Trabalhar	0,4						
Trabalho da mãe	0,4	Trabalho do pai	2,2	Trabalho dos pais	1,0		
Visitas	0,4	Visitas	1,1	Visitas	0,5		
Visitar familiares	6,9	Visitar familiares	12,2	Visitar familiares	9,0	Visitar familiares	5,3
Visitas de estudo	14,5			Visitas de estudo	20,5		

O quadro anterior pretende mostrar a diversidade de actividades em que todas as crianças participaram, fazendo uma diferenciação dos quatro grupos, e pretende também realçar as actividades comuns entre dois ou mais grupos, dando-nos uma perspectiva dos diferentes hábitos existentes entre os dois meios distintos. Em primeiro lugar, existe um conjunto de locais e de actividades comuns que estão directamente relacionados com factores culturais. São eles ir à catequese, ir à missa e ao café. Os dois primeiros, apesar de serem referidos por todos, não têm muita expressão, mas o terceiro, a ida ao café, aparece com elevada frequência nas crianças do meio rural, principalmente nas raparigas que, quase diariamente, acompanham os pais ao café após o jantar.

Ir às compras, os passeios, as idas a casa dos amigos e visitas a familiares são também referidos por todos, visto serem hábitos perfeitamente usuais em todo o tipo de comunidades. São as crianças do sexo feminino provenientes do meio rural que vão mais vezes às compras; as idas a casa dos amigos são mais frequentes nos rapazes que nas raparigas e surgem com percentagens iguais nos rapazes dos dois meios. Os passeios são referidos mais vezes pelos rapazes do meio urbano, e por último, as visitas a familiares surgem mais vezes nas raparigas do meio urbano. Estas são as actividades comuns entre os grupos estudados.

No que se refere às maiores diferenças encontradas, verificou-se não ter havido qualquer participação das crianças do meio rural em actividades culturais extra-escolares, actividades estas que tiveram alguma expressão principalmente nas raparigas do meio urbano. Ocupações como sejam apanhar caracóis, ir à horta, brincar na rua, e ir à pesca são somente encontradas nos diários dos rapazes do meio rural. Apesar de as raparigas do mesmo meio também terem acesso a este tipo de actividades, talvez por um factor cultural não as realizem. As idas ao baile são somente referidas pelas crianças do meio rural.

Ir para a casa de férias, ir ao centro comercial, praticar desporto, ir aos escuteiros, frequentar aulas de música, passear o cão, ir à piscina e ir ao restaurante constituem as actividades somente encontradas nos diários das crianças do meio

urbano. Actividades extra-curriculares como a prática do desporto, os escuteiros, as aulas de música não existem no meio rural estudado e encontram-se, deste modo, com maior frequência nas zonas urbanas, onde há maior oferta. Centros comerciais e piscinas também são inexistentes tanto no meio rural estudado, como nas suas proximidades, e as idas ao restaurante serão menos frequentes devido ao poder de compra ser, também ele, menor.

Ao calcularmos a percentagem de actividades em comum entre cada dois dos quatro grupos estudados, verificamos que, como seria de esperar, existem mais actividades em comum entre raparigas e rapazes que pertencem ao mesmo meio do que actividades comuns entre elementos do mesmo sexo. A menor percentagem de actividades comuns encontra-se entre as crianças do sexo masculino residentes no meio rural e no meio urbano, ou seja, apenas 37% das actividades das primeiras são iguais às actividades realizadas também pelas segundas. A percentagem mais elevada, que traduz um maior número de actividades comuns, verifica-se entre os dois grupos do meio urbano. Nestes, 72% das actividades dos rapazes coincidem com as das raparigas.

Neste capítulo, onde se falou nas rotinas de vida das crianças em termos do número e da variedade de actividades/trajectos efectuados no seu envolvimento físico, retirámos as seguintes conclusões mais significativas:

- as crianças do meio rural efectuem mais trajectos diários, para além dos percursos normais entre a casa e a escola,
- as raparigas saem mais do que os rapazes, com diferenças significativas nas manhãs de fim-de-semana e nas noites dos dias úteis,
- as raparigas do meio rural são as que apresentam maior número de trajectos seguidas dos rapazes do mesmo meio, e as crianças do sexo masculino provenientes do meio urbano são as que saem com menos frequência.
- as crianças do meio urbano participam numa maior diversidade de actividades.
- o número de actividades comuns é maior entre crianças do mesmo meio do que em crianças do mesmo sexo.

IV. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Rotinas de vida das crianças	75
1.1. Número de actividades realizadas e trajectos efectuados	75
1.2. Diversidade de actividades realizadas ou locais visitados pelas crianças	87
2. Independência de mobilidade das crianças	93
2.1. Independência de mobilidade nas rotinas diárias das crianças	93
2.2. Independência de mobilidade em situações comuns do dia-a-dia	100
2.3. Independência de mobilidade no trajecto casa-escola	107
2.4. Conquista da autonomia na realização de situações diversas	109
2.5. Principais factores condicionantes da independência de mobilidade das crianças	115
3. Percepção das possibilidades de acção no espaço físico	123
3.1. Percepção das possibilidades de acção existentes no espaço físico para a realização de acções motoras e actividades diversas	123
3.2. Locais onde as crianças percebem um maior número de possibilidades de acção	131

2. Independência de mobilidade das crianças

2.1. Independência de mobilidade nas rotinas diárias das crianças

A quantidade de trajectos que crianças de oito e nove anos de idade fazem sozinhas ou acompanhadas por amigos traduz o seu nível de autonomia, assim como a segurança de um dado envolvimento. Se as crianças estão autorizadas a ir para a rua sozinhas, a brincar fora de casa ou a ir para a escola sem necessitarem de ser acompanhadas por um adulto, será porque o seu espaço de acção o permite, não pondo em causa a sua segurança.

Os dados relativos à independência de mobilidade das crianças foram-nos fornecidos pelos diários de actividades e pelos questionários. Nos primeiros, para além de anotarem todos os locais onde tinham ido, as crianças tinham ainda que referir quem as acompanhou, como se deslocaram até esse local, o que lá fizeram e quanto tempo aí permaneceram. É relativamente a quem acompanhou a criança que os dados seguintes se referem, pois eles dão-nos informações muito concretas sobre o grau de autonomia das crianças. Nos questionários das crianças e dos pais, retirámos as respostas afirmativas relativas à autonomia em determinadas situações:

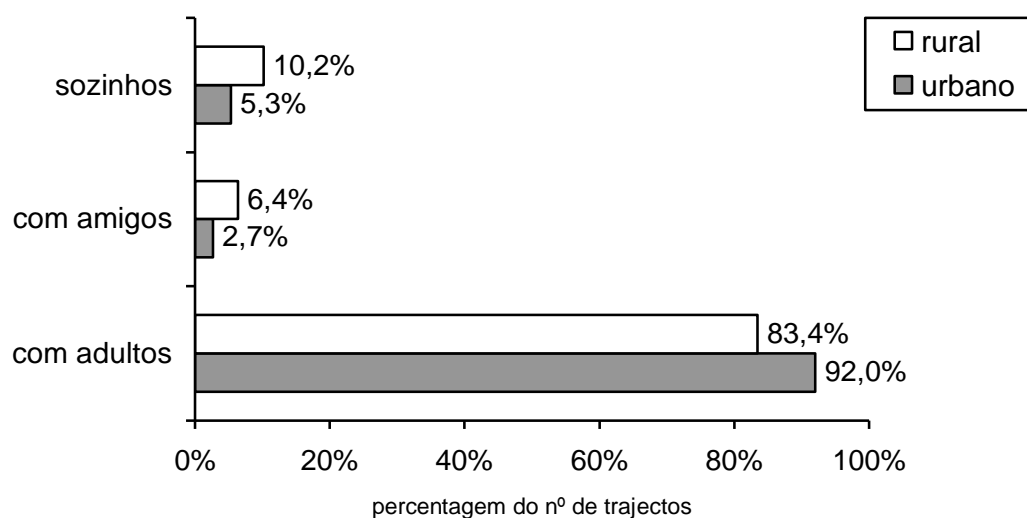
- ir e voltar da escola sozinho
- atravessar as ruas principais sozinho
- andar de bicicleta na rua
- brincar sozinho fora de casa
- andar de transportes públicos
- sair depois de escurecer
- ir para actividades de lazer.

A análise quantitativa dos resultados será feita através do cálculo de percentagens e da aplicação da técnica estatística de comparação Anova one-way.

Quadro 14- *Percentagem de trajectos realizados sozinhos, com amigos ou com adultos*

	Sozinho	Com amigos	Com adultos
Meio rural	10,2%	6,4%	83,4%
Meio urbano	5,3%	2,7%	92,0%
Total	9,09%	5,49%	86,05%

Gráfico 7- *Percentagem de trajectos realizados sozinhos, com amigos ou com adultos*



Ao preencherem os diários de actividades, as crianças anotavam em cada dia os locais onde tinham ido e quem os tinha acompanhado. Após o tratamento dos dados, verificámos que as crianças do meio rural apresentavam uma percentagem mais elevada de trajectos feitos sozinhos (10,2%) ou com amigos (6,4%), do que as crianças do meio urbano (5,3% sozinhos e 2,7% com amigos), e estas últimas, uma percentagem superior a noventa por cento (92%) nos trajectos com adultos.

É curioso que tanto no meio rural como no meio urbano, as crianças andam mais frequentemente sozinhas do que com os amigos, apesar de em ambos os casos serem pouco frequentes.

No estudo de Kittä (1995), os resultados apurados relativamente ao nível de autonomia de crianças de oito anos de idade, provenientes de três comunidades diferentes, foram completamente contrários aos nossos. No estudo desta autora, as crianças das três comunidades estudadas (cidade, pequena cidade rural e aldeia rural) realizavam mais trajectos com amigos do que sozinhas ou com adultos; as crianças da cidade saem mais com os amigos, na pequena cidade rural é mais frequente saírem sozinhas, e por fim, são as crianças que habitam na aldeia aquelas que saem mais vezes acompanhadas por adultos. As diferenças encontradas entre os três tipos de comunidades não são significativas e as percentagens relativas a quem acompanha a criança nos seus trajectos diários são, todas elas, muito próximas.

Se comparamos os nossos resultados com os de Kittä, podemos retirar duas conclusões: as crianças finlandesas saem mais vezes por dia para fora dos limites da sua habitação do que as crianças portuguesas, e fazem-no menos frequentemente sob a supervisão dos adultos. Cerca de 9% das crianças do nosso estudo saem sozinhas e 5,5% com amigos, em comparação com aproximadamente 30% e 35% das crianças finlandesas que têm autonomia para sair de casa sozinhas ou com os seus amigos.

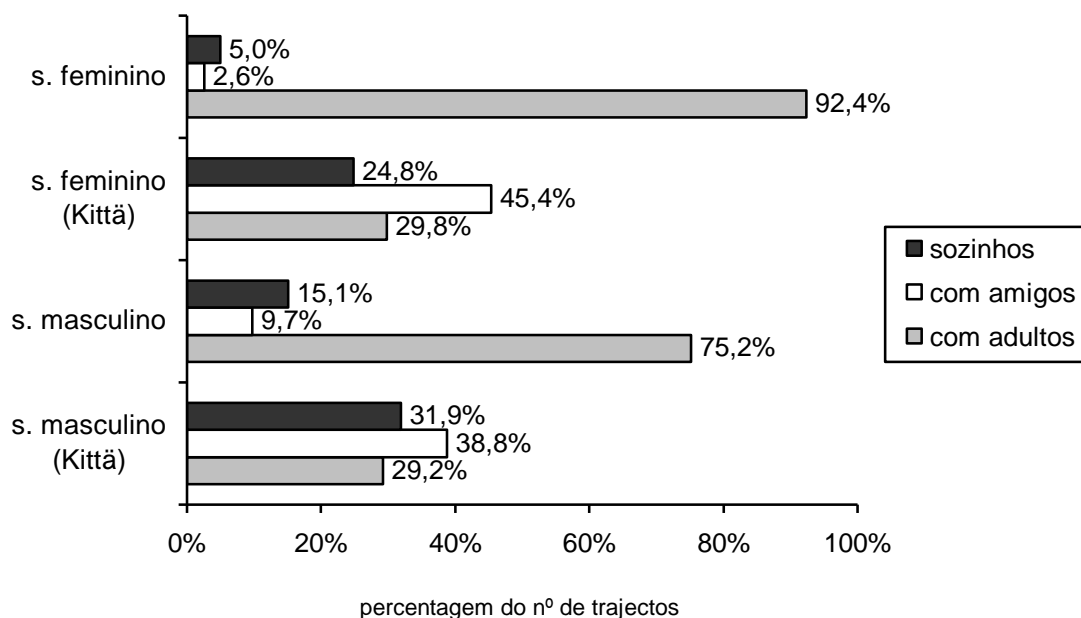
Hillman e Adams (1992) na investigação que realizaram com crianças inglesas obtiveram percentagens ainda mais elevadas, na ordem dos 45 a 48% das crianças de oito e nove anos com autorização para saírem sozinhas ao fim-de-semana.

As percentagens relativas aos trajectos que as crianças do nosso estudo realizam acompanhadas por adultos são bastante preocupantes. Da totalidade de actividades em que as crianças participaram ou das deslocações que fizeram, 83,4% das crianças do meio rural e 92,0% das crianças do meio urbano fizeram-no acompanhadas por adultos. Estes valores denotam uma grande falta de autonomia, cujas causas analisaremos mais à frente.

Quadro 15- *Percentagem de trajectos realizados sozinho, com amigos ou com adultos. Comparação com a literatura (Kittä, 1995)*

				Kittä (1995)		
	Sozinho	Com amigos	Com adultos	Sozinho	Com amigos	Com adultos
Sexo feminino	5,0%	2,6%	92,4%	24,8%	45,4%	29,8%
Sexo masculino	15,1%	9,7%	75,2%	31,9%	38,8%	29,2%

Gráfico 8- *Percentagem de trajectos realizados sozinho, com amigos ou com adultos. Comparação com a literatura (Kittä (1995))*



Como se pode observar no quadro e gráficos anteriores, ao considerarmos o sexo como variável independente, verificamos que as diferenças relativas ao grau de autonomia se tornam mais acentuadas do que se tivermos o meio habitacional como variável base. A percentagem de trajectos acompanhados por adultos é bastante mais elevada nas raparigas (92,4%) do que nos rapazes (75,2%). Face a estes resultados, podemos inferir que as elevadas percentagens encontradas quando da comparação entre meio rural e urbano se deviam principalmente ao sexo feminino.

Os rapazes saem mais vezes sozinho do que as raparigas, cerca de dez pontos percentuais de diferença, e também saem mais vezes com os amigos. No

trabalho de Kittä (1995) tanto os rapazes como as raparigas, saem mais frequentemente com os amigos e ambos estão equiparados na proporção de trajectos com adultos.

Na nossa amostra, os rapazes têm uma maior independência de mobilidade do que as raparigas, pois saem menos vezes na companhia de adultos.

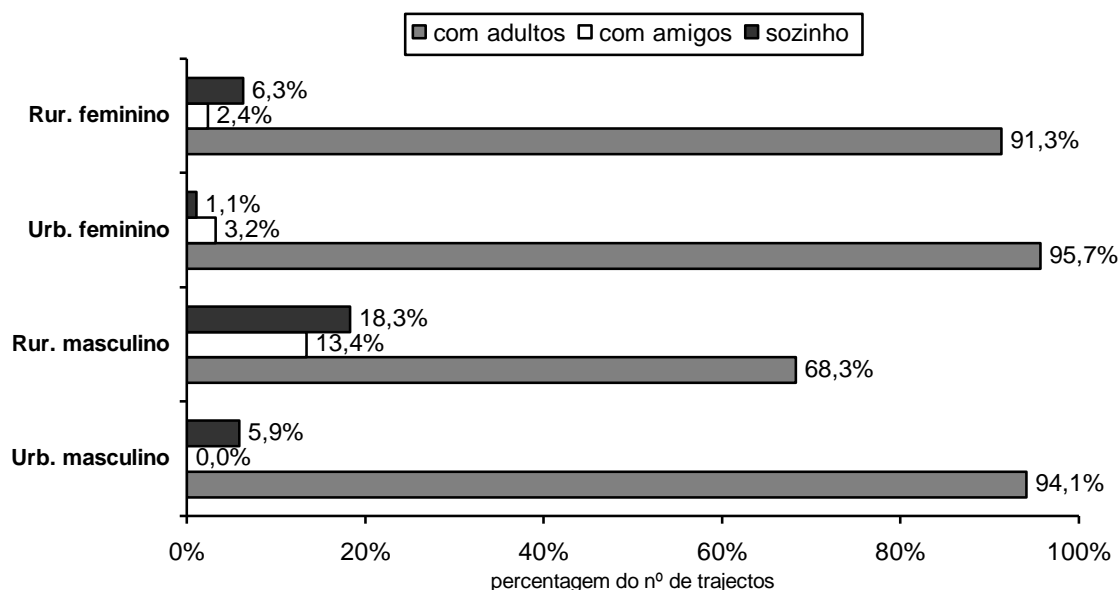
Quadro 16- *Percentagem de trajectos realizados sozinhos, com amigos ou com adultos, em crianças do meio rural e urbano*

	Meio rural			Meio urbano		
	Sozinho	Com amigos	Com adultos	Sozinho	Com amigos	Com adultos
Sexo feminino	6,3%	2,4%	91,3%	1,1%	3,2%	95,7%
Sexo masculino	18,3%	13,4%	68,3%	5,9%	0,0%	94,1%
Total	10,3%	6,4%	83,4%	5,3%	2,7%	92,0%

Quadro 17- *Percentagem de trajectos realizados sozinhos, com amigos ou com adultos, nas três comunidades estudadas, Kittä (1995)*

	Kittä (1995)								
	Aldeia rural			Pequena cidade rural			Cidade		
	Sozinho	Com amigos	Com adultos	Sozinho	Com amigos	Com adultos	Sozinho	Com amigos	Com adultos
Sexo feminino	19,5%	39,6%	40,9%	28,8%	40,9%	30,2%	26,0%	55,7%	18,3%
Sexo masculino	30,4%	35,3%	34,4%	35,6%	44,7%	19,6%	29,7%	36,5%	33,7%

Gráfico 9- *Percentagem de trajectos realizados sozinho, com amigos ou com adultos, em crianças do meio rural e urbano*



Quadro 18- *Comparação entre o número de trajectos realizados sozinho, com amigos ou com adultos, em crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino*

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Sozinhos	n.s.	n.s.
Com amigos	n.s.	n.s.
Com adultos	n.s.	F= 6,40, p=0,02

Apesar de já se ter constatado que as crianças do meio rural têm uma maior autonomia do que as do meio urbano, e que as raparigas estão menos autorizadas a sair sozinhas ou com amigos do que os rapazes, pareceu-nos necessário fazer uma análise mais detalhada dos quatro grupos estudados, de modo a que seja possível detectar com maior exactidão as diferenças reais entre cada um. Assim, e através da observação do quadro número catorze verificamos que os rapazes residentes na cidade não apresentam qualquer trajecto realizado na companhia de amigos e têm uma independência de mobilidade menor que as raparigas do meio rural. Deste modo, as diferenças encontradas atrás entre as crianças dos dois sexos, devem-se somente aos rapazes do meio rural e não aos do meio urbano, tendo sido os primeiros os responsáveis pelas diferenças

estatisticamente significativas entre os dois sexos nos trajectos na companhia de adultos.

A razão pela qual as crianças citadinas raramente saem com os amigos, pode ser, em parte explicada, pelo facto de ao saírem dos portões da escola, elas separam-se dos seus colegas que vivem espalhados pelos diversos pontos da cidade, tornando difícil o encontro extra-escola. Algumas destas crianças referiram diversas vezes não terem amigos no seu prédio ou nas imediações da residência.

As raparigas do meio urbano usufruem mais da companhia dos adultos nos seus trajectos diários que todos os restantes grupos; são também as que saem menos sozinhas, ultrapassando ligeiramente as do meio rural relativamente às saídas com amigos. Este é o único aspecto no qual as crianças da cidade apresentam um valor mais elevado. Estes resultados são, em parte, contrários aos de Kittä (1995), visto que no seu estudo a autora verificou que as raparigas da aldeia são as que mais frequentemente saem na companhia dos adultos. De um modo similar, no dois estudos, são as raparigas da cidade que saem mais com os amigos.

As crianças rurais do sexo masculino demonstraram ser o grupo que, de longe, usufrui de uma maior independência de mobilidade. Em relação à totalidade do grupo urbano, superam-nas em pouco mais de três vezes mais pontos percentuais nos trajectos realizados sozinhos, e quase cinco vezes mais nas saídas com amigos. No estudo com as crianças finlandesas, são os rapazes da pequena cidade os mais independentes, enquanto os da aldeia e da grande cidade se aproximam muito nas percentagens de deslocações com amigos e com adultos. Mais uma vez não se fez sentir, no trabalho de Kittä, qualquer tipo de diferença acentuada entre as comunidades mais e menos urbanizadas.

2.2 Independência de mobilidade em situações comuns do dia-a-dia

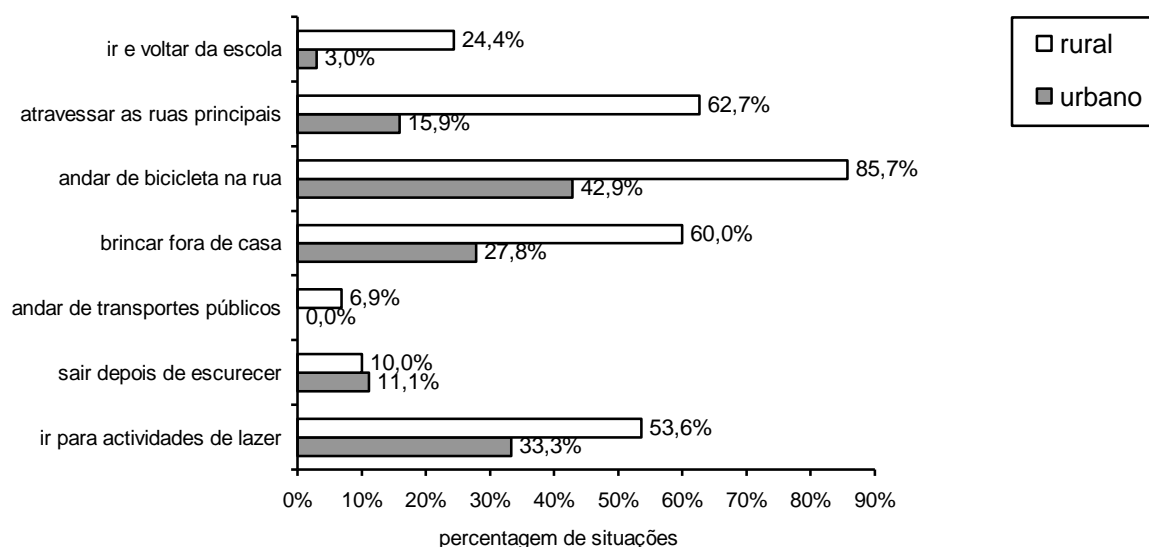
Anteriormente havíamos visto que a autonomia destas crianças de 8 e 9 anos de idade é bastante baixa, tendo em conta a quantidade de trajectos realizados na companhia de adultos, comparativamente ao número de trajectos efectuados sozinhos ou com amigos. Nessa análise, não considerámos as idas à escola e valorizámos todas as actividades para além do espaço físico escolar.

Os dados que se encontram descritos no próximo quadro pretendem dar a conhecer o nível de autonomia destas crianças, relativamente a algumas situações comuns do dia-a-dia.

Quadro 19- Autonomia na realização de situações do dia-a-dia. Comparação com a literatura (Kittä, 1995)

	Ir e voltar da escola	Atravessar ruas principais	Andar de bicicleta na rua	Brincar sozinho fora de casa	Andar de transportes públicos	Sair depois de escurecer	Ir para actividades de lazer
Meio rural	24,4%	62,7%	85,7%	60,0%	6,9%	10,0%	53,6%
Meio urbano	3,0%	15,9%	42,9%	27,8%	0,0%	11,1%	33,3%
Total	15,4%	42,7%	67,3%	47,9%	4,0%	10,4%	45,7%
Kittä (1995)	98-100%	88-100%	35-92%	-	-	-	88-100%

Gráfico 10- Autonomia na realização de situações do dia-a-dia



Quadro 20- *Comparação entre crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino quanto à autonomia para a realização de situações do dia-a-dia*

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Ir/voltar da escola sozinho	F= 8,60, p=4,94E-03	F= 4,70, p=0,03
Atravessar as ruas principais sozinho	F= 34,13, p=3,05E-07	n.s.
Andar de bicicleta na rua	F=10,62, p=2,11E-03	n.s.
Brincar sozinho fora de casa	F=5,70, p=0,02	n.s.
Utilizar os transportes públicos	n.s.	n.s.
Sair sozinho depois de escurecer	n.s.	n.s.
Ir para actividades de lazer sozinho	n.s.	n.s.

Andar de bicicleta na rua é a actividade onde a totalidade das crianças revela maior grau de autonomia. Nas restantes situações, as duas comunidades apresentam grandes diferenças, sendo estas estatisticamente significativas e com probabilidades de erro muitíssimo baixas nas seguintes: andar de bicicleta na rua, atravessar as ruas principais e ir/voltar da escola sozinho. Com uma probabilidade de erro de dois em cem, encontra-se a situação, brincar sozinho fora de casa.

No estudo realizado por Kittä, a autora encontrou, de igual modo, diferenças significativas entre a aldeia e a cidade quanto à autonomia para as crianças andarem de bicicleta na rua.

As diferenças mais acentuadas entre crianças rurais e urbanas situam-se ao nível da autorização que as crianças têm dos pais para poderem atravessar as ruas sozinho. Esta diferença deve-se, essencialmente, à distinta realidade existente entre as duas comunidades, em termos da intensidade de tráfego que circula tanto nas ruas e como no interior das áreas residenciais.

As crianças do meio urbano apresentam valores percentuais acentuadamente inferiores às do meio rural, em todas as situações, à excepção da autorização para sair depois de escurecer, que surge nas primeiras com mais 1,1%.

Mais de 50% das crianças do meio rural estão autorizadas a atravessar as ruas principais sozinhas, a brincar sozinhas fora de casa e a ir sozinhas a actividades de lazer. Ir e voltar da escola surge com apenas 24,4%; muito abaixo deste valor está a percentagem de crianças autorizadas a sair depois de escurecer e a andar sozinhas de transportes públicos, respectivamente com 10,0% e 6,9%.

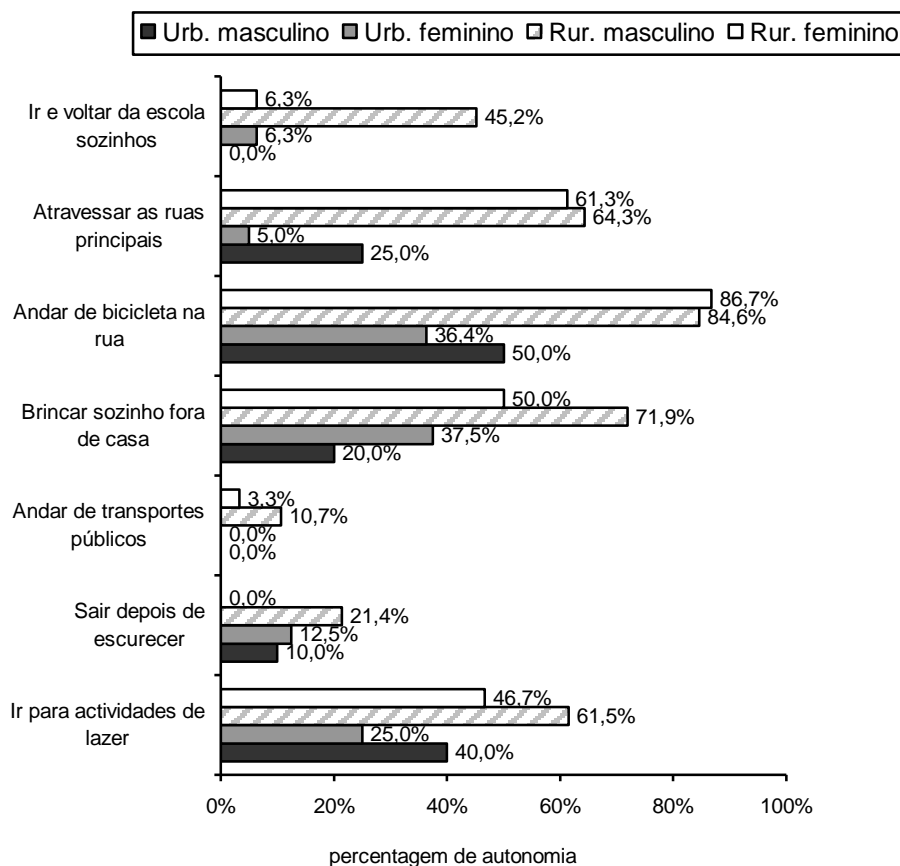
Em nenhuma das situações referidas no parágrafo anterior a percentagem relativa ao grupo do meio urbano excede os 34%. Somente 33,3% têm permissão para se deslocarem sozinhas a actividades de lazer e 27,8% estão autorizadas a brincar sozinhas fora de casa, o que perfaz pouco mais de um terço das crianças do meio rural com autonomia para o fazerem. 15,9% podem atravessar sozinhas as ruas principais e 3,0% têm autorização para ir e voltar da escola sem ser necessária a companhia de um adulto. Nenhuma destas crianças anda sozinha de transportes públicos e 11,1% podem sair sozinhas depois de escurecer.

Como podemos observar no quadro número dezassete, em termos da totalidade das crianças das três comunidades finlandesas, estas têm uma autonomia muito superior (na ordem dos 88-100%), para atravessar as ruas principais, ir e voltar da escola e ir para actividades de lazer. Dentro dos dados que conhecemos, somente 35% das crianças da cidade estão autorizadas a andar de bicicleta na rua, o que é inferior à nossa amostra, na qual 42,9% das crianças do meio urbano o podem fazer.

Quadro 21- Autonomia na realização de situações do dia-a-dia em crianças do meio rural e urbano e do sexo masculino e feminino.

	Sexo feminino		Sexo masculino	
	Meio rural	Meio urbano	Meio rural	Meio urbano
Ir e voltar da escola sozinhos	6,3%	6,3%	45,2%	0%
Atravessar ruas principais sozinhos	61,3%	5%	64,3%	25%
Andar de bicicleta na rua	86,7%	36,4%	84,6%	50%
Brincar sozinhos fora de casa	50%	37,5%	71,9%	20%
Andar de transportes públicos	3,3%	0%	10,7%	0%
Sair depois de escurecer	0%	12,5%	21,4%	10%
Ir para actividades de lazer sozinhos	46,7%	25%	61,5%	40%

Gráfico 11- Autonomia para a realização de situações do dia-a-dia em crianças do meio rural e urbano e do sexo masculino e feminino



Não encontramos nenhuma situação onde o grupo formado pelas crianças do sexo masculino fosse nitidamente mais independente do que a totalidade das crianças do sexo feminino. Quem motivou as diferenças estatisticamente significativas entre sexos (quadro dezoito), no que se refere à autonomia nos trajectos casa/escola, foi o grupo dos rapazes do meio rural; este grupo é consideravelmente mais autónomo que todos os restantes grupos, tanto neste, como noutros aspectos, que passamos a enumerar: autonomia para *brincar sozinho fora de casa*, para *andar de transportes públicos*, para *sair depois de escurecer* e para *ir a actividades de lazer*.

6,3% é a percentagem das crianças do sexo feminino, quer rurais quer provenientes da cidade, que têm autorização ou possibilidade para *ir e voltar da escola sozinhas*. As primeiras são as que, de entre todos os restantes grupos, gozam de maior autonomia para *andar de bicicleta na rua*, e as segundas, o grupo feminino do meio urbano, as que têm menor autonomia tanto neste aspecto, como para *atravessar as ruas principais*, *andar de transportes públicos*, tal como os rapazes do envolvimento urbano, e para *ir a actividades de lazer*.

As crianças do sexo masculino que habitam na cidade revelaram possuir a mais baixa independência de mobilidade nos trajectos casa-escola, e têm menos autorização dos pais para *brincarem sozinhos fora de casa* e *sair depois de escurecer*. Neto (1997: 15) encontrou também no seu estudo resultados que revelaram que o nível de autonomia no percurso casa-escola diminuía consideravelmente com a aproximação aos grandes centros urbanos.

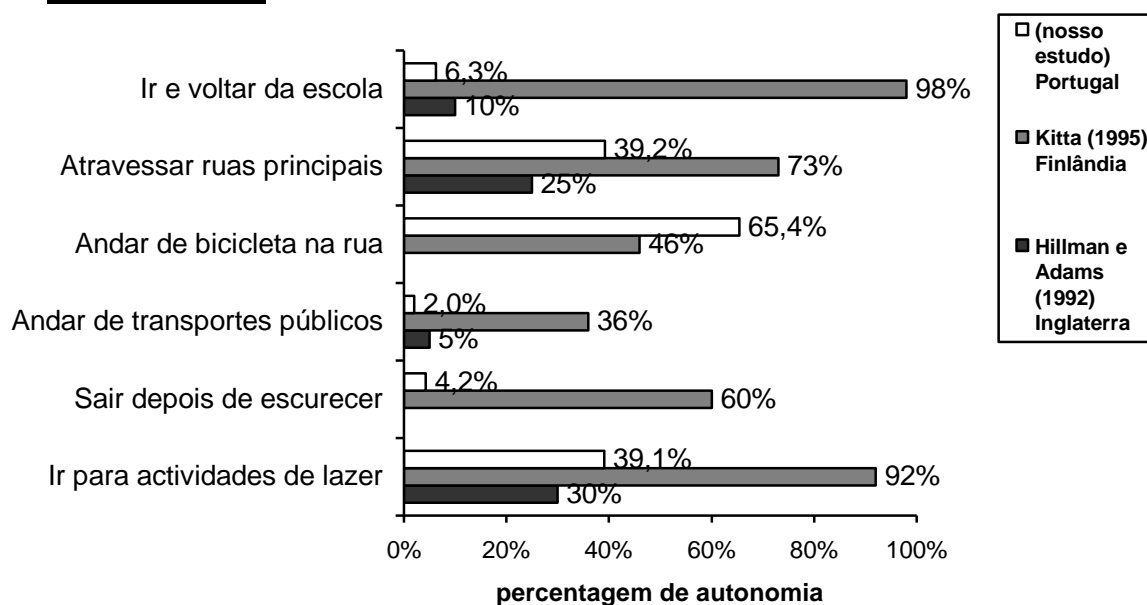
Quadro 22- Autonomia na realização de situações do dia-a-dia em crianças do meio rural e urbano e do sexo masculino e feminino. Comparação com a literatura, Kittä (1995), Hillman e Adams (1992)

	Sexo feminino			Sexo masculino		
	Nosso estudo	Kittä (1995)	Hillman e Adams (1992)	Nosso estudo	Kittä (1995)	Hillman e Adams (1992)
Ir e voltar da escola	6,3%	98%	10%	25,0%	99%	90%
Atravessar ruas principais	39,2%	73%	25%	46,2%	98%	65%
Andar de bicicleta na rua	65,4%	46%	-	69,6%	74%	-
Brincar sozinho fora de casa	45,8%	-	-	50,0%	-	-
Andar de transportes públicos	2,0%	36%	5%	6,0%	43%	32%
Sair depois de escurecer	4,2%	60%	-	16,7%	72%	-
Ir para actividades de lazer	39,1%	92%	30%	52,2%	97%	50%

Nota: as percentagens retiradas dos dois estudos são valores aproximados.

Gráfico 12- Autonomia para a realização de situações do dia-a-dia em crianças do sexo feminino. Comparação com a literatura, Kittä (1995), Hillman e Adams (1992)

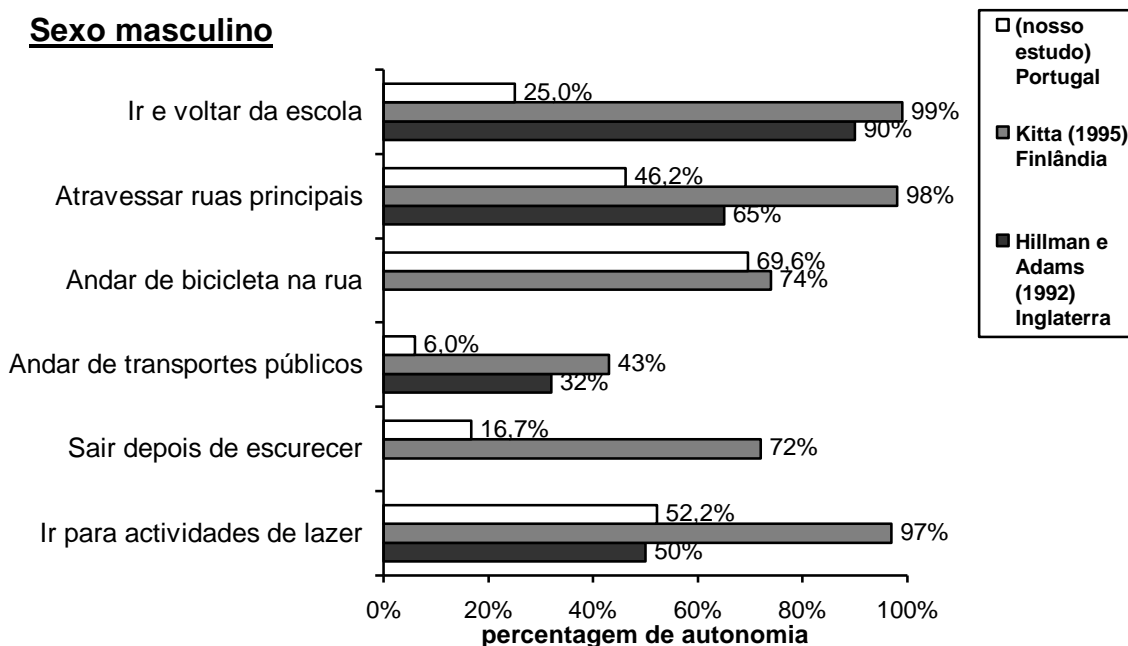
Sexo feminino



São, de longe, as crianças finlandesas as que gozam de uma maior independência de mobilidade tanto em relação à nossa amostra como às crianças inglesas. As raparigas portuguesas só apresentam percentagens superiores às

finlandesas relativamente à possibilidade de *andarem sozinhas de bicicleta na rua*; e em relação às raparigas inglesas, as portuguesas revelam maior liberdade para *atravessar sozinhas as ruas principais e ir para actividades de lazer*. No entanto, estas diferenças não são muito acentuadas. As raparigas inglesas de 9 anos de idade apresentam resultados bastante próximos aos da nossa amostra.

Gráfico 13- Autonomia para a realização de situações do dia-a-dia em crianças do sexo masculino. Comparação com a literatura, Kittä (1995), Hillman e Adams (1992)



Os rapazes ingleses revelam bastante mais autonomia que as raparigas, enquanto os finlandeses e os portugueses se aproximam mais do sexo feminino. Tal como sucedeu em relação às crianças finlandesas do sexo feminino, os rapazes do estudo de Kittä, são, sem dúvida, aqueles que usufruem de maior independência de mobilidade no seu espaço físico. Quase 100% destas crianças vão para a escola e atravessam as ruas principais sozinhas. Por sua vez, as crianças inglesas do sexo masculino situam-se relativamente próximas das finlandesas nos trajectos para a escola (90% vão sozinhos) e as portuguesas encontram-se muito abaixo destas percentagens quer numa quer noutra situação (25% vão para as escola sozinhos e 46,2% podem atravessar sozinhos as ruas principais). Só nos trajectos para actividades de lazer revelam maior autonomia que as crianças inglesas.

2.3. Independência de mobilidade no trajecto casa-escola

O trajecto casa-escola é o mais comumente efectuado pela totalidade das crianças, sendo assim um dos melhores termos de comparação entre os grupos estudados. Vamos debruçar-nos sobre a distância da casa à escola, um dos factores que mais limita a independência das crianças, saber qual o meio de transporte mais utilizado e quem preferencialmente acompanha as crianças. Todos estes dados foram fornecidos pelos questionários aplicados a pais e crianças.

Quadro 23- Trajecto casa-escola: distância de casa à escola, quem acompanha a criança e qual o meio de transporte mais utilizado.

		Meio Rural			Meio Urbano		
		s. fem.	s. masc.	Total	s. fem.	s. masc.	Total
Distância casa-escola	Até 500 m	43,8%	57,1%	50%	8,3%	0%	4,3%
	500 m –1 Km	43,8%	21,4%	33,3%	8,3%	9,1%	8,7%
	1 – 2 Km	0%	0%	0%	16,7%	18,2%	17,4%
	+ 2 Km	12,5%	21,4%	16,7%	66,7	72,7%	69,6%
Quem acompanha a criança à escola	Pais	44,8%	60%	50%	59,1%	83,3%	71,7%
	Outros adultos	48,3%	13,3%	36,4%	22,7%	16,7%	19,6%
	Colegas mais velhos	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Colegas da mesma idade/mais novos	3,4%	13,3%	6,8%	18,2%	0%	8,7%
	Irmãos	3,4%	13,3%	6,8%	0%	0%	0%
Meio de transporte utilizado	Pé	15,6%	67,9%	40%	8,3%	7,7%	8%
	Bicicleta	6,3%	0%	3,3%	0%	0%	0%
	Autocarro ou comboio	0%	0%	0%	0%	7,7%	4%
	Carro	62,5%	32,1%	48,3%	62,5%	84,6%	74%
	Carrinha da escola	15,6%	0%	8,3%	29,2%	0%	14%

As percentagens que constam desta tabela, correspondem somente às crianças que nos questionários referiram não irem sozinhas para a escola: 97% no meio urbano e 75,6% no meio rural.

As crianças da cidade vivem mais longe da escola, sendo a distância uma das razões para a baixa percentagem de crianças que fazem este trajecto sozinhas. Apenas 4,3% vivem a menos de 500 m, 8,7% entre 500m e 1Km e 69,6% a mais de 2Km. Como ainda não têm autorização para andar sozinhas de transportes públicos e a distância a pé é longa, vão preferencialmente de carro com os pais (74%), na carrinha da escola (14%), ou mesmo de transportes públicos (4%). Os restantes 8% fazem o trajecto a pé. Quem acompanha as crianças, mais os rapazes, pois são os que vivem mais longe, são fundamentalmente os pais; em segundo lugar outros adultos que acompanham mais as raparigas e, finalmente, os restantes 8,7% do grupo de crianças da cidade, todas do sexo feminino, vão para a escola com colegas da mesma idade ou mais novos. O perigo do tráfego, em primeiro lugar, depois o facto de a escola ser muito longe e, em terceiro lugar, o medo de assaltos ou molestações são os motivos principais para os pais não autorizarem os filhos a irem sozinhos para a escola.

As crianças do meio rural habitam muito mais próximo da escola, com um total de 50% deste grupo a viver a menos de 500 m e apenas 16,7% a mais de 2 Km. 43,8% das raparigas vivem a menos de 500 m da escola e apenas 6,3% das primeiras fazem este trajecto sozinhas. A justificação dos pais é, em primeiro lugar, o perigo do tráfego, seguido do medo dos assaltos ou molestações por parte de adultos, e, somente em terceiro lugar, o facto de a escola ficar muito longe, pois este realmente não pode ser o principal factor, visto as crianças viverem perto da escola. O meio de transporte mais utilizado para levar os filhos à escola é o carro, apesar de não ser tão usado aqui como na cidade, porque a escola fica mais perto e 40% das crianças fazem o trajecto a pé. Os rapazes vão para a escola acompanhadas principalmente pelos pais (60%) e 48,3% das raparigas vão com outros adultos, nomeadamente os avós.

Nenhuma das crianças da nossa amostra vai para a escola com colegas mais velhos. As raparigas residentes na cidade são as que vão mais frequentemente na companhia de colegas mais novos ou da mesma idade, e 6,8% das crianças da vila foram as únicas que referiram ir com os irmãos.

Os rapazes da grande cidade, por serem aqueles que vivem mais longe, vão sempre para a escola com adultos e maioritariamente de carro.

Os pais das crianças do meio urbano só passarão a autorizar os seus filhos a irem para a escola sozinhos mais tarde que os pais residentes na vila rural. 81,3% dos primeiros, dar-lhes-ão permissão somente a partir dos 10 anos de idade e 52,2% dos segundos aos 10 anos. No meio rural, os rapazes poderão começar a ir para a escola sozinhos mais cedo que as raparigas (22,2% dos rapazes e 0% das raparigas aos 9 anos), enquanto que no meio urbano nenhuma destas crianças estará autorizada a fazê-lo nesta idade. Destes, mais raparigas que rapazes serão autorizadas a ir sozinhas para a escola aos 10 anos.

2.4. Conquista da autonomia na realização de situações diversas

Algumas das questões presentes nos questionários, tanto das crianças como dos pais, diziam respeito à idade com que as crianças começaram a ser autorizadas a poderem efectuar determinadas situações, de um modo absolutamente autónomo. A segurança do espaço de acção em que a criança se movimenta é altamente determinante do momento em que a independência lhe é permitida.

Quadro 24- *Independência de mobilidade em situações do dia-a-dia: idade em que as crianças começaram a realizar com autonomia situações diversas. Crianças do meio rural e urbano e do sexo masculino e feminino.*

		Meio Rural			Meio Urbano		
		s. fem.	s. masc.	Total	s. fem.	s. masc.	Total
Atravessar as ruas principais sozinhas	Menos de 5 anos	0%	3,6%	1,7%	0%	0%	0%
	5 – 7 anos	0%	28,5%	22,4%	0%	4,5%	2,4%
	8 – 9 anos	46,7%	42,8%	44,8%	5%	22,7%	16,7%
Andar de bicicleta na rua	Menos de 5 anos	12,5%	0%	6,7%	0%	0%	0%
	5 – 7 anos	50%	71,4%	60%	25%	33,3%	29,2%
	8 – 9 anos	18,8%	7,1%	13,3%	16,7%	8,3%	12,5%
Brincar sozinha fora de casa	Menos de 5 anos	18,8%	28,6%	23,3%	12,5%	0%	5,5%
	5 – 7 anos	31,2%	28,6%	30%	25%	10%	16,7%
	8 – 9 anos	0%	7,1%	3,3%	0%	10%	5,5%

As percentagens que constam desta tabela foram calculadas em relação à totalidade das crianças de cada grupo, por isso, a soma das percentagens parciais não perfaz os 100%.

As crianças habitantes da vila rural usufruíram de maior autonomia, mais cedo, que o grupo de crianças da cidade. Nomeadamente, 3,6% dos rapazes da vila rural, começaram a atravessar sozinhos as ruas principais com menos de 5 anos, e com a mesma idade 12,5% das raparigas já andavam sozinhas de bicicleta na rua. Nesta faixa etária, das crianças do meio urbano só as do sexo feminino eram autorizadas a brincar sozinhas fora de casa.

O período entre os cinco e os sete anos foi aquele em que todas as crianças ganharam maior independência para andar de bicicleta na rua e brincar fora de casa mas, mais uma vez, as percentagens mais altas vão para o meio rural.

A competência ganha mais tarde por todas as crianças foi o facto de poderem, aos oito/nove anos de idade, atravessar as ruas principais sozinhas, o que sucedeu durante o ano lectivo passado. Contudo, somente 16,7%, das crianças do meio urbano ganharam essa autonomia, enquanto ainda mais de 80% ainda não o podem fazer.

Um dos melhores indicadores para se analisar a independência de mobilidade nas crianças é tentar saber a maior distância por eles percorrida, sozinhas e com amigos da mesma idade, ou com uma idade próxima. Durante a entrevista individual, questionámos as crianças relativamente a estas duas questões, começando por lhes perguntar quais foram os locais mais distantes onde as crianças tinham ido, e seguidamente, qual a distância que tinham percorrido, pois o nosso principal objectivo era determinar, de um modo aproximado, a distância por eles percorrida. Os dois gráficos seguintes mostram-nos os resultados obtidos.

Gráfico 14- *A distância mais longa percorrida sozinho. Comparação entre o meio rural e urbano*

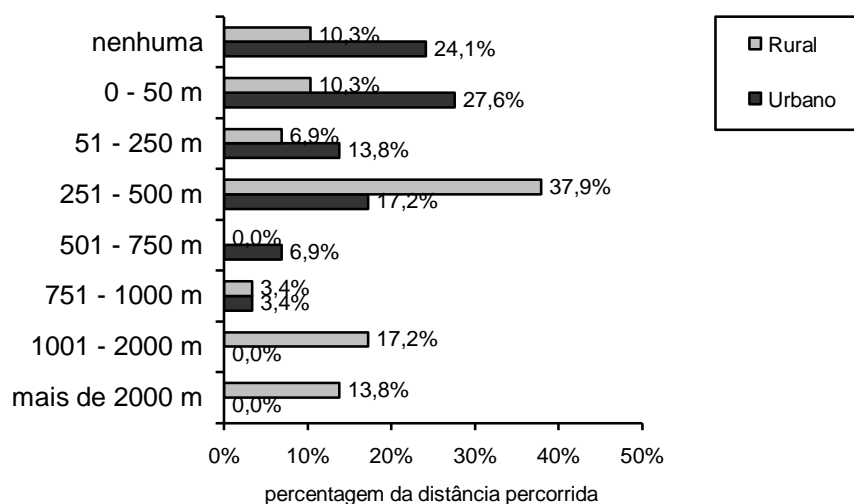
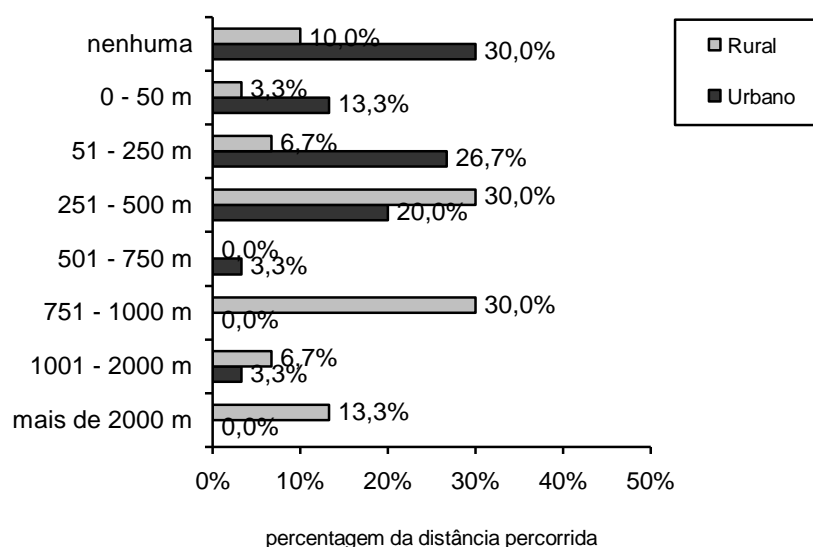


Gráfico 15- A distância mais longa percorrida com amigos. Comparação entre o meio rural e urbano



Como é bem visível nos dois gráficos, as crianças do meio rural percorreram as distâncias mais longas tanto sozinhas como com amigos.

Do grupo de crianças da cidade, as percentagens mais elevadas referem-se às crianças que nunca foram a lado nenhum na companhia de amigos (30%), e às que percorreram sozinhas uma distância máxima de cerca de 50 m (27,6%), por exemplo, para irem à mercearia, para despejar o lixo, entre outras pequenas tarefas. Em termos gerais, as jornadas mais distantes foram feitas com amigos; 26,7% percorreram entre 51 e 250 m (a mesma percentagem que a totalidade das crianças que fizeram sozinhas percursos entre 0 e 50 m), e 20% até 500 m, e apenas uma criança percorreu sozinha entre 751 a 1000 m e outra entre 1000 e 2000 m acompanhados por amigos.

Quanto às crianças do meio rural, entre 10 e 10,3% da sua totalidade, nunca foram a qualquer lado sem a companhia de pessoas adultas. Por outro lado, a percentagem mais elevada situa-se nos passeios feitos sozinhos entre 251 e 500 m (37,9%), e ligeiramente mais abaixo, com 30%, a percentagem total de crianças que, na companhia de amigos, percorreram distâncias situadas entre os 251 e os 500 m e entre 751 e 1000 m. Para cima destas distâncias ainda encontramos

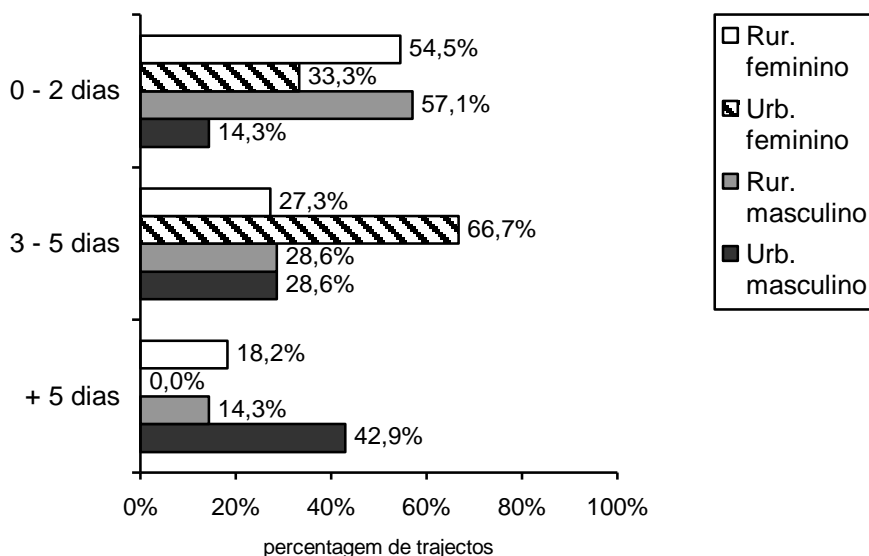
13,3% e 13,8% das crianças que, respectivamente, com amigos e sozinhas, efectuaram incursões superiores a 2000m.

Encontramos uma única situação de igualdade entre o meio rural e urbano, na qual, para 3,4% das crianças das duas comunidades, o trajecto mais longo que fizeram completamente sozinhos, foi para irem a um local situado entre 751 a 1000 m de distância do local de proveniência.

A pouca independência de mobilidade que as crianças têm hoje em dia acarreta aos pais mais preocupações e ainda mais responsabilidades. Eles têm de acompanhar os filhos para todo o lado pois, como temos vindo a constatar, poucas são as crianças que podem andar sozinhas ou com colegas e amigos, a pé ou de transporte públicos. 64,7% das crianças do meio urbano podem vir a utilizar os transporte públicos entre os onze e os doze anos, e 41,7% das crianças do meio rural só após os doze anos de idade. Até lá terão de estar limitados aos horário e disponibilidade dos pais, os quais também terão de adaptar o seu horário ao dos filhos.

Os questionários aplicados aos pais das crianças continham questões cujas respostas nos permitiram saber com que frequência semanal levavam os filhos a outras actividades ou outros locais para além da escola. O gráfico seguinte dá-nos uma ideia dos valores encontrados.

Gráfico 16- *Número de viagens semanais para acompanhar os filhos a outros locais, para além da escola*



Os pais das crianças do sexo masculino, que habitam no meio urbano, são aqueles que mais vezes por semana acompanham os filhos a actividades, exactamente porque este grupo de crianças é aquele que realiza um leque mais diversificado de actividades. Os rapazes do meio rural, por serem os mais independentes, são conseqüentemente aqueles cujos pais não necessitam de os acompanhar com tanta frequência. Os pais das raparigas da cidade, também por estas realizarem mais actividades que as da vila rural, vão mais frequentemente levá-las a outros locais para além da escola.

O meio de transporte utilizado é maioritariamente o automóvel. Este é utilizado 83,3% das vezes pelos pais residentes na cidade e 54,5% pelos que habitam na vila rural. Nenhum referiu fazer estes trajectos de transportes públicos, e, 40,9% dos pais do meio rural vai a pé com os filhos.

As crianças estão conscientes das suas restrições, tal como nos mostraram nas suas respostas à seguinte questão que constava do guião da entrevista individual: “Diz quais são os lugares onde não podes ir sozinho.”. As respostas foram diversas, mas centraram-se fundamentalmente em dois aspectos: o perigo que a estrada representa e os limites ou a distância que a criança está autorizada a

percorrer. Assim, 39,5% das crianças da cidade responderam não poderem andar na rua sozinhas e 13,2% disse não estar autorizada a afastar-se muito. As crianças da vila rural, apesar de não referirem não poderem ir para a rua sozinhas, 17,4% não podem, no entanto, ir para a estrada, e 28,2% não podem sair da localidade.

As restantes respostas distribuíram-se por uma série de outros casos pontuais referidos por cada uma das crianças. Por exemplo, das crianças do meio rural, algumas não podiam ir às compras sozinhas, ou ir à pesca, ir para perto dos poços, ir à caça, ao café, entre outras. O grupo de crianças da cidade, por seu turno, apontou outro tipo de preocupações, nomeadamente os locais mal frequentados que foram referidos por 15,8% destas crianças, ou o facto de não poderem ir sozinhos ao supermercado, a casa de familiares ou a casa dos amigos.

2.5. Principais factores condicionantes da independência de mobilidade das crianças

Dos vários autores que se têm dedicado ao estudo da independência de mobilidade em crianças, e que são referência a este trabalho, todos são unânimes em concordar que a razão principal das restrições impostas às crianças pelos pais é o perigo do tráfego automóvel.

Hillman e Adams (1992) referem o tráfego como condicionante principal da diminuição acentuada do número de crianças que vão sozinhas para a escola, número esse que entre 1971 e 1990 baixou de 80 para 9% em crianças de 7 e 8 anos de idade. Björklid (s.d) concluiu que em zonas residenciais circundadas por vias de tráfego mais intenso, menos de metade das crianças vão sozinhas para a escola. Heurlin-Norinder (1996) aponta o tráfego como sendo um factor limitador das experiências e da utilização do envolvimento pelas crianças e van der Spek e

Noyon (1995) atribuem a causa principal da diminuição da mobilidade das crianças na cidade de Amsterdão ao tráfego naquela cidade.

Se o factor tráfego automóvel é o principal responsável pela enorme falta de independência de mobilidade que impede que crianças com 8 e 9 anos de idade não realizem coisas tão banais como ir a pé para a escola, apesar de algumas viverem a menos de 500 m de distância, alguma coisa está muito errada no planeamento urbanístico das nossas vilas e cidades.







A localidade de São Bartolomeu de Messines, de onde provêm as crianças da nossa amostra rural, é atravessada por uma via de muito movimento e muito estreita, que se torna bastante perigosa para os peões que aí circulam. Certamente, é isto que assusta os pais destas crianças levando-os a não autorizarem os seus filhos a atravessar toda a localidade a pé e sozinhas, para irem para a escola, que fica situada num dos extremos da vila.

O próximo quadro mostra-nos as principais razões que os pais referem para não permitirem que os filhos tenham mais autonomia em determinadas situações.

Quadro 25- *Motivos referidos pelos pais para não autorizarem os filhos a realizar um conjunto de situações do dia-a-dia*

Motivos dos pais	Perigo do tráfego		Criança muito pequena/pouco responsável		Medo dos assaltos ou de molestações por adultos		A escola é muito longe		Receio de “brigas” com outras crianças		Ambiente poluído	
	rural	urbano	rural	urbano	rural	urbano	rural	urbano	rural	urbano	rural	urbano
Situações												
Ir e voltar da escola	1	1	5	4	2	3	3	2	4	5	6	6
Brincar sozinho fora de casa	1	1	3	3	2	2	-	-	4	4	5	5
Sair depois de escurecer	2	2	3	3	1	1	-	-	4	4	5	5
Ir para actividades de lazer	1	1	3	3	2	2	-	-	4	4	5	5

Ordem de importância:

1º		4º	
2º		5º	
3º		6º	

Estando em consonância com a literatura, é também o tráfego automóvel a principal razão que leva os pais das crianças participantes na amostra deste estudo a não permitirem que os seus filhos gozem da autonomia que seria desejável e aconselhável a crianças de 8 e 9 anos. Devido aos perigos que podem advir da circulação automóvel no interior das localidades, seja uma cidade ou uma pequena vila rural, as crianças estão fortemente impedidas de irem para a escola sozinhas ou com amigos, a pé ou de bicicleta, ou de poderem brincar fora das paredes da sua casa.

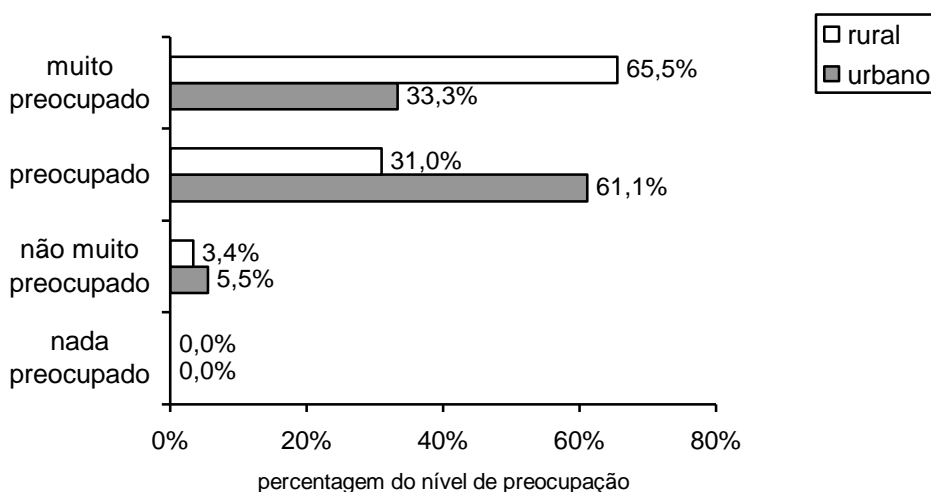
A segunda razão apontada os pais, é o receio que sentem dos seus filhos poderem vir a ser assaltados ou molestados, sendo este o principal motivo para que 89,6% não permitam que os seus filhos saiam sozinhos depois de escurecer.

De acordo com Hillman e Adams (1992) está vedada às crianças uma grande parte do dia que elas poderiam aproveitar para se dedicarem a actividades de jogo livre no espaço exterior das habitações.

A idade dos filhos e o receio de conflitos com outras crianças são os motivos apontados em terceiro e quarto lugar, respectivamente, e o ambiente poluído é a razão a que os pais dão menos importância.

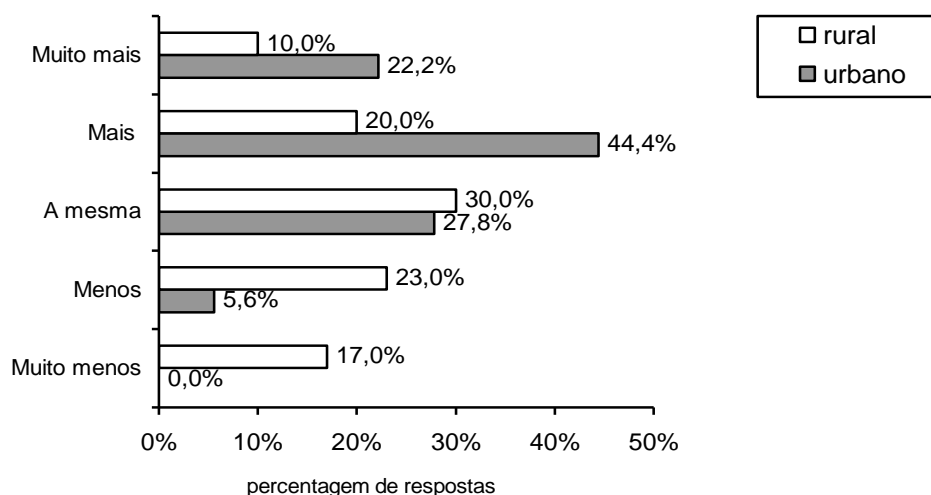
Nos questionários aplicados aos pais das crianças, uma das questões pretendia saber o grau de preocupação sentida relativamente ao risco de acidente que os filhos poderiam correr ao atravessarem a rua sozinhos. Após o tratamento dos dados, foi curioso verificar que os pais residentes no meio rural mostraram-se mais preocupados, como nos mostra o gráfico seguinte, talvez por os filhos terem mais liberdade para andarem sozinhos na rua estando, assim, mais expostos ao perigo.

Gráfico 17- *Grau de preocupação dos pais acerca do risco de acidente que os filhos podem correr quando atravessam as ruas*



Para terminar este capítulo da independência de mobilidade, vamos fazer uma comparação entre aquilo que os pais destas crianças pensam relativamente à liberdade que tiveram quando eram da idade dos seus filhos.

Gráfico 18- *Liberdade que os pais das crianças tinham quando eram da idade dos seus filhos*



Como seria de esperar, são os pais provenientes da cidade que sentem que, no seu tempo de crianças, eram mais livres que os seus filhos, porque sofriam menos restrições que actualmente. Vejamos este exemplo: 90% dos pais provenientes do meio rural e 77,3% do meio urbano iam a pé para a escola. Contudo, 23% e 17% dos pais do meio rural acham ter tido menos liberdade e muito menos liberdade, respectivamente, quando tinham oito e nove anos de idade. Para quem vive no meio rural, as possibilidades que existem hoje não existiam há uns anos atrás e as crianças começavam desde tenra idade a trabalhar no campo, a ajudar os pais, e tinham pouco tempo livre para si mesmas.

Este capítulo foi dedicado à descrição e discussão dos dados referentes à independência de mobilidade das crianças que fizeram parte desta amostra. Deste grande conjunto de resultados retiramos as seguintes conclusões mais relevantes:

- As crianças que habitam no meio rural efectuam mais trajectos sozinhas e com amigos do que as crianças do meio urbano, sendo as segundas, mais frequentemente acompanhadas por adultos.
- A totalidade das crianças sai mais vezes sozinha do que com amigos, e todos são maioritariamente acompanhados por adultos nos seus trajectos diários.
- As distâncias mais longas percorridas quer sozinhos, quer com amigos foram efectuadas pelas crianças do meio rural.
- As crianças do meio rural realizaram os percursos mais longos sozinhos e as do meio urbano com amigos.
- As raparigas têm menos autonomia que os rapazes, existindo diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e masculino relativamente ao número de trajectos acompanhados por adultos.
- Em termos globais, os rapazes do meio rural são os que usufruem de uma maior independência de mobilidade.
- Comparativamente à nossa amostra, as crianças finlandesas saem mais sozinhas e com amigos e muito menos com adultos e são igualmente os rapazes aqueles que têm maior autonomia para andarem sozinhos.
- As crianças do meio rural revelam-se significativamente mais autónomas nos trajectos casa-escola, a atravessar sozinhas as ruas principais, andar de bicicleta na rua e brincar sozinhas fora de casa.
- As diferenças entre sexos são mais marcadas nos trajectos casa-escola e devem-se principalmente aos rapazes do meio rural.
- As crianças finlandesas são mais autónomas na realização de situações do dia-a-dia do que as portuguesas e as inglesas. Os resultados destas últimas encontram-se próximos dos nossos.
- ◆ À excepção das crianças do sexo feminino provenientes do meio rural, nas restantes, são maioritariamente os pais quem as acompanha à escola. O carro

é o transporte mais utilizado nos dois envolvimento e somente os rapazes do meio rural é que vão mais frequentemente para a escola a pé.

- ◆ Os pais dos rapazes que habitam no meio urbano são os que acompanham os filhos mais vezes por semana, a actividades extra-escolares.
- ◆ O perigo do tráfego é a principal causa das restrições impostas pelos pais à independência de mobilidade dos filhos, seguido do medo de assaltos e molestações por parte de adultos.
- ◆ Os pais do meio rural mostraram-se mais preocupados quanto aos riscos de acidente que os filhos podem correr ao atravessarem as ruas.
- ◆ Das crianças que não estão autorizadas a irem sozinhas para escola, as do meio urbano só terão permissão mais tarde que as do meio rural. Das primeiras, as raparigas terão permissão mais cedo e das segundas serão os rapazes.
- ◆ Das crianças que estão autorizadas a realizar sozinhas diversas situações do dia-a-dia, as crianças do meio rural foram as que mais cedo conquistaram a sua autonomia.
- ◆ A competência ganha mais tarde por todas as crianças foi a autorização para atravessar sozinhas as ruas principais.
- ◆ Os pais das crianças do meio urbano são os que mais consideram ter tido maior autonomia que os filhos quando eram da mesma idade.

IV. DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Rotinas de vida das crianças	75
1.1. Número de actividades realizadas e trajectos efectuados	75
1.2. Diversidade de actividades realizadas ou locais visitados pelas crianças	87
2. Independência de mobilidade das crianças	93
2.1. Independência de mobilidade nas rotinas diárias das crianças	93
2.2. Independência de mobilidade em situações comuns do dia-a-dia	100
2.3. Independência de mobilidade no trajecto casa-escola	107
2.4. Conquista da autonomia na realização de situações diversas	109
2.5. Principais factores condicionantes da independência de mobilidade das crianças	115
3. Percepção das possibilidades de acção no espaço físico	123
3.1. Percepção das possibilidades de acção existentes no espaço físico para a realização de acções motoras e actividades diversas	123
3.2. Locais onde as crianças percebem um maior número de possibilidades de acção	131

3. Percepção das possibilidades de acção no espaço físico

3.1. Percepção das possibilidades de acção existentes no espaço físico para a realização de acções motoras e actividades diversas

Um dos objectivos das entrevistas feitas às crianças foi tentar saber se perto das suas residências elas podiam encontrar um local onde pudessem realizar o conjunto de actividades e de acções motoras que eram perguntadas no respectivo guião.

O objectivo das respostas a esta questão será a caracterização dos dois envolvimentos, rural e urbano, quanto ao que oferecem às crianças em termos de possibilidades de acção ou “affordances”, ou seja, quais as experiências motoras e lúdicas, os jogos, as brincadeiras e o contacto com a natureza, que cada um dos envolvimentos torna possível de serem realizados.

As diversas acções e actividades estão divididas em onze categorias como poderá observar no quadro da página seguinte.

A análise quantitativa dos resultados será feita através do cálculo de percentagens e da aplicação da técnica estatística de comparação Anova one-way.

Quadro 26- *Categorias de acção*

Categorias	Permitem:	Categorias	Permitem:
• Acções em superfícies planas relativamente suaves	Correr Andar de bicicleta Andar de patins Andar de skate Fazer jogos lúdicos	• Acções em superfícies escaláveis	Trepar Ver a paisagem
• Acções em declives relativamente suaves	Deslizar Escorregar	• Abrigo	Estar sozinho Esconder-se
• Acções com manipulação de objectos e materiais	Atirar objectos Fazer construções Cavar a terra	• Acções com materiais moldáveis	Moldar barro, terra ou areia
• Acções com objectos fixos	Saltar sobre Saltar de cima de	• Acções com água	Nadar Pescar Brincar com água
• Acções com objectos fixos não rígidos	Andar de baloiço	• Acções na natureza	Brincar com animais Brincar com plantas Correr de forma livre
		• Acções de jogo social	Jogos de acção Fazer teatro Brincar às “casinhas” Fazer barulho Ajudar os adultos Estar com os amigos Jogar informalmente jogos desportivos Praticar desporto

Quadro 27- *Percentagem total de possibilidades de acção percebidas pelas crianças. Comparação com a literatura (Kittä , 1995)*

	Meio rural	Meio urbano	Kittä (1995)		
Sexo feminino	62,1%	59,3%			
Sexo masculino	71,9%	65,6%	Aldeia	Pequena cidade	Cidade
Total	66,7%	62,5%	97%	87%	72%

Gráfico 19- *Percentagem total de possibilidades de acção percebidas pelas crianças*

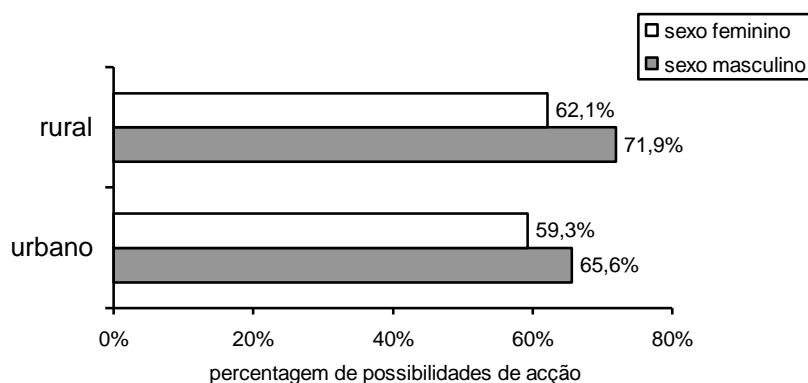
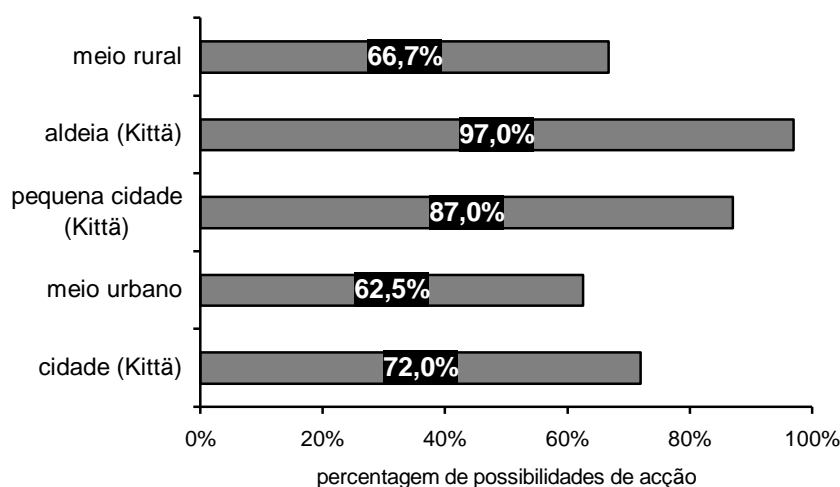


Gráfico 20- Percentagem total de possibilidades de acção percebidas pelas crianças. Comparação com a literatura (Kittä , 1995)



A percentagem total de respostas positivas foi ligeiramente superior no meio rural, onde os rapazes foram o grupo com mais respostas afirmativas. As raparigas do meio rural também referiram mais locais adequados à realização das diversas actividades do que as raparigas do meio urbano, mas os rapazes provenientes da cidade superaram as primeiras.

Os 66,7% de respostas afirmativas do grupo rural não foram suficientes para superar a percentagem de locais adequados que as crianças finlandesas da cidade conseguiram encontrar nas imediações das suas habitações. Mais uma vez, as três comunidades finlandesas superaram as duas comunidades portuguesas em termos da quantidade de possibilidades de acções motoras encontradas no seu espaço de acção, o que leva certamente a uma maior qualidade de vida proporcionada às suas crianças.

Quadro 28- Comparação do número total de possibilidades de acção percebidas pelas crianças do meios rural e urbano e do sexo feminino e masculino

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Possibilidades de acção percebidas	n.s.	F=4,15, p=0,05

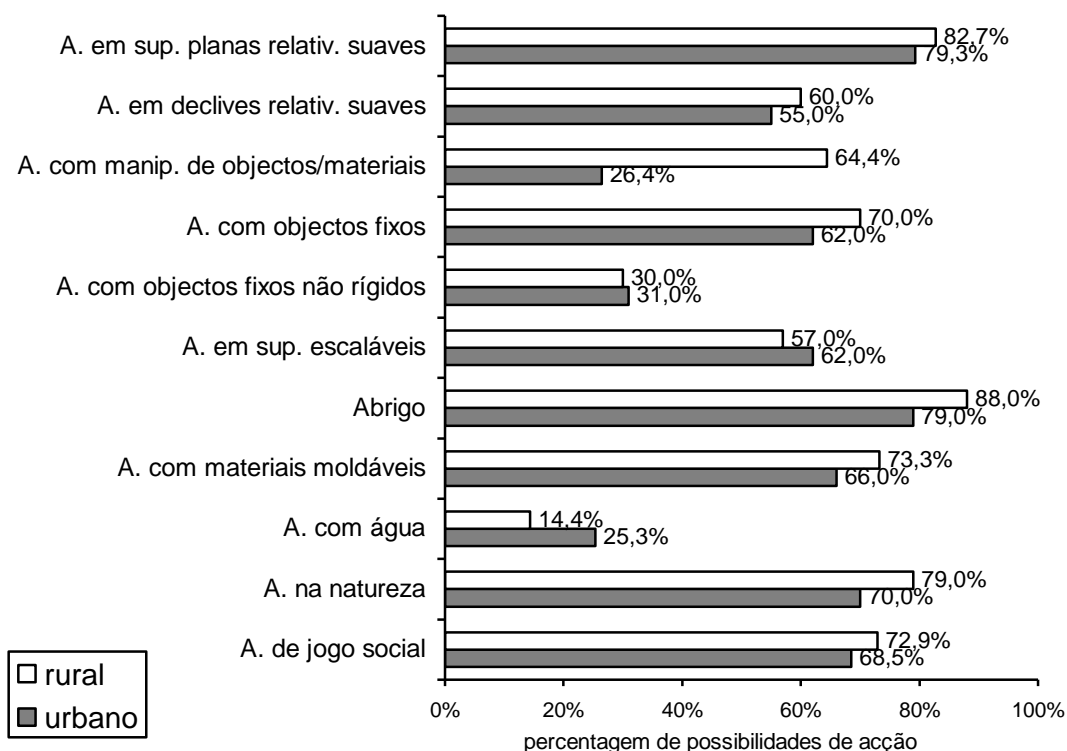
Em termos muito gerais, não se verificaram diferenças significativas entre o número total de locais percepcionados nos dois tipos de envolvimento físico; contudo, ao comparar as crianças do sexo feminino com as do sexo masculino, as diferenças foram mais acentuadas, sendo estatisticamente significativas para uma probabilidade de erro de cinco em cem. No estudo de Kittä, a autora só encontrou diferenças significativas entre a cidade e a aldeia.

A totalidade das acções motoras, acções de jogo social e acções de contacto com a natureza que constavam das entrevistas feitas às crianças, estão divididas por onze categorias, de acordo com a sua especificidade. Por exemplo, a primeira categoria, acções em superfícies planas relativamente suaves, engloba o seguinte conjunto de acções que podem ser realizadas neste tipo de superfícies: correr, andar de bicicleta, andar de patins e de skate e fazer jogos lúdicos. A análise e discussão de resultados irá passar a centra-se sobre estas onze categorias.

Quadro 29- Percentagem de possibilidades de acção percepcionadas pelas crianças em cada uma das categorias

Categorias	Rural			Urbano		
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total
Acções em superfícies planas relativamente suaves	72,5%	94,3%	82,7%	74,3%	89%	79,3%
Acções em declives relativamente suaves	43,8%	79%	60,0%	43,3%	66,7%	55,0%
Acções com manipulação de objectos e materiais	50%	81%	64,4%	55%	44%	26,4%
Acções com objectos fixos	68,8%	71,4%	70,0%	64,3%	60%	62,0%
Acções com objectos fixos não rígidos	31,3%	28,6%	30,0%	28,6%	33,3%	31,0%
Acções em superfícies escaláveis	59%	54%	57,0%	54%	70%	62,0%
Abrigo	84%	93%	88,0%	79%	80%	79,0%
Acções com materiais moldáveis	68,8%	78,6%	73,3%	64,3%	66,7%	66,0%
Acções com água	8%	21%	14,4%	24%	27%	25,3%
Acções na natureza	71%	88%	79,0%	64%	76%	70,0%
Acções de jogo social	76%	69,6%	72,9%	64,3%	71,1%	68,5%

Gráfico 21- Percentagem de locais percebidos pelas crianças em cada uma das categorias



Quadro 30- Comparação da totalidade das possibilidades de acção percebidas, nas onze categorias, em crianças do meio rural e urbano e do sexo feminino e masculino

	Rural/Urbano	Feminino/Masculino
Acções em superfícies planas relativamente suaves	n.s.	F=7,15, p=9,78E-03
Acções em declives relativamente suaves	n.s.	F=5,40, p=0,02
Acções com manipulação de objectos e materiais	n.s.	n.s.
Acções com objectos fixos	n.s.	n.s.
Acções com objectos fixos não rígidos	n.s.	n.s.
Acções em superfícies escaláveis	n.s.	n.s.
Abrigo	n.s.	n.s.
Acções com materiais moldáveis	n.s.	n.s.
Acções com água	n.s.	n.s.
Acções na natureza	n.s.	F=4,24, p=0,04
Acções de jogo social	n.s.	n.s.

Em termos gerais, as crianças do meio rural e do meio urbano aproximam-se muito em nove das onze categorias, e em termos da análise estatística, não foram encontradas diferenças significativas em nenhuma das categorias.

Kittä, (1995), por seu lado, encontrou no seu estudo mais diferenças significativas entre a cidade e a aldeia, e entre a cidade e a pequena cidade rural, do que entre as duas comunidades rurais, e encontrou, também, resultados muito semelhantes entre as três comunidades, em oito categorias.

No nosso estudo, apesar de os dois grupos revelarem resultados muito aproximados, o envolvimento físico das crianças do meio rural, permite-lhes maiores oportunidades de acesso à maioria das acções que fazem parte destas onze categorias. As únicas excepções em que as crianças do meio urbano encontraram no seu espaço físico mais “affordances” positivas aconteceu em três categorias: acções com objectos fixos não rígidos, acções com água e acções em superfícies escaláveis,

A primeira destas três categorias, *acções com objectos fixos não rígidos*, é aquela cuja percentagem de respostas positivas os dois grupos se aproximam mais: 31% nas crianças da cidade e 30% nas da vila. Esta categoria inclui uma só acção: andar de baloiço; as respostas positivas das crianças dependem ou da existência de um parque infantil próximo de casa ou da existência de um baloiço no quintal da própria casa, ou na casa de vizinhos próximos.

A categoria *acções com água*, que inclui nadar, pescar e brincar com água, é aquela cujas respostas positivas foram menos frequentes em todos os grupos. As crianças da cidade referiram ter um acesso mais facilitado a locais com água do que as crianças do meio rural, fundamentalmente devido ao facto de algumas terem uma piscina em casa. O grupo de rapazes do meio rural foi o único que referiu ter um local perto de casa onde podia pescar.

A terceira e última categoria onde as crianças do meio urbano obtiveram percentagens superiores às do meio rural foi a categoria acções em superfícies escaláveis. Nesta, estão consignados os locais onde as crianças podem trepar acima de algo, e podem ver a paisagem. As percentagens são um pouco mais elevadas nas crianças do meio urbano, ao contrário do que era de esperar, e portanto, vai ser necessária uma análise mais aprofundada sobre quais os sítios onde as crianças realizam as referidas acções. É preciso distinguir as situações, pois o facto de as crianças avistarem a paisagem da janela da sua casa, ou terem a possibilidade de o fazer numa encosta coberta árvores, são realidades muito distintas.

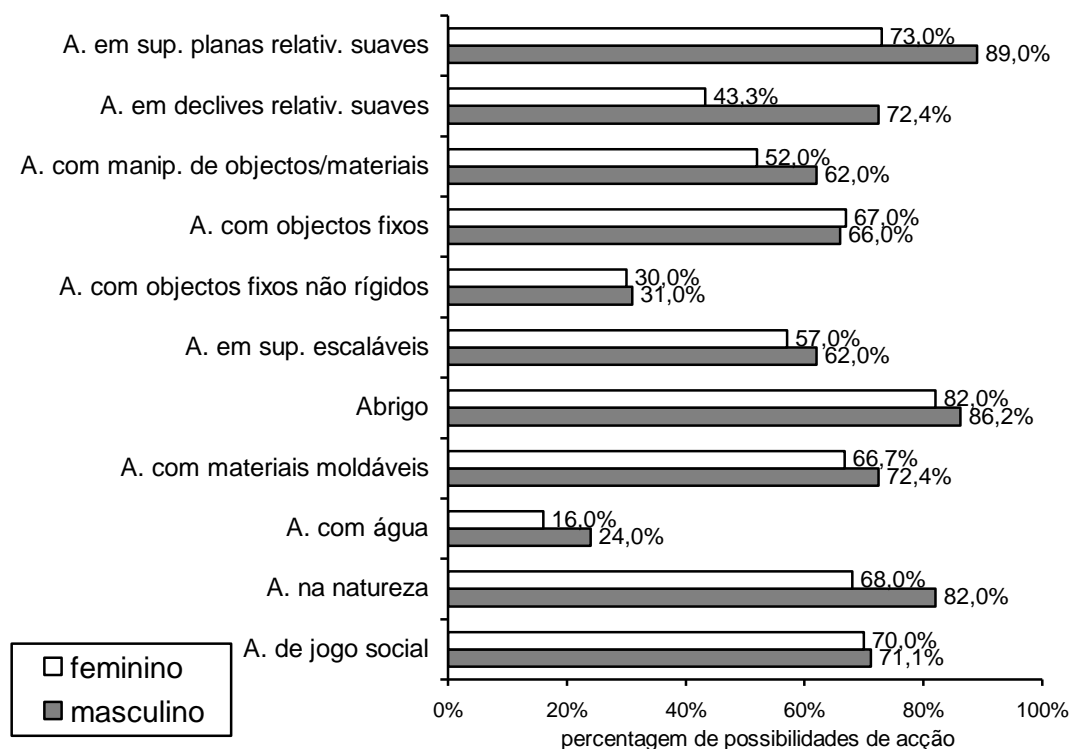
As acções que fazem parte da categoria Abrigo são as mais frequentemente encontradas quer no meio rural, quer no meio urbano. Esta categoria considera os locais que permitem às crianças esconder-se ou estar sozinhas, de entre os quais os mais referidos são o quarto de dormir.

A primeira categoria, acções em superfícies planas relativamente suaves, que inclui acções habituais nas rotinas diárias das crianças, tais como correr, andar de bicicleta, andar de patins e de skate e fazer jogos lúdicos, surge em segundo lugar, também com percentagens elevadas: 82,7% para o meio rural e 79,3% para o meio urbano. Este conjunto de acções pode ser facilmente realizável em locais comuns como passeios, estradas e pátios que são acessíveis a praticamente todas as crianças.

A maior diferença encontrada entre crianças do meio rural e urbano, apesar de não ser estatisticamente significativa, encontra-se na categoria acções com manipulação de objectos e materiais. Os locais que se enquadram nesta categoria, devem permitir às crianças atirar objectos, fazer construções e cavar a terra. Este tipo de acções surge com muito maior expressão no meio rural porque requerem espaço (para atirar objectos), objectos que se possam atirar e que sirvam para fazer construções, como por exemplo, pedras, paus, tábuas, entre outros, e, para cavar a terra, é preciso não só ter o utensílio (uma enxada), como também um espaço e alguém que se disponibilize para acompanhar a criança,

ensiná-la e orientá-la. Deste modo, é difícil encontrar nas cidades grandes, locais para as crianças realizarem este tipo de actividades.

Gráfico 22- Percentagem de possibilidades de acção percebidas pelas crianças, em cada uma das onze categorias



Como é facilmente observável no gráfico anterior, as crianças do sexo masculino percebem um maior número de locais onde lhes é possível realizar acções diversas.

As raparigas parecem estar ligeiramente mais despertas que os rapazes para a percepção de locais que permitem realizar acções com objectos fixos (saltar sobre, e de cima de), sendo esta a única categoria onde apresentam resultados mais elevados que os rapazes.

Estatisticamente significativas são as diferenças entre as crianças dos dois sexos em três categorias: *acções em superfícies planas relativamente suaves*, *acções em declives relativamente suaves* e *acções na natureza*. Na segunda destas três categorias, espaços que permitam as acções motoras deslizar e escorregar, os

rapazes, especialmente os do meio rural, têm uma percentagem mais alta que os restantes, e os dois grupos das raparigas têm igualmente 43,3%.

De um modo geral, as crianças do sexo masculino provenientes da vila rural são, de longe, o grupo que apresenta percentagens mais elevadas de “affordances” positivas, ou seja, são aqueles que conseguem encontrar perto da sua casa um maior número de locais acessíveis a uma grande variedade de actividades.

As categorias onde este grupo não é aquele que tem a percentagem mais elevada são: *acções com objectos fixos não rígidos*, *acções em superfícies escaláveis* e *acções com água*, nas quais os rapazes do meio urbano encontraram mais locais para as realizar. Na categoria *acções de jogo social* são também ultrapassados quer pelos rapazes do meio urbano quer pelas raparigas da vila rural.

As crianças do sexo feminino habitantes na cidade são as que percebem menos “affordances” positivas no seu envolvimento residencial, tendo os mais baixos valores percentuais num total de seis categorias. Em duas destas, *acções com objectos fixos não rígidos* e *acções em superfícies escaláveis*, estão em igualdade com os rapazes do meio rural.

Por fim, as raparigas do meio rural o grupo que mais percebe locais para a realização de *acções de jogo social* (locais onde se pode fazer jogos de acção, fazer teatro e brincar ao “faz de conta”, brincar às “casinhas”, fazer barulho, ajudar os adultos, estar com os amigos, jogar jogos desportivos informalmente e praticar desporto).

3.2. Locais onde as crianças percebem um maior número de possibilidades de acção

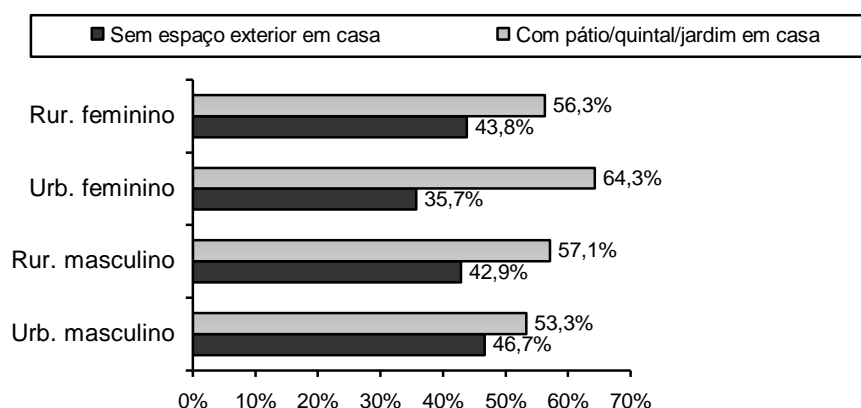
No decorrer das entrevistas com as crianças, era-lhes perguntado se em casa ou num local próximo de casa, elas tinham um sítio onde pudessem realizar uma dada actividade. Se a resposta fosse afirmativa, a criança indicaria esse local e,

na maior parte dos casos, registava-se com uma cruz uma das três hipóteses seguintes:

- a) Dentro de casa,
- b) No pátio/quintal/jardim,
- c) Num local do bairro/rua.

Este registo serviu para saber se as crianças precisavam ou não de sair de casa para poderem efectuar uma ou outra actividade, ou se na própria habitação havia um espaço exterior, um jardim, um pátio ou um quintal, no qual pudessem realizar certo número de acções, ou ainda se o envolvimento exterior à residência era suficientemente rico para lhes possibilitar um leque alargado de experiências motoras, sociais e de contacto com a natureza.

Gráfico 23- *Percentagem de crianças com e sem um espaço exterior na sua habitação.*

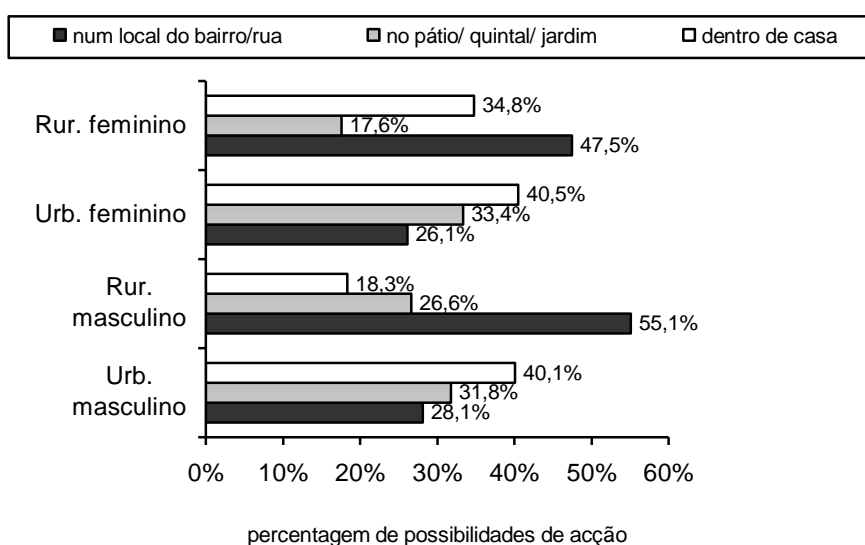


Em termos gerais, o grupo de crianças habitantes na cidade tem curiosamente mais 2% de crianças a habitar em casas com um espaço exterior, do que as crianças que vivem na vila rural, sendo este o factor onde o meio rural e urbano se aproximam mais. 43% das crianças da vila rural e 41% das crianças do meio urbano não têm um espaço exterior nas suas habitações, e, respectivamente 57% e 59% têm um jardim, um pátio ou um quintal. As raparigas da cidade são o grupo que apresenta uma maior percentagem de habitações com espaço exterior, seguidas das crianças do meio rural e, por fim, dos rapazes do meio urbano.

Os dados referentes à amostra proveniente do meio urbano não reflectem de maneira nenhuma a realidade de uma família que viva numa cidade como Lisboa ou arredores de Lisboa. O nível sócio-económico desta amostra é francamente superior ao da amostra do meio rural, como pudemos constatar através das profissões dos pais das crianças. Algumas destas famílias habitam em vivendas, outras em prédios. Algumas das que vivem em prédios têm um espaço exterior comum a todos os condóminos, espaço esse que poderá estar melhor ou pior apetrechado, devido à existência ou não de certas condições tais como: piscina, campos de ténis, espaços exteriores de grandes ou pequenas dimensões, muitas ou poucas crianças a habitar no mesmo condomínio, segurança dentro desse espaço e muitos outros aspectos que poderíamos aqui equacionar. O que convém realçar é que, apesar de o nível sócio-económico familiar ser superior e as habilitações educativas e literárias também, a qualidade de vida das crianças que residem neste envolvimento urbano não parece superar de modo algum a das crianças que vivem no envolvimento rural analisado.

O próximo gráfico dá-nos a conhecer as percentagens relativas do número de locais percebidos pelas crianças dentro de casa, no jardim ou quintal e num qualquer sítio do bairro ou da rua.

Gráfico 24- *Percentagem relativa das possibilidades de acção, nos três tipos de espaços*



A observação do gráfico anterior permite-nos concluir que o grupo de crianças que encontra dentro de casa um maior número de locais para poder realizar as actividades questionadas são as raparigas da cidade, logo seguidas pelos rapazes também do meio urbano. O primeiro destes dois grupos apresenta ainda as percentagens mais elevadas de “affordances” positivas no jardim/quintal ou pátio, seguido, na mesma ordem, pelos rapazes do meio urbano.

Tanto no que diz respeito ao espaço dentro de casa, como ao envolvimento exterior da habitação (jardim, pátio ou quintal), as raparigas, em primeiro lugar, e depois os rapazes, todos eles do meio rural, apresentam os valores percentuais mais baixos. Ao invés, são estes últimos aqueles que encontraram um maior número de “affordances” positivas em locais do bairro ou da rua onde habitam, seguidos das raparigas também do meio rural, e depois das crianças do sexo masculino e feminino do meio urbano.

As crianças provenientes da cidade apresentam exactamente metade do número de “affordances” positivas percebidas pelas do meio rural, em locais fora do espaço das suas habitações, e uma percentagem igual (ambos com 26%) de sítios percebidos na rua ou no bairro, pelas primeiras, e dentro das habitações, pelas segundas. As crianças da cidade também encontraram mais locais apropriados nos quintais e jardins de casa.

Para além daquilo que o seu espaço de acção lhes permite realizar em termos de actividades formais e não formais, da totalidade das crianças estudadas, 10,8% das crianças que vivem na cidade referiram não haver nada mais que gostassem de fazer, para além daquilo que o sítio onde moram lhes permite, e 20% das crianças do meio rural deram a mesma resposta. Estes valores dão uma ideia do nível de satisfação com o local de residência.

As restantes crianças do meio urbano referiram ainda que gostariam de poder jogar futebol em casa, ter os amigos perto de casa, poderem ir sozinhos à rua e andar de bicicleta com os amigos, e as crianças do meio rural gostariam de poder andar de patins, fazer natação e jogar futebol. Estas, que têm pouco acesso a

práticas desportivas formalizadas, referem ter pena que não existam essas oportunidades no local onde habitam, enquanto que as primeiras, as crianças do meio urbano, que têm acesso a uma maior diversidade de actividades incluindo o desporto, preferiam em primeiro lugar, ter amigos próximo de casa com quem pudessem brincar e ter também a liberdade suficiente para sair e brincar com eles sem constrangimentos.

Este capítulo da descrição e análise dos resultados colocou algum ênfase no problema da qualidade do espaço urbano, concretamente ao que este tem para oferecer às crianças, dentro daquilo que são as suas motivações e dentro do leque de pequenas coisas que elas mais gostam de fazer, como brincar com os amigos, correr, saltar e lançar livremente, explorar, jogar informalmente, inventar os próprios jogos e brincadeiras, conviver, etc. É preocupante quando constatamos que as crianças que vivem nos grandes centros urbanos e na sua periferia encontram mais locais dentro de casa para realizar as acções que lhes foram perguntadas na entrevista, do que no espaço exterior. O interior da casa é a sua maior referência pois, quando não estão na escola, é lá que passam a maior parte do tempo. Esta e outras afirmações fazem parte das principais conclusões deste capítulo, que a seguir mencionamos:

- as crianças do meio rural perceberam mais possibilidades de acção no seu envolvimento físico do que as crianças do meio urbano. Contudo, não há diferenças estatisticamente significativas no número total de possibilidades percebidas.
 - Em termos globais, as crianças do sexo masculino perceberam significativamente mais possibilidades de acção do que as do sexo feminino.
 - As crianças finlandesas residentes na cidade perceberam mais possibilidades de acção no seu espaço físico do que as crianças portuguesas do meio rural.
- Não existem diferenças significativas entre o meio rural e urbano em qualquer das onze categorias.

- Existem diferenças significativas entre os dois sexos nas seguintes categorias: acções em superfícies planas relativamente suaves, acções em declives relativamente suaves e acções na natureza.
- Os rapazes do meio rural são os que apresentam um maior número de possibilidades de acção percebidas, e as raparigas do meio urbano as que apresentam o número mais reduzido.

- ❖ Mais crianças do meio urbano do que do meio rural vivem em habitações com espaços exteriores (jardim/pátio/quintal).
- ❖ As crianças do meio urbano percebem mais possibilidades de acção no interior das habitações do que no seu espaço exterior ou no bairro/rua.
- ❖ As crianças do meio rural percebem mais possibilidades de acção em locais do bairro ou da rua do que nos espaços exteriores ou no interior das habitações.

V. DISCUSSÃO FINAL E SUGESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

1. Discussão final

Este estudo permitiu vislumbrar um pouco da vida quotidiana das crianças do nosso país, nomeadamente das que vivem num espaço urbano muito populoso, como Lisboa e arredores, assim como das que habitam em pequenas vilas e aldeias num contexto mais rural. Constatámos que a nossa realidade não parece fugir à regra, tendo em consideração o que se passa em outros países europeus como a Holanda, a Inglaterra, a Suíça e a Suécia, nos quais todos vêm as suas crianças cada vez mais limitadas em termos de mobilidade, sendo o tráfego automóvel o principal responsável por esta situação.

A independência de mobilidade é de extrema relevância para o desenvolvimento da representação do espaço na criança, para que ela aprenda a orientar-se espacialmente num mundo que deveria conhecer bem. Contribui, também, em larga escala, para a criação de hábitos de vida saudáveis, e permite à criança desfrutar de uma mobilidade que a levará à descoberta autónoma do seu espaço e à utilização do mesmo, para os mais diversos fins que, na maior parte dos casos, se revestem de um carácter lúdico.

A necessidade de a criança ser conduzida para todo o lado cria enormes problemas, não só em termos da perda de mobilidade, mas também em termos de organização da vida familiar, do aumento das despesas em combustível e consequente acréscimo no congestionamento do tráfego automóvel. A vida de pais e filhos tornou-se totalmente interdependente; os pais dependem dos horários escolares e extra-escolares dos filhos abdicando, por vezes, do seu descanso e da sua vida social, e os filhos dependem dos horários dos pais para poderem desfrutar das suas actividades e do seu tempo de lazer fora de casa.

O tempo que as crianças passam em casa é superior em relação à alguns anos atrás. A criança está mais tempo em casa porque não pode brincar na rua, mas também porque tem acesso a cada vez mais actividades atractivas “indoor”, como o computador, os jogos electrónicos e a televisão e, para além destes factores, as

actividades extracurriculares consomem-lhe grande parte do tempo após a escola.

No meio rural também já se sente, com alguma intensidade, o peso das limitações impostas às crianças, principalmente devido ao tráfego automóvel.

Este estudo poderá vir a ser um alerta para que entidades competentes revejam o que tem sido o fio condutor do planeamento urbanístico das nossas vilas e cidades que levou a esta situação. É urgente uma discussão mais alargada, onde à mesma mesa se sentem profissionais ligados ao estudo da motricidade na criança, profissionais da saúde, do planeamento paisagístico e urbanístico, engenheiros, arquitectos e políticos, e que todos se debrucem sobre a realidade que se traduz nos anseios de crianças, pais e de toda a população em geral. É urgente que se planeie o espaço pensando em todas as vertentes da qualidade de vida dos seus habitantes, qualidade de vida que está a decrescer de um modo preocupante.

2. Possíveis futuras linhas de investigação

A partir deste estudo, novas perspectivas de investigação poderão surgir no âmbito da independência de mobilidade e dos problemas da qualidade do espaço físico. O estudo destas temáticas, em crianças provenientes de diversos estratos sociais ou de diferentes etnias, poderá ser um dos caminhos a seguir.

Seria, também, relevante alargar a amostra a nível nacional, de modo a ser possível comparar as diversas zonas do país, com o objectivo de se caminhar para um envolvimento físico mais saudável e adaptado às populações.

Verificar as consequências fisiológicas, psicológicas e motoras de crianças que vivem com grandes limitações ao nível da independência de mobilidade, poderia ser um outro caminho a seguir, o qual permitiria criar uma justificação fisiológica para os malefícios do contacto diário com um envolvimento constrangedor.

Efectuar projectos conjuntamente com outros países, relativamente a estas temáticas, iria enriquecer muito o conhecimento nesta nova área de estudo.

VI. CONCLUSÕES

As conclusões finais deste estudo têm como base os dois problemas iniciais:

Problema I:

Verificar se as características do envolvimento influenciam as rotinas de vida das crianças, o seu nível de autonomia e a percepção de possibilidades de acção.

Sub-problemas e conclusões:

- a) As rotinas de vida são influenciadas pelas características do envolvimento físico (rural/urbano).
 - As crianças do meio rural realizam significativamente mais trajectos diários, para além dos trajectos casa-escola, do que as crianças do meio urbano.
 - As crianças do meio urbano realizam menos trajectos, mas participam em mais actividades e vão a locais mais diversificados.

- b) A independência de mobilidade é influenciada pelas características do envolvimento físico.
 - As crianças do meio rural saem mais sozinhas e com amigos do que as do meio urbano, e percorrem distâncias maiores sem a companhia de adultos.
 - As crianças do meio rural são significativamente mais autónomas na realização de determinadas situações do dia-a-dia.

- c) Crianças provenientes de envolvimento físico distintos percebem diferentes possibilidades de acção.
 - O envolvimento rural proporciona mais possibilidades de acção que o envolvimento urbano.
 - As crianças do meio rural percebem mais possibilidades de acção no espaço exterior (bairro/rua/imediações da habitação) e as crianças do meio urbano no interior da habitação.

As características do envolvimento parecem influenciar o número e tipo de actividades e locais visitados diariamente, a independência de mobilidade e os locais onde as crianças preferencialmente percebem possibilidades de acção.

Problema II:

Verificar a existência de diferenças entre as crianças dos dois sexos nas suas rotinas de vida, no nível de autonomia e na percepção de possibilidades de acção do envolvimento físico.

Sub-problemas e conclusões:

- d) As crianças do sexo feminino têm rotinas de vida diferentes das do sexo masculino.
 - As crianças do sexo feminino realizam significativamente mais trajectos diários para além dos trajectos casa-escola do que as crianças do sexo masculino.

- e) As crianças do sexo feminino têm menos independência de mobilidade que as do sexo masculino.
 - As crianças do sexo feminino realizam significativamente mais trajectos acompanhadas por adultos que as do sexo masculino.

- f) As crianças do sexo feminino percebem diferentes possibilidades de acção a partir do envolvimento físico.
 - As crianças do sexo feminino percebem significativamente menos possibilidades de acção no envolvimento físico.
 - As crianças do sexo feminino percebem diferentes possibilidades de acção no envolvimento físico.

O sexo da criança parece influenciar quer o número de trajectos efectuados diariamente, quer a independência de mobilidade e, também, tanto a quantidade como o tipo de possibilidades de acção percebidas.

Conclusões gerais (comuns a todos os grupos estudados):

- ⇒ As crianças realizam a maioria dos trajectos diários acompanhadas por adultos.
- ⇒ O carro é o meio de transporte mais utilizado para levar as crianças à escola e a actividades extra-curriculares.
- ⇒ A competência ganha mais tarde pelas crianças foi a autorização para atravessarem a rua sozinhas.
- ⇒ Os principais factores limitadores da independência de mobilidade nas crianças referidos pelos pais são o perigo do tráfego, seguido do receio de assaltos e molestações por parte de adultos.

VII. BIBLIOGRAFIA

- AMÉRIGO, Maria e Juan I. Aragonés. «A Theoretical and Methodological Approach to the Study of Residential Satisfaction», *Journal of Environmental Psychology*, N.º1, 1997, 47-57.
- BARREIROS, João; Paulo Silva e Fernando Pereira. «Bases Perceptivas da Organização da Acção», in *Percepção & Acção*, Ed. por João Barreiros e Luís Sardinha, Edições FMH, Cruz Quebrada, 1995, 9-39.
- BJÖRKLID, Pia, Ph D. «Traffic-Environmental Stress: a Study of Stress Reactions Related to the Traffic Environment of Children», Research Group in Environmental Psychology and Education, Estocolmo, s.d.
- CEIA, Carlos. *Normas para a Apresentação de Trabalhos Científicos*, Presença, Lisboa, 1995.
- CUNNINGHAM, Chris e Margaret Jones. «A Pitch and a Swing? An Australian Perspective of Urban Planning and the Child». Comunicação apresentada na Conferência Internacional *Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amesterdão, 1995.
- CRATTY, Bryant. *Perceptual and Motor Development in Infants and Children*, 3ª ed., Prentice-Hall, Nova Jérsei, 1986 (1ª ed., 1979).
- ESPINOSA, Maria A. e Esperanza Ochaíta. «El Desarrollo del Conocimiento Espacial de un Entorno Urbano Desconocido: un Estudio Microgenético», *Infancia e Aprendizage*, N.º 79, 1997, 5-20.
- FEIO, Noronha. «Habitação e Desenvolvimento Humano – Esboço de um quadro de Investigação Pluridisciplinar sobre um Espaço Social», *Ludens*, Vol.9, Abril-Junho 1985, 5-14.
- GASTER, Sanford. «Historical changes in Children's Access to U.S. Cities: A Critical Review», *Children's Environments*, Vol.9, N.º 2, 1992, 23-36.

- HEIMSTRA, Norman W. e Leslie H. McFarling, *Psicologia Ambiental*, Tradução de Manoel Antônio Schmidt, E.P.U. EDSUP, 1974.
- HEURLIN-NORINDER, Mia. «Children, Environment and Independent Mobility». Estudo incluído no projecto *Children-Traffic-Environment*, desenvolvido no Instituto de Educação de Estocolmo, 1996.
- HILLMAN, Mayer e John G. U. Adams. «Children's Freedom and Safety», *Children's Environments*, Vol.9, N.º 2, 1992, 11-22.
- HÜTTENMOSE, Marco. «Children and Their Living Surroundings: Empirical Investigations into the Significance of Living Surroundings for the Everiday Life and Developmente of Children», *Children's Environments*, Vol.12, N.º 4, 1995, 403-413.
- PIAGET, Jean e Bärbel Inhelder. *A Representação do Espaço na Criança*, Trad. de Bernardina Machado de Albuquerque, Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.
- KARSTEN, Lia. «Growing up in Amsterdam: Differentiation and Segregation in Children's Daily Lives», *Urban Studies*, Vol. 35, N.º 3, 1998, 565-581.
- KITTÄ Marketta. «The Affordances of Urban, Small Town, and Rural Environments». Comunicação apresentada na Conferência Internacional *Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amesterdão, 1995.
- KLEIN, Michael e Carin Liesenhoff. «The Development of Play and Motoric Behavior of Children Depending on the Existing Socio-Spatial Conditions in Their Environment», *International Review of Sport Sociology*, Vol.17, N.º1, 1982, 61-66.
- MOORE, Robin C. e Herb H. Wong. *Natural Learning - The Life History of an Environmental Schoolyard*, Paul Yee e David Driskell, Berkeley, 1997.

- MORATO, Pedro. «A Cognição Espacial», in *Percepção & Acção*, Ed. por João Barreiros e Luís Sardinha, Edições FMH, Cruz Quebrada, 1995, 135-172.
- NETO, Carlos. «O Espaço – A Criação de um Terreno de Jogo», *Ludens*, Vol.4, N.º 2, Janeiro-Março, 1980, 33-37.
- NETO, Carlos (ed.). «Tempo & Espaço de Jogo para a Criança: Rotinas e Mudanças Sociais», in *Jogo e Desenvolvimento da Criança*, Ed. por Carlos Neto, Edições FMH, Cruz Quebrada, 1997, 10-22.
- NETO, Carlos. «Tempo & Espaço de Jogo para a Criança: Rotinas e Mudanças Sociais», Faculdade de Motricidade Humana - UTL, não publicado.
- NILSON, Nic. «Children's Play in the Built Environment». Comunicação apresentada no encontro do IPA, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.
- PIMENTEL, João Nogueira. «Os Dados Psicológicos – Espaço e seu Significado no Desenvolvimento da Criança Segundo H. Wallon», *Ludens*, Vol.9, Abril-Junho 1985, 39-43.
- PROST, Antoine. «Fronteiras e Espaços do Privado», in *História da Vida Privada*, Vol.5, Tradução de João Barrote, Edições Afrontamento, 1991, 13-61.
- RUBINSTEIN, S. L. *Princípios de Psicologia Geral*, Editorial Estampa, Lisboa, 1972.
- SALLIS, F. James , Marilyn F. Johnson, Karen J. Calfas, Susan Caparosa e Jeanne F. Nichols. «Assessing Perceived Physical Environmental Variables that may Influence Physical Activity», *Research Quarterly for Exercise and Sport*, Vol. 68, N.º 4, 1997, 345-351.

- TRENTER, Paul J. e John W. Doyle. «Reclaiming the Residential Street as Play Space», *Internacional Play Journal*, N.º 4, 1996, 81-97.
- TREVARTHEN, Colwyn. «Modes of Perceiving and Modes of Acting», in *Modes of Perceiving and Processing Information*, Ed. por Herbert L. Pick, Jr. E Elliot Saltzman, LEA, Nova Jérsei, 1978, 99-135.
- VÅGBERG, Mia. «Childcare Staff's Perception of Risks in Local Community Traffic». Instituto de Educação de Estocolmo, 1996.
- van der SPEK, Mieke e Rogier Noyon. «Children's Freedom of Movement in the Streets». Comunicação apresentada na Conferência Internacional *Building Identities – Gender Perspectives on Children and Urban Space*, Amesterdão, 1995.
- VAN GILS, J. «Leisure Activities of Children: With or Without na Agenda», *Internacional Play Journal*, N.º 4, 1996, 133-143.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA CRIANÇAS DE 8-9 ANOS DE IDADE

Algumas instruções para te ajudar a preencher o questionário:

Nos quadradinhos como este, colocas uma cruz na resposta certa:

Nos rectângulos como este, escreves números, como por exemplo a tua idade.

QUESTIONÁRIO

1 Como é que vieste para a escola?

- | | |
|-------------------------|---|
| A pé | a |
| De bicicleta | a |
| De autocarro ou comboio | a |
| De carro | a |
| Na carrinha da escola | a |

2 a) Vieste para a escola sozinho?

- | | |
|-----|---|
| Sim | a |
| Não | a |

Segue para a pergunta nº 3

b) Se respondeste SIM, com quem vieste para a escola? (Escolhe apenas uma resposta)

- | | |
|--|---|
| Com os teus pais ^a | |
| Com outros adultos | a |
| Com colegas mais velhos | a |
| Com colegas da tua idade ou mais novos | a |

3 Como é que vais para casa?

(Escolhe apenas uma resposta)

- | | |
|-------------------------|---|
| A pé | a |
| De bicicleta | a |
| De autocarro ou comboio | a |
| De carro | a |
| Na carrinha da escola | a |

4 a) Vais para casa sozinho?

Sim a
Não a

Segue para a pergunta nº 5

b) Se respondeste SIM, com quem vais para casa?

(Escolhe apenas uma resposta)

Com os teus pais^a
Com outros adultos a
Com colegas mais velhos a
Com colegas da tua idade ou mais novos a

5 A que distância vives da escola?

Até 500m a
De 500m a 1Km a
De 1 a 2Km a
Mais de 2Km a

6 a) Tens bicicleta?

Sim a
Não a

Segue para a pergunta nº 7 a)

b) Se respondeste SIM, dão-te autorização para andares de bicicleta na rua ?

Não a
Sim a

Segue para a pergunta nº 6 d)

c) Se respondeste que NÃO, gostarías de poder andar de bicicleta na rua?

Não a
Sim a

Segue para a pergunta nº 7 a)

d) Escreve no rectângulo a idade que tinhas quando te deixaram, pela primeira vez, andar de bicicleta na rua.

Anos

7 a) Tens autorização para atravessar as ruas principais sozinho?

Não a
Sim a

Segue para a pergunta nº 7 c)

b) Se respondeste que NÃO, gostarías de poder atravessar as ruas principais sozinho?

Não
Sim

a
a

Segue para a pergunta nº8

c) Se respondeste SIM, escreve no rectângulo a idade que tinhas quando te deixaram atravessar pela primeira vez as ruas principais.

Anos

8 Andas sozinho de transportes públicos?

Não
Sim

a
a

9 Escreve no rectângulo o número de amigos que podes visitar sozinho.
(Só respondes se estiveres autorizado a visitá-los sozinho)

Amigos

10 Destas actividades, quais foram as que tu fizeste neste fim-de-semana?
(Põe uma cruz na primeira coluna, se fizeste esta actividade sozinho ou com amigos)
(Põe uma cruz na segunda coluna, se foste acompanhado por um adulto)

	Fui sozinho ou com amigos	Fui acompanhado por adultos
Ir ao parque infantil	a	a
Ir a um jardim ou a um campo de jogos	a	a
Ir nadar	a	a
Brincar no quintal ou na rua (perto de casa)	a	a
Passear a pé	a	a
Andar de bicicleta	a	a
Visitar os meus amigos	a	a
Visitar outros adultos	a	a
Ir às compras	a	a
Ir a uma livraria	a	a
Ir a um clube	a	a
Ir ao cinema	a	a
Ir a um jogo de futebol	a	a
Ir para uma casa de férias	a	a

Escreve nestas linhas outros sítios onde tenhas ido

	Fui sozinho ou com amigos	Fui acompanhado por adultos
_____	a	a
_____	a	a
_____	a	a
_____	a	a

11 Escreve a tua idade no rectângulo

Anos

12 Põe uma cruz no quadrado correspondente ao teu sexo

Feminino a

Masculino a

13 Escreve a tua morada

Rua _____

Bairro _____

Localidade _____

FIM

**MUITO OBRIGADO PELA TUA
COLABORAÇÃO!**

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

AS PERGUNTAS QUE SE SEGUEM SÃO SOBRE O SEU FILHO(A).

Assinale com uma cruz a resposta correcta.

1 a) A sua criança costuma ir e voltar da escola sozinha ?

Não
Sim

a
a

Siga para a pergunta n.º 1 e)

b) Se respondeu **NÃO**, escreva no rectângulo seguinte, o número de dias por semana que a vão buscar ou pôr à escola.

Dias

c) Qual a razão principal para a sua criança não ir/voltar da escola sozinha?

(Preencha por ordem de importância, numerando as respostas de 1 a 6, sendo o nº1 a mais importante e a nº6 a menos importante, se encontrar outra razão numere de 1 a 7)

EXEMPLO:

O perigo do tráfego	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="1"/>
A criança é muito pequena ou pouco responsável	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="3"/>
Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="2"/>
A escola é muito longe	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="6"/>
Receio de "brigas" com outras crianças	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="4"/>
Ambiente poluído	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text" value="5"/>
Outra razão: _____	<input style="width: 20px; height: 20px;" type="text"/>

Preencha agora a sua resposta:

O perigo do tráfego	a
A criança é muito pequena ou pouco responsável	a
Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos	a
A escola é muito longe	a
Receio de "brigas" com outras crianças	a
Ambiente poluído	a
Outra razão: _____	a

d) Escreva no rectângulo seguinte a idade em que passará a autorizar a sua criança a ir sozinha para a escola.

Anos

Siga para a pergunta n.º 1 g)

e) Se respondeu SIM, escreva no rectângulo seguinte, a idade em que autorizou a sua criança a ir para a escola sozinha.

Anos

g) Qual foi a razão principal pela qual não autorizou a sua criança a começar a ir sozinha para a escola mais cedo?

(Preencha por ordem de importância, numerando as respostas de 1 a 6, sendo o nº1 a mais importante e a nº6 a menos importante, se encontrar outra razão numere de 1 a 7)

EXEMPLO:

O perigo do tráfego	<input type="text" value="1"/>
A criança é muito pequena ou pouco responsável	<input type="text" value="3"/>
Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos	<input type="text" value="2"/>
A escola é muito longe	<input type="text" value="6"/>
Receio de "brigas" com outras crianças	<input type="text" value="4"/>
Ambiente poluído	<input type="text" value="5"/>
Outra razão: _____	<input type="text"/>

Preencha agora a sua resposta:

O perigo do tráfego	a
A criança é muito pequena ou pouco responsável	a
Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos	a
A escola é muito longe	a
Receio de "brigas" com outras crianças	a
Ambiente poluído	a
Outra razão: _____	a

g) Tente quantificar o seu grau de preocupação acerca do risco de acidente que a sua criança pode correr, quando atravessa a rua sozinha.

Muito preocupado	a
Preocupado	a
Não muito preocupado	a
Nada preocupado	a

h) Quantos minutos leva, aproximadamente, se for a pé para a escola da sua criança?

Minutos

2 a) Quando a sua criança vai a outros locais, que não a escola, e que possa ir a pé por não serem muito distantes, ele(a) vai sozinho(a) ou costuma levá-lo(a)?

Leva-o(a)	a
Deixa-o(a) ir sozinho(a)	a

Siga para a pergunta n.º 3 a)

b) Qual a razão principal para a sua criança não ir sozinha?

(Preencha por ordem de importância, **numerando as respostas de 1 a 5**, sendo o nº1 a mais importante e a nº5 a menos importante, se encontrar outra razão numere de 1 a 6)

- | | |
|--|---|
| O perigo do tráfego | a |
| A criança é muito pequena ou pouco responsável | a |
| Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos | a |
| Receio de "brigas" com outras crianças | a |
| Ambiente poluído | a |
| Outra razão: _____ | a |

c) Registe no rectângulo seguinte o número aproximado de viagens, por semana, que faz para acompanhar a sua criança a outros locais, que não sejam a escola. (por exemplo: ir ao clube, às compras, aos tempos livres, a casa de amigos, etc.)

N.º de viagens

d) Qual o meio de transporte que mais utiliza nessas viagens?

(Escolha apenas uma resposta)

- | | |
|----------------------|---|
| Vai a pé | a |
| Autocarro ou comboio | a |
| Carro | a |
| Outro: _____ | a |

3 a) A sua criança costuma atravessar sozinha as ruas principais?

- | | |
|-----|---|
| Não | a |
| Sim | a |

Siga para a pergunta nº 3 c)

b) Se respondeu NÃO, assinale no rectângulo, seguinte, a idade a que a sua criança poderá atravessar sozinha as ruas principais.

Anos

c) Se respondeu SIM, assinale no rectângulo seguinte, a idade a que a sua criança começou a atravessar sozinha as ruas principais.

Anos

4 a) A sua criança pode sair sozinha depois de escurecer?

- | | |
|-----|---|
| Não | a |
| Sim | a |

Siga para a pergunta nº 5 a)

b) Se respondeu NÃO, qual a principal razão para não o fazer?

(Preencha por ordem de importância, numerando as respostas de 1 a 5, sendo o nº1 a mais importante e a nº5 a menos importante, se encontrar outra razão numere de 1 a 6)

- | | |
|--|---|
| O perigo do tráfego | a |
| A criança é muito pequena ou pouco responsável | a |
| Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos | a |
| Receio de "brigas" com outras crianças | a |
| Ambiente poluído | a |
| Outra razão: _____ | a |

5 a) A sua criança costuma andar sozinha de transportes públicos?

- | | |
|-----|---|
| Não | a |
| Sim | a |

Siga para a pergunta nº 5 c)

b) Se respondeu NÃO, assinale no rectângulo seguinte, a que idade a sua criança poderá andar sozinha de transportes públicos.

Anos

c) Se respondeu SIM, assinale no rectângulo seguinte, a que idade a sua criança começou a andar sozinha de transportes públicos.

Anos

6 a) A sua criança costuma brincar sozinha fora de casa (na rua)?

- | | |
|-----|---|
| Não | a |
| Sim | a |

Siga para a pergunta nº 6 c)

b) Se respondeu NÃO, qual a razão principal para não o fazer?

(Preencha por ordem de importância, numerando as respostas de 1 a 5, sendo o nº1 a mais importante e a nº5 a menos importante, se encontrar outra razão numere de 1 a 6)

- | | |
|--|---|
| O perigo do tráfego | a |
| A criança é muito pequena ou pouco responsável | a |
| Medo dos assaltos ou de molestações por parte de adultos | a |
| Receio de "brigas" com outras crianças | a |
| Ambiente poluído | a |
| Outra razão: _____ | a |

c) Se respondeu SIM, assinale no rectângulo seguinte, a que idade a sua criança começou a a brincar sozinha fora de casa.

Anos

AS PRÓXIMAS QUESTÕES SÃO SOBRE SI

7 Quando tinha cerca de 8-9 anos, como é que ía para a escola?

- | | |
|----------------------------|---|
| A pé | a |
| De bicicleta | a |
| De autocarro ou de comboio | a |
| Outro: _____ | a |

8.1 Assinale o número de pessoas em sua casa, incluindo-se a si próprio, que possuem carta de condução.

pessoas com carta de condução

8.2 Em sua casa é utilizada alguma viatura?

- | | |
|-----------------------|---|
| Não | a |
| Sim, 1 carro | a |
| Sim, 2 ou mais carros | a |
| Outra viatura: _____ | a |

8.3 Em sua opinião, acha que quando era criança teve mais ou menos liberdade para sair sozinho, em comparação com o seu/sua filho(a) ?

- | | |
|-------------|---|
| Muito mais | a |
| Mais | a |
| A mesma | a |
| Menos | a |
| Muito menos | a |

AS PRÓXIMAS QUESTÕES PRETENDEM CARACTERIZAR A SUA SITUAÇÃO FAMILIAR E SÓCIO-PROFISSIONAL

9 Assinale nos rectângulos seguintes o número de pessoas que vivem consigo (sem se incluir)

- | | |
|----------------------|-------------------------------------|
| <input type="text"/> | N.º de pessoas com 10 anos ou menos |
| <input type="text"/> | N.º de pessoas entre os 11 e os 15 |
| <input type="text"/> | N.º de pessoas com 16 anos ou mais |

10 A sua família possui casa própria?

- | | |
|--------------|---|
| Sim | a |
| Casa alugada | a |

11 Indique o número de assoalhadas.

Assoalhadas

12 Assinale a sua idade.

Menos de 30 anos	a
Entre 30 e 44 anos	a
Mais de 45 anos	a

13 Sexo.

Masculino	a
Feminino	a

14 Anos de escolaridade: (preencha as duas colunas)

	Pai/Enc. Educ.	Mãe/Enc. Educ.
Menos que a 4ª classe	a	a
4ª classe	a	a
Entre a 4ª classe e o 9º ano	a	a
9º ano	a	a
Entre o 10º e o 12º ano	a	a
12º ano	a	a
Curso superior/bacharelato	a	a
Outro: _____	a	a

15 a) Situação profissional dos Pais/Encarregados de Educação: (preencha as duas colunas)

	Pai/Enc. Educ.	Mãe/Enc. Educ.
Empregado(a) a tempo inteiro	a	a
Empregado(a) a meio tempo	a	a
Não está empregado(a)	a	a

b) Profissão dos Pais/Encarregados de Educação:

Pai/Enc. Educ.: _____

Mãe/Enc. Educ.: _____

c) Se desempenha uma profissão, trabalha em casa ou fora de casa?

Em casa	a
Fora de casa	a

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

FIM

POR FAVOR, COLOQUE O QUESTIONÁRIO NO ENVELOPE E ENTREGUE-O AO SEU FILHO PARA QUE ESTE O LEVE PARA A ESCOLA.

ENTREVISTA PARA CRIANÇAS DE 8-9 ANOS DE IDADE: POSSIBILIDADES OFERECIDAS PELO ESPAÇO FÍSICO PARA A REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DIVERSAS

Idade _____

Sexo _____

Meio (Rural/Urbano) _____

Rua/Bairro _____

Localidade _____

1. Tens um pátio, um quintal ou um jardim?

Sim

Não **Seguir para 4**

2. O que é que costumás fazer no teu pátio/quintal/jardim?

3. Descreve o teu pátio/quintal/jardim?

4. Quais são os outros sítios onde costumás brincar?

5. Com quem costumás brincar mais frequentemente?

com os irmãos, quem? _____

com os amigos, quem? _____

outros, quem? _____

6. Qual a maior distância que percorreste sozinho? Onde foste?

Qual a maior distância que percorreste com amigos? Onde foste?

7. Existem alguns locais onde não estás autorizado a ir?

Sim, Quais? _____

Não

8. Agora vou fazer-te perguntas sobre diferentes actividades (jogos, brincadeiras), e quero saber se tens algum sítio onde as possas fazer.

- Por exemplo: tens um sítio onde possas andar de bicicleta?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas ir correr?

Não

Sim. Corres frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas ir pescar?

Não

Sim. Pescas frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

- Tens um sítio onde possas ir nadar?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

- Tens um sítio onde possas brincar com água, por exemplo, fazer pequenos regatos ou flutuar um barco de brincar?

- Não
- Sim. Fazes isso frequentemente?
 - Não.
 - Sim. Onde?

- Tens um sítio onde possas trepar ?(árvores, muros, pequenas encostas, etc.)

- Não
- Sim. Fazes isso frequentemente?
 - Não.
 - Sim. Onde?

- Tens um sítio de onde possas saltar? (jogos de correr e saltar, saltar obstáculos, saltar à corda)

- Não
- Sim. Fazes isso frequentemente?
 - Não.
 - Sim. Onde?

- Tens um sítio onde possas deslizar, escorregar (de bicicleta, de carrinho, etc.)?

- Não
- Sim. Fazes isso frequentemente?
 - Não.
 - Sim. Onde?

- Tens um sítio onde possas andar de patins?

- Não
- Sim. Fazes isso frequentemente?
 - Não.
 - Sim. Onde?
 - dentro de casa
 - no meu pátio/quintal/jardim
 - num local do bairro/rua
 - noutra local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas andar de skate?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas jogar? (à macaca, à apanhada, ao mata, ao elástico, à ciruma, aos países,etc.)

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas correr de forma livre?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas andar de baloiço?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

no meu pátio/quintal/jardim

no parque infantil

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas ir ver a natureza, a paisagem?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens algum esconderijo ou um sítio onde te possas esconder?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: *(Descrever o local exacto)*

- Tens um sítio onde possas estar sozinho?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas estar com os teus amigos?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas fazer barulho?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas moldar barro?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas cavar a terra?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas construir coisas?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas atirar objectos, por exemplo, pedras?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas fazer uma actividade desportiva? (actividade formal num clube)

Não

Sim. Que actividade? _____

Onde? (Nome do clube, associação) _____

Fazes isso frequentemente?

Sim

Não.

- Tens um sítio onde possas fazer desporto com os teus amigos? (actividade não formal, por exemplo: jogar futebol na rua)

Não

Sim. Que actividade? _____
Onde? _____

Fazes isso frequentemente?

Sim

Não.

- Tens um sítio onde possas brincar ao "faz de conta", fazer teatro?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde? dentro de casa
 no meu pátio/quintal/jardim
 num local do bairro/rua
 noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas brincar às casinhas ou às mães e às filhas?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde? dentro de casa
 no meu pátio/quintal/jardim
 num local do bairro/rua
 noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas fazer jogos de acção? (índios e cowboys, polícias e ladrões, às lutas, power rangers, etc.)

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde? dentro de casa
 no meu pátio/quintal/jardim
 num local do bairro/rua
 noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas ajudar os adultos nas suas tarefas? (lavar o carro, limpar o jardim)

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas brincar com animais?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

- Tens um sítio onde possas brincar com plantas, folhas de árvore, troncos, etc.?

Não

Sim. Fazes isso frequentemente?

Não.

Sim. Onde?

dentro de casa

no meu pátio/quintal/jardim

num local do bairro/rua

noutro local, onde: _____

8. Há alguma coisa que gostasses de fazer e que não possas fazer no sítio onde vives?

Sim, o quê? (*Saber exactamente o quê*) _____

Não

9. Tens muitos amigos para as tuas brincadeiras?

Sim, quantos? _____

Não, quantos? _____

10. Pertences a algum clube?

Sim, qual? _____

Não

A representação emocional do envolvimento.

1. Quais são os lugares de que tu gostas? Porquê?

2. Quais são os lugares de que tu não gostas? Porquê?

3. Quais são os lugares onde tens medo de ir? Porquê?

4. Quais são os lugares que tu achas que são perigosos?

5. Quais são os lugares onde mais te divertes?

6. Para onde é que vais quando estás:

a) Triste

b) Feliz/Contente/Alegre

c) Com medo de alguma coisa

7. Tu, ou tu e os teus amigos têm um lugar só vosso?

Sim. Que lugar é? _____

Não

MUITO OBRIGADO PELA TUA COLABORAÇÃO.

Diário de actividades

Código

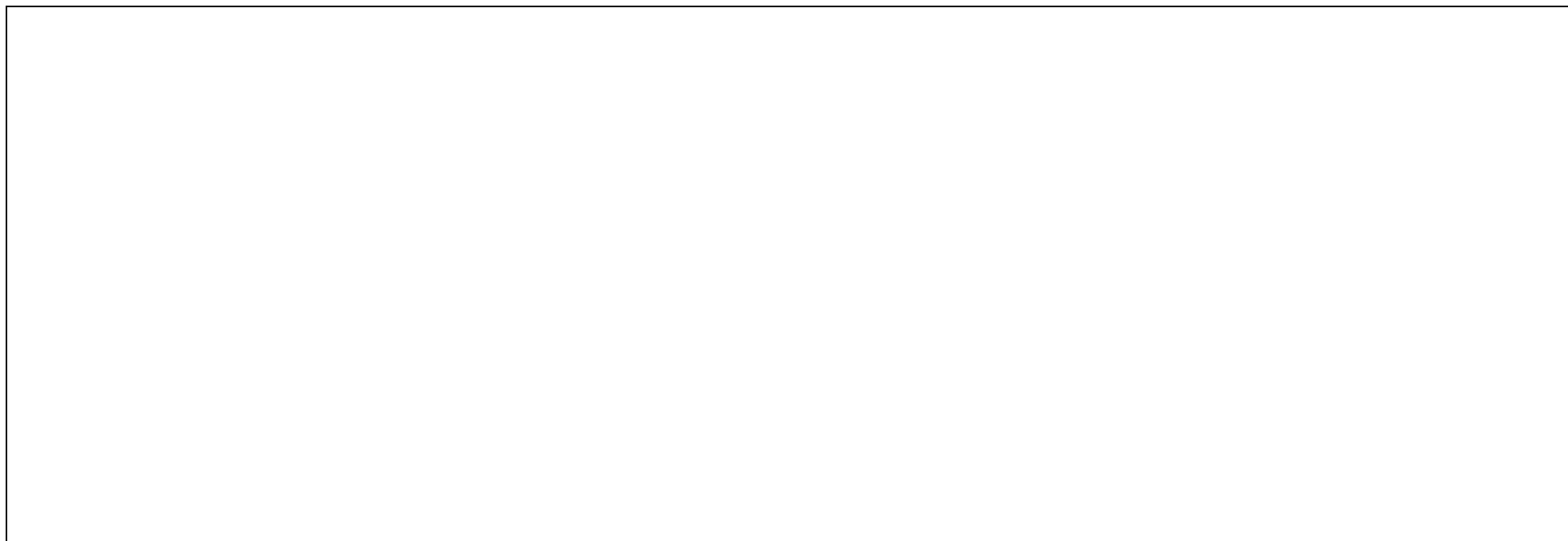
Eu tenho _____ anos de idade. Eu sou do sexo _____.

Eu vivo na cidade

Eu vivo no campo

A minha rua chama-se: _____ . A minha terra chama-se: _____

Agora vou fazer um desenho



→ Preenche cada quadrado com as actividades que fizeste no dia anterior, como por exemplo: ir à escola, brincar, passear, fazer desporto, etc.

Hoje é 2ª feira, vou preencher:

SÁBADO



Levantei-me às _____ horas.

Deitei-me às _____ horas.

				Quanto tempo lá ficaste?
				Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?
D E				
M A N H Ã				

SÁBADO

À T A R D E	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste?
					Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora

SÁBADO

	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste? Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
À N O I T E					

→ Preenche cada quadrado com as actividades que fizeste no dia anterior, como por exemplo: ir à escola, brincar, passear, fazer desporto, etc.

Hoje é 2ª feira, vou preencher:

DOMINGO



Levantei-me às _____ horas.

Deitei-me às _____ horas.

				Quanto tempo lá ficaste?
				Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?
D E				
M A N H Ã				

DOMINGO

À T A R D E	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste?
					Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora

DOMINGO

	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste? Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
À N O I T E					

→ Preenche cada quadrado com as actividades que fizeste no dia anterior, como por exemplo: ir à escola, brincar, passear, fazer desporto, etc.

Hoje é 3.^a feira, vou preencher:

2.^a FEIRA



Levantei-me às _____ horas.

Deitei-me às _____ horas.

				Quanto tempo lá ficaste?
				Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?
D E				
M A N H Ã				

2.ª FEIRA

À T A R D E	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste?
					Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora

2.ª FEIRA

	Onde é que foste?	Com quem foste?	O que é que lá fizeste?	Como foste para lá?	Quanto tempo lá ficaste? Menos de 1 hora 1 hora Mais de 1 hora
À N O I T E					